



**Casa de Acolhimento**  
**Resposta arquitetónica ao abrigo de mulheres**  
**vítimas de violência doméstica**

**Fabiana Raquel da Costa Gonçalves**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

**Mestrado integrado em Arquitetura**

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Patrícia Santos Pedrosa

**Janeiro de 2021**



## Dedicatória

Esta dissertação é dedicada a todas as Mulheres.

Dedico a todas as mulheres e a cada mulher que fez parte da minha ainda ingênua existência.

Dedico a cada mulher que sofreu ou ainda sofre pela sua diferença física, a cada mulher que sofre pelo simples facto de ter nascido mulher.

Dedico a todas as mulheres que não escolheram nascer, porque não há escolha!

Dedico a cada mulher humilhada e discriminada pela sua cor, altura, peso, religião, orientação sexual, estrato social... Pela sua diferença.

Dedico a todas as mulheres que lutam contra a violência, às que lutam pelo fim do patriarcado, que lutam pela igualdade.

Sobretudo, dedico a todas as mulheres que permanecem caladas e cerro as mãos pelas que perdem as forças.

Dedico a todas as mulheres que perderam a vida em função da impunidade masculina.

Dedico às mulheres que sabem que têm o poder da transformação, às mulheres que riem quando têm vontade de chorar, às mulheres que acreditam no amor, às mulheres que são capazes de amar quando são ensinadas a odiar.





## **Agradecimentos**

Para este trabalho ser bem-sucedido, contei com a disponibilidade, apoio e colaboração de um grupo de pessoas, que se tornaram imprescindíveis para a realização da dissertação.

Em primeiro lugar, um agradecimento especial à minha orientadora, professora Doutora Patrícia Santos Pedrosa, pela confiança colocada em mim, pela paciência e disponibilidade, pelas tertúlias em prol do objetivo final, conselhos e conhecimentos transmitidos.

Aos professores que me acompanharam e participaram no meu trajeto, tanto no básico como no ciclo e universitário, pela sabedoria, conselhos, motivação e experiências transmitidas.

Aos meus familiares pelo apoio assíduo, pelas palavras de carinho e pela presença incansável.

A todos os meus amigos, que mostraram o verdadeiro valor da amizade e apoio durante todos estes anos e no processo de concepção da dissertação.

A todos, muito obrigado.



## **Resumo**

A investigação aqui abordada – o acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica – é apoiada essencialmente nos registos de um passado recente, aproximadamente até à primeira metade do século passado, que assumia o lar como seguro e harmonioso. Nas últimas décadas são estes os motivos, pelos quais se assumiu a existência da violência doméstica como efetivo problema de caris social e de saúde pública, graças ao entendimento desse espaço, como não seguro.

Entendendo que durante séculos os modos de domínio masculino dificultaram a possibilidade de levantar questões sobre as relações entre mulheres e homens e ainda o afastamento das mesmas do campo de debate público, continua a necessidade de naturalizar a suposta posição de inferioridade das mulheres relativamente à sua diferença biológica. Assim, o feminismo dos anos 1960-70 conseguiu mostrar o caráter não natural desta divisão de valores sexuais. Desta forma, surgem as casas de abrigo, configuradas como intervenção institucional, sendo este considerado seguro quando, por motivos de violência doméstica, mulheres se veem obrigadas a abandonar a sua casa para fugir dos seus companheiros e da violência.

Desta forma, na componente prática pretende-se refletir a preocupação, propondo confrontar esta realidade e sugerir uma resposta arquitetónica para uma casa de abrigo, na cidade da Covilhã, onde serão acolhidas, provisoriamente, mulheres vítimas de violência doméstica, nomeadamente de maus tratos físicos, psicológicos e crimes sexuais, bem como os seus filhos e/ou filhas ou outras crianças que lhe estejam legalmente entregues.

## **Palavras-chave**

Violência doméstica; Casa abrigo; Habitação; Respostas sociais; Mulheres.



## **Abstract**

The research portrayed here is based, essentially on the records of a recent past, approximately until the first half of the last century, which assumed the home as safe and harmonious. In recent decades these are the reasons why the existence domestic violence has been assumed as an effective problem of social and public health issues, thanks to the understanding of this space as unsafe.

Understanding that for centuries the modes of male dominance have made it difficult to raise questions about the relationships between women and men and also the removal of them from the field of public debate, there is still a need to naturalize the supposed position of inferiority of women in relation to their biological difference. Thus, the feminism of the 1960s-70s succeeded in showing the unnatural character of this division of sexual values. In this way, shelters, configured as institutional intervention, are considered safe when, for reasons of domestic violence, women are forced to leave their homes to escape their partners and violence.

Thus, in the practical component it is intended to reflect the concern, proposing to confront this reality and suggest an architectural design of a shelter, where women victims of domestic violence will be temporarily welcomed, namely physical, psychological and sexual crimes, as well as their children or other children who are legally handed to them.

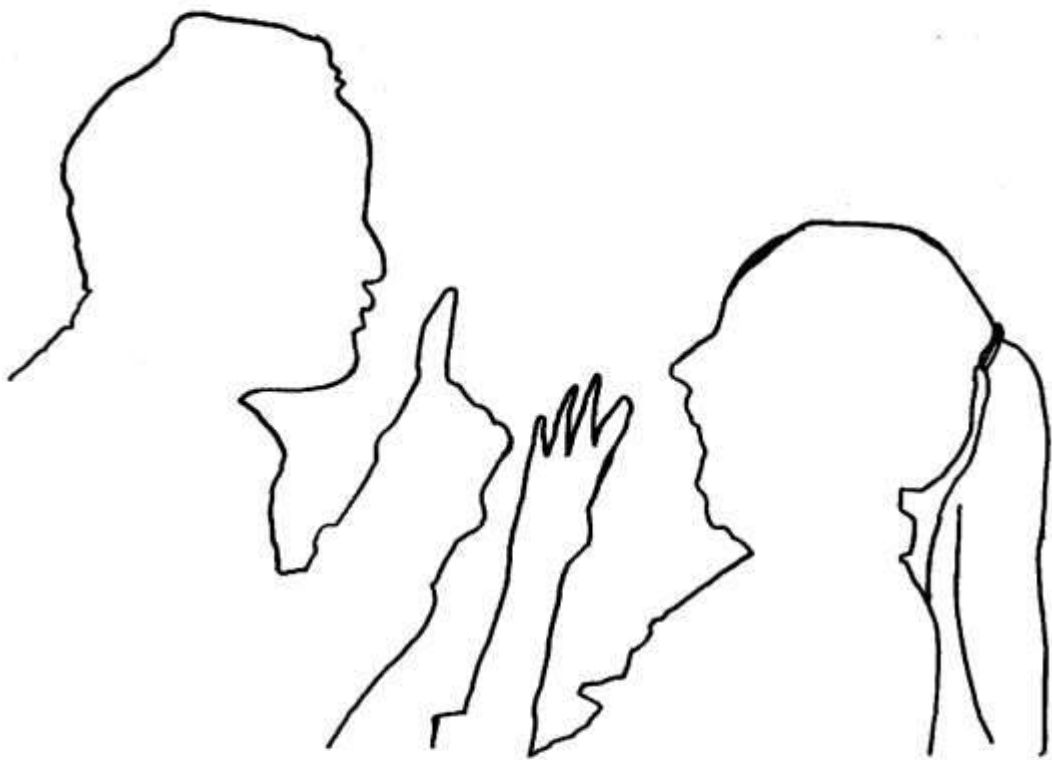
## **Keywords**

Domestic Violence; shelter; housing; social responses; women.



# Índice

Dedicatória.....	iii
Agradecimentos.....	v
Resumo .....	vii
Palavras-chave .....	vii
Abstract.....	ix
Lista de Acrónimos.....	xii
Introdução.....	1
Capítulo 1   Enquadramento .....	4
1. A Violência Doméstica .....	4
1.1 Desigualdade de Género e Violência.....	6
1.2 Violência Doméstica no Mundo .....	10
1.3 Violência Doméstica em Portugal .....	15
1.4 Violência Doméstica em Tempo de Pandemia .....	19
2. Arquitetura contra a violência .....	23
2.1 Enquadramento do Acolhimento .....	23
2.3 Casas Abrigo em Portugal.....	26
Capítulo 2   Da Cidade à Proposta.....	37
1. A Cidade e a Pré-existência .....	37
1.1 Morfologia Urbana   Procura da Implantação .....	40
1.2 Levantamento Arquitetónico .....	44
1.3 Patologias do edifício .....	54
2. A Proposta.....	59
2.1 O Pátio, como elemento organizador .....	63
2.2 Resposta arquitetónica .....	72
Notas Finais .....	84
Bibliografia.....	86
Apêndice .....	94



## Lista de Acrónimos

APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
BDJUR	Base de Dados Jurídica
BGRSP	Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
CIES	Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
DGRSP	Direção Geral de Reinserção e serviços Prisionais
DRE	Diário da República
EPAV	Equipas de Proximidade e apoio às vítimas
FIFA	Federação Internacional de Futebol
GNR	Guarda Nacional Republicana
GRP	Gabinete de Relações Públicas
IP	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
KWIECO	Kilimanjaro Women Information Exchange and Consultancy
NIAVE	Núcleo de apoio às vítimas Específicas
OMA	Observatório de Mulheres Assassinadas
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PGDL	Procuradoria – Geral Distrital de Lisboa
PSP	Polícia de Segurança Pública

RNAVVD	Rede Nacional de Apoio às vítimas de violência Doméstica
RSI	Rendimento Social de Inserção
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SOS	Sinal informativo de telecomunicações utilizado para solicitar auxílio em situações de necessidade de socorro
UBI	Universidade da Beira Interior
UMAR	União de Mulheres Alternativa e Resposta





O meu marido sempre me bateu, desde o namoro. Há um dia em que a gente não aguenta mais e decide mudar de vida, sair, ter liberdade para ser feliz (...) (APAV, 2012)

## Introdução

Na sociedade atual o combate à violência doméstica tem assumido uma importância crescente, tornando-se num dos principais assuntos nas agendas políticas a nível mundial. Este fenómeno, da violência doméstica está presente na história da humanidade desde os primórdios, sendo que só num passado recente é que a sua prática tem vindo a ser classificada como um comportamento abusivo e criminoso, que começa a deixar de parte o carácter privado que imperou durante anos, assumindo-se como uma questão pública e social.

A proteção da vítima também adquiriu um crescente foco, tornando-se cada vez mais claro que a permanência da vítima no mesmo contexto do agressor a tornava vulnerável a situações de violência extrema, podendo resultar em situações de homicídio. Tendo em conta as várias associações que trazem para a visibilidade pública a ocorrência de múltiplos assassinatos praticados por companheiros, demonstraram a imensa necessidade da criação de respostas alternativas para as vítimas, uma das quais, o afastamento do agressor evitando o desfecho trágico.

O tema escolhido justifica-se pelas diferenças e desigualdades, não só de género, mas também hierárquicas com a finalidade de dominar, explorar e oprimir a mulher. Pela sua vastidão relaciona-se com a preocupação em contribuir com mais uma voz relativamente a um assunto de cariz social. Este tema que fomentou o interesse pela busca de uma solução para esse perigo iminente que é habitar a mesma casa que um agressor. A sensibilização para a procura de uma solução, que transpareça segurança e que permita à vítima uma reestruturação a nível psicológico, físico, emocional e financeiro, dando-lhe a possibilidade de se libertar da insegurança. Com isto, a presente dissertação pretende salientar e defender a importância da temática, promovendo o incentivo da criação de um espaço que seja de acolhimento e proteção, para mulheres em situação de risco.

Face ao exposto, o objetivo passa por elaborar uma dissertação, um documento portador de informação teórica, que funciona como complemento à componente de projeto arquitetónico. Em relação à temática, a violência doméstica e as casas abrigo, pretende-se expor a noção de ambas e as suas implicações, lembrando as suas necessidades.

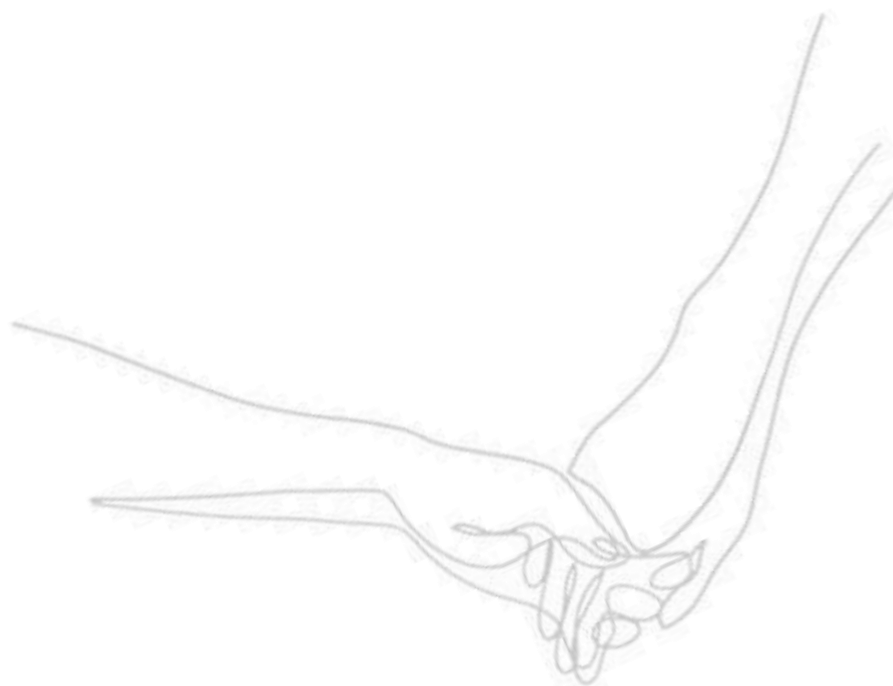
Posto isto, objetiva-se em termos práticos, direccionar a proposta para uma casa abrigo que consiga proporcionar maior conforto, bem-estar e principalmente a integração das mulheres violentadas na sociedade, evidenciando o contributo desse espaço na sua integração. Assim, buscamos compreender o papel do arquiteto, e da arquitetura, na conceção do espaço, fundamentado nas necessidades já mencionadas. Com um estudo e análise de conceitos e formas

de atuar neste tipo de situações, espera-se ter uma noção de como será viver numa casa abrigo, procurando colmatar as limitações das utilizadoras.

A metodologia aplicada assenta em várias fases de desenvolvimento gradual. O primeiro passo apresenta a recolha de informação e o desenvolvimento do documento teórico, analisando-o e redigindo assumindo a autoria própria. Na análise da realidade atual, da violência doméstica e das casas abrigo, entendendo as reais necessidades das mesmas. Após a compreensão destas realidades paralelas, partimos para a recolha referente à implantação da futura casa abrigo, estudando o território circundante, a partir de livros e documentação da autarquia local.

A dissertação vai desenvolver-se em duas fases, a presente explanação teórica que sustenta a fase de projeto e a consequente, fase de projeto. Ambas as fases de trabalho têm um desenvolvimento paralelo, isto para que a parte de projeto, seja complementada com a investigação teórica. Introduzida a temática, a segunda fase apresenta várias definições referentes à violência doméstica, para que se torne mais coerente relativamente às casas abrigo. Em apêndice encontram-se as peças desenhadas da proposta arquitetónica.

Espera-se que nesta dissertação, por se debruçar sobre a temática da resposta arquitetónica de uma casa abrigo, que tenha em conta a implantação como principal preocupação e que esteja assente na integração entre o existente, em ruínas, e o corpo arquitetónico novo e que ambos se fundam em perfeita harmonia. Espera-se que o programa previsto seja adequado às carências, cujo público-alvo, mais necessite. Centra a organização de espaço onde a transformação da maneira como as pessoas vivem – de encerrado e protegido – siga em direção a um espaço autónomo e orientado para a vida de volta à comunidade. E com isto pretende-se essencial terminar com um projeto que tem como finalidade mostrar à sociedade que existe esperança para a mudança em representação da evolução de mentalidades. Mais se acrescenta que se apresentam vários separadores e imagens ilustrativas, de cunho pessoal, elaboradas pela autora. Todas as imagens, esquemas, desenhos, entre outros, que não tenham a identificação de fonte são da responsabilidade da autora deste trabalho.





...Crianças  
...violência  
...chumbam  
...vezes mais

**7 FUNCIONÁRIOS**  
**COMBATEM**  
**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

**PORTUGAL DE LUTO**  
**PELAS VITIMAS**  
**DE VIOLÊNCIA**  
**DOMÉSTICA**

**mas**  
**estã**  
**há c.**

**JN**  
**Lei vai prever**  
**botão de pânico**  
**para vítimas**  
**de perseguidores**

**CONCURSO DE**  
**GUARDA-FLORESTAL**  
**FECHADO A GRÁVIDAS**  
**E PORTADORES DE VIH**

**A GAZETA**

**Exportações**  
**deusas caíram**  
**metade**

**Colisão tira a**  
**vida a amigos**  
**irreparáveis**

**SEIS MULHERES PEDEM**  
**SOCORRO TODOS OS DIAS**

**SEIS MULHERES PEDEM**  
**SOCORRO TODOS OS DIAS**

**Armas devolvidas**  
**a agressores em casos**  
**de violência doméstica**

**Vaga de despejos no Porto e Lisboa**

**Grande Lisboa**  
**Dois presos**  
**por rapto,**  
**violações**  
**e homicídio**

**Tudo errado.**

**JN**  
**UN COLO DEPOIS**  
**DO ABANDONO**

**DUAS MULHERES**  
**AGREDIDAS POR DIA**

**Porto**  
**Moziz em**  
**foco**

**Só num ano Estado**  
**apoiou 18 órfãos de**  
**violência doméstica**

**Aggressor ofereceu**  
**30 mil euros a guarda**  
**para escapar a crime**  
**de violência doméstica**

**VIAGEM**  
**AO MUNDO**  
**ESCONDIDO**  
**DA VIOLÊNCIA**  
**DOMÉSTICA**

**Madeira recebe o pior registo**  
**no Relatório Anual de Violência**  
**Doméstica, da Organização**  
**da Mulher e da Igualdade**  
**de Género, do Instituto da**  
**Mulher e da Igualdade de**  
**Género, em 2017.**

**Basta de violência contra elas**

**Os relatos das mulheres**  
**entrevistadas por Carla Maia de**  
**Almeida, escritora e jornalista.**  
**"Em Nome da Filha"**  
**é apresentado hoje**  
**no liceu Camões**

**É CRIME PASSIONAL**  
**É FEMINICÍDIO!**

**Os relatos das mulheres**  
**entrevistadas por Carla Maia de**  
**Almeida, escritora e jornalista.**  
**"Em Nome da Filha"**  
**é apresentado hoje**  
**no liceu Camões**

**É CRIME PASSIONAL**  
**É FEMINICÍDIO!**



## Capítulo 1 | Enquadramento

O flagelo social, a violência doméstica, está inteiramente ligado às vicissitudes do passado, intrínseco na história da humanidade. Não impedindo que, ainda hoje, seja vista como um padrão de comportamento normativo relativamente a essa longa tradição nas diferentes sociedades. Pela sua caracterização de acontecimento privado ou de contexto íntimo, dificulta a abordagem e intervenção. A sua crescente visibilidade nas últimas décadas, contribuiu para a determinação do conceito de violência doméstica no âmbito da investigação, o que deu origem a uma variedade de definições que nem sempre estão em consonância. Tendo em conta os limites atribuídos ao conceito, consideraremos a violência doméstica como um padrão de comportamentos não só violentos como abusivos, onde se objetiva a submissão da mulher com quem partilha uma relação familiar ou de afetividade, estando independente da partilha do espaço doméstico.

### 1. A Violência Doméstica

Violência é uma palavra composta do prefixo *vis*, que tem como significado força, este surge da palavra do latim *violentia* e tem como significado o carácter violento ou bravio, etimologicamente esta palavra significa um abuso da força. Um comportamento propositado que pode causar danos físicos, psicológicos ao outro. No caso da violência doméstica, esta será praticada na esfera familiar, em que um membro exerce o controle sobre o outro. (Souza, Amanda Perucci; Eleutério, Barbara de Oliveira, 2015)

Na busca pela definição de violência doméstica, deparamos-nos com uma grande diversidade de sentidos, parecendo o mais adequado generalizar qualquer tipo de ação intencional, que de alguma forma, ponha em causa os direitos e necessidades, neste caso, da Mulher. (Reis, Carvalho, & Instituto de Gestão Financeira, 2016) Assume-se, como definição de Violência Doméstica, o que nos é apresentado no artigo 152º, do código penal português, que expõe a significação do termo e os respetivos envolvidos. (BDJUR, 2007) De uma forma sucinta, a APAV, apresenta a definição adaptada do documento mencionada anteriormente,

Entende-se por violência doméstica, infligir maus tratos, de forma continuada ou não, maus tratos físicos ou psicológicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais a pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite (APAV, 2014)

Trata-se de um conceito que tem ganho unanimidade devido às transformações sociais, sendo considerada, hoje, uma questão sobremaneira humana. A violência contra a mulher ainda pode ocorrer de uma forma interpessoal, na esfera pública, compreendendo casos como:

os maus tratos, a violação, o abuso sexual, a tortura, tráfico de mulheres, a prostituição forçada, o sequestro e o assédio sexual ou a difusão de imagens estereotipadas sobre os

papeis sexuais na publicidade, e até mesmo a que pode ocorrer nos espaços institucionais (serviços de saúde, polícias, escolas, (...)). (Reis, Carvalho, & Instituto de Gestão Financeira, 2016)

Segundo a APAV podemos distinguir os atos de violência doméstica entre violência doméstica em sentido estrito, relativo aos atos criminais já referidos anteriormente, e violência doméstica em sentido lato, que inclui outros crimes em contato doméstico, consistindo em violação do domicílio ou perturbação da vida privada. (APAV, 2012)

A violência doméstica é explicada pela APAV como um sistema circular, designado por ciclo da violência doméstica, organizado em três fases. A primeira fase consiste no aumento da tensão acumulada no quotidiano, já na segunda é o ataque violento, onde o agressor acaba por maltratar física e psicologicamente a vítima. Passando rapidamente a escala, a frequência e a intensidade desses maus tratos. E por último, a terceira fase representa a “lua de mel” onde o agressor envolve a vítima em carinhos e múltiplas atenções. (APAV, 2010)

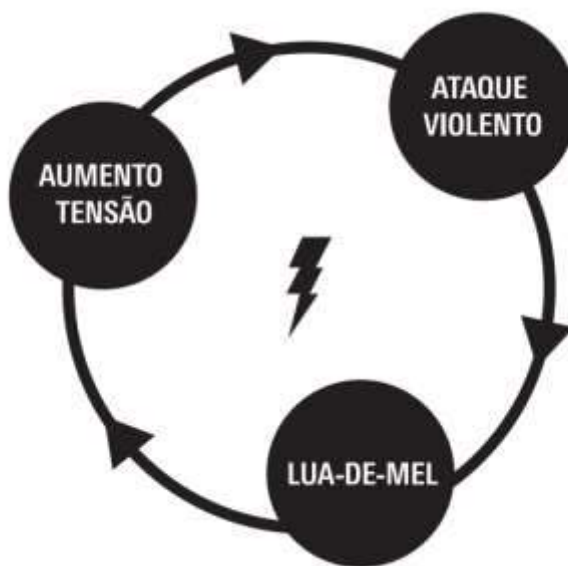


Fig.01 Esquema ciclo de Violência Doméstica, Manual do ALCIPE, (APAV, 2010)

A fase de arrependimento e constantes promessas de mudança, são o pilar da violência dando-lhe o carácter cíclico, intercalando agressões e amor, este motivo, leva a que a mulher permaneça no relacionamento durante anos, vivendo numa relação violenta. Seria importante que a mulher conheça as particularidades do ciclo em que está envolvida, para que encontre uma forma de se libertar da situação. (Miller, 1999)

Como consequências desses maus tratos encontram-se lesões no âmbito do desenvolvimento físico, cognitivo, social, moral, emocional ou afetivo. Em termos de manifestação física, podem ser inflamações, contusões, hematomas, podem deixar sequelas para toda a vida, como são o exemplo, limitações motoras, traumatismos, deficiências físicas. (Kashani & Allan, 1998)A violência pode não deixar marcas manifestas:

Uma violência que não deixa marcas aparentes é tão sutil que sua vítima - a mulher - fracassa em reconhecê-la como tal, embora vá, passo a passo, destruindo seu bem estar e a sua auto-estima, criando um estado de confusão e incapacidade. (Miller, 1999)

Neste âmbito psicológico os sintomas geralmente encontrados são: insónias, pesadelos, falta de concentração, irritabilidade, falta de apetite, incluindo a possibilidade do aparecimento de graves problemas mentais como é o caso da depressão, ansiedade, síndrome do pânico, stress pós-traumático, igualmente comportamentos auto-destrutivos, uso do álcool e drogas, podendo chegar a tentativas de suicídio. (Kashani & Allan, 1998)

Quando confrontadas com a questão de ação violenta, as vítimas declaram a falta de justificação. Afirmam que depois dos primeiros maus-tratos qualquer atitude inicia o episódio de agressão. Inúmeras vezes, quando se apercebem, já estão numa agressão sem entenderem o porquê, apenas creem que os companheiros adquiriram o hábito de as agredir e humilhar. A representação da violência apenas acrescenta sentimentos negativos e depreciativos, a harmonia destruída, sem qualidade de relação entre o casal, passando a desgastante e perigoso. (Fonseca, Ribeiro, & Leal, 2012)

Por outro lado, ainda existe frequentemente uma narrativa marital conjunta, o que acaba por permitir ao casal dar um enquadramento emocional positivo à violência, passa a ser vista como uma expressão de amor, desapropriada mas sem a intenção negativa, tendencialmente desaparecerá com a maturação do parceiro e a compreensão dos danos causados, ou o casal acaba por proceder à completa separação entre o amor e a violência que ocorre, sustentando a narrativa marital de tinalidade positiva, minimizando os episódios violentos. (Dias & Machado, 2011)

## **1.1 Desigualdade de Género e Violência**

A emergência social do problema da violência de género tem evidenciado a gravidade das relações patriarcais, sobretudo no interior do lar, mostrando que a retórica da igualdade entre mulheres e homens está ainda longe de estar conquistada. No caso de Portugal, a 1 de abril de 1978, procedeu-se à revisão do código civil português. Esta revisão, veio introduzir amplas e profundas alterações no regime jurídico que regulava o direito privado português. Neste ponto o direito das mulheres usufruiu de grandes alterações e progressos, marcados pelo princípio fundamental da igualdade de género. Em Portugal, as mulheres sempre estiveram numa condição de desigualdade jurídica face aos homens, desigualdade de estatuto junto da família e do casal, mas também em termos de direitos políticos, sociais, laborais, e culturais. Apenas a constituição de 1933, no artigo 5º, começava a igualar os cidadãos perante a lei. Ainda que, por outro lado, atribuía às mulheres a vocação da maternidade, tendo de se dedicar às tarefas domésticas, a educar os filhos, e ao zelo e bem estar geral do marido, tendo este a obrigação da subsistência da família. (República, Boletim da Assembleia da, 2014)

Hoje, a violência que é exercida sobre as mulheres continua a ser um instrumento social que as impede de ocupar posições de igualdade nos diversos âmbitos da vida social e privada. Apoiada nesta violência, a manifestação do poder está expressa como uma soberania masculina de amplo

enfoque. Esta violência, é muitas vezes tolerada e desconsiderada, especialmente se ocorrida na família, o que dificulta a vítima de aceder aos meios de proteção do estado e da sociedade. (Mulheres, ONU, 2011)

Na defesa dos direitos humanos, há concordância de que é necessário o acesso a vários princípios para “a segurança humana, a ausência do racismo, do sexismo e da homofobia e, por conseguinte, reconhecem a importância da garantia, do respeito e da tolerância à diversidade humana.” Todavia, a violência de género em específico é pouco incluída como uma componente fundamental para garantir a segurança das mulheres e da sociedade como um todo, no que diz respeito à vida da mulher sem medos, é pouco evidenciada. Em causa estão os padrões culturais que negligenciam a ocorrência dessas violências, estes acontecimentos mostram quão importante é a percepção da segurança humana para as mulheres, pois significaria a superação da violência de género. (Cidadania, Observatório da, 2004)

Existe uma grande diferença entre mulheres e homens no que diz respeito à violência, e ao medo da violência onde se inclui o assédio, restringe a mobilidade de milhões de mulheres, limitando-as de que acedam a recursos e atividades básicas. Esses medos são pontos cruciais para que as mulheres sejam forçadas a uma posição subordinada relativamente aos homens. Quando a subordinação, os abusos, negligência física e ou sexual, seja o abuso conjugal ou não conjugal, que ocorrem dentro de casa, no seio da família, muitas vezes não são relatados e por este motivo muito difíceis de denunciar. Todos estes fatores são um núcleo concreto de insegurança humana. (Zeitlin & Mpoumou, 2004)

Após esta breve reflexão sobre as diferenças em relação a mulheres e homens, numa sociedade patriarcal, onde a mulher adquiriu um papel de inferioridade e subordinação, será importante refletir sobre as transformações sociais ainda necessárias para a eliminação dos papéis impostos ao homem, como macho, dominador ou poderoso. É importante suprimir nas próximas gerações o paradigma da mulher como frágil e sempre no lugar de vítima. Reforçar a importância de reeducar o ser humano de forma a que o homem não seja obrigado pela sociedade, a promover o exercício do papel de dominador e com isto, atuar na desconstrução da cultura patriarcal, promovendo a construção de uma relação igualitária. Logo, pensar numa transformação social em que a dominação e o poder imposta pela sociedade aos géneros, não significaria a omissão do masculino mas sim, repensar no que representam os homens e mulheres relativamente ao carácter relacional de poder, desconsiderando apenas a existência da mulher ou do homem, atribuindo-lhes papéis simbólicos com capacidades de mutação e flexibilidade ao longo do tempo. (Silva C. d., 2010)

Perante as reflexões anteriormente descritas surge a seguinte questão: As perspetivas de igualdade de género no campo das políticas urbanas promovem o fortalecimento da sua autonomia ou reforçam os padrões e relações sociais no campo da reprodução social e cuidados? A organização da cidade na sua dinâmica espacial retrata como os padrões e as relações sociais acabam por reforçar a reprodução do lugar da mulher na sociedade, restringindo-a ao ambiente doméstico destacando a falsa dicotomia existente entre público e privado. (Silva M. M., 2017)

O mundo contemporâneo encontra-se numa acelerada urbanização, este rápido desenvolvimento em escala dilige desafios no âmbito das desigualdades socioeconómicas, exclusão e segregação. Homens e Mulheres em diferentes contextos sociais, vivenciam as cidades de maneiras diferentes. A rápida urbanização provávelmente influencia negativamente a forma como as mulheres se movem nas cidades, e sobretudo em termos de segurança adequada. Estes repentinos avanços geram violência de género nos espaços públicos, responsabilidades domésticas desproporcionais, divisão de trabalho por género, acesso desigual a recursos e limita a participação pública das mulheres. Estima-se que mais de 50% da população mundial viva em cidades e é provável que o número aumente para 60% até 2030. As estruturas sociais patriarcais oferecem ao homem mais recursos e repetem estereótipos de género que ainda estão presentes na maioria das cidades, dando às paisagens urbanas a projeção de um modo que reforce as desigualdades de género existentes, comprometendo o acesso das mulheres a esses serviços urbanos. Este aumento de estruturas urbanísticas, gera oportunidades económicas embora isso não se traduza em qualidade de vida urbana igual para ambos os géneros. O conceito atribuído às “mulheres” refere-se a um grupo heterogêneo, em que as dificuldades que enfrentam mudam consoante as suas circunstâncias sociais e pessoais, como é o exemplo de ser jovem ou mais velha, ser mãe solteira, pertencer a uma minoria étnica ou religiosa. Em acréscimo a estas, surgem as pessoas cuja identidade de género não esteja enquadrado no esquema binário de masculino-feminino, ou orientações sexuais diferentes, estão sujeitas a uma experiência diferente de espaços públicos, recursos urbanos e serviços municipais. Para se poder fazer face a estas questões é importante que os governos usem o seu papel para cumprir a iniciativa de promoção da igualdade de género, quer a nível legislativo, com garantir os direitos básicos das mulheres, perceber o papel da cidade enquanto polo de crescimento económico e gerador de mudança social, tornando-se numa incubadora de transformações positivas e de um desenvolvimento social sustentável. (CAF, BIM & ONU , 2020)

A igualdade de género em relação à questão da coabitação, aponta para alguma complexidade. A coabitação conjugal é um bom transmissor das discontinuidades e continuidades dos valores e comportamentos face ao casamento, sexualidade e às relações de género. (Santos F. M., 2010)



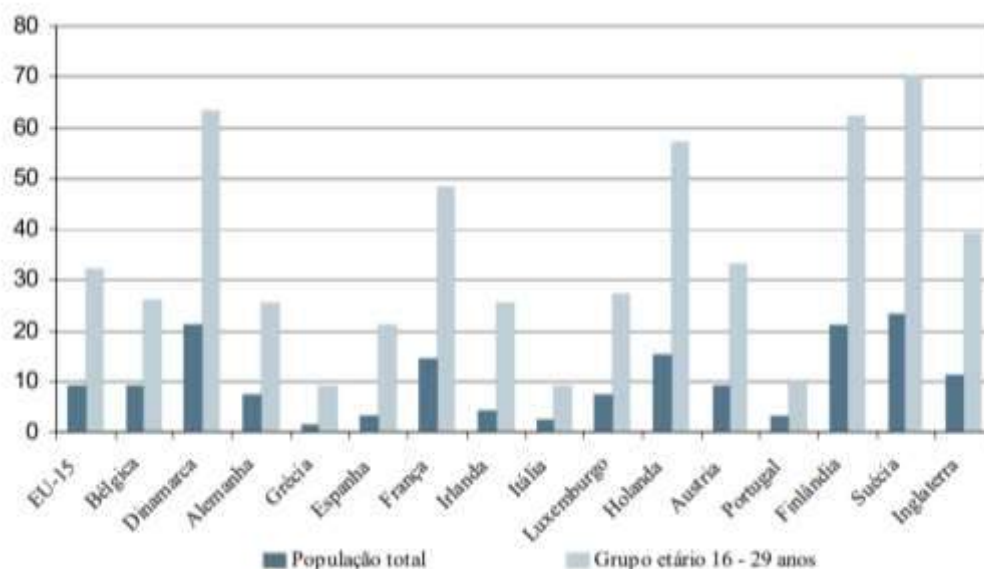


Fig.02 Percentagem de casais a viver em coabitação, 1997; Fonte: Painel de agregados Domésticos da União europeia (ECHP), versão de setembro de 2001 in Annuaire Eurostat 2002, Comissão europeia:34, (Santos F. M., 2010)

Os níveis mais baixos de coabitação em Portugal são justificados pela dificuldade que as camadas mais jovens portuguesas têm em aceder à independência económica. Aliando isto, à falta de controlo das mulheres jovens por via do casamento, fará sentido pensar isto do lado das dinâmicas culturais de cariz conservador. (Santos F. M., 2010)

É sublinhado por vários autores que as mulheres, mais que os homens, preferem a coabitação ao casamento. (Prinz, 1995) Isto deve-se ao facto de estas manifestarem a vontade de preservar a sua autonomia pessoal. A desvalorização dos aspetos institucionais do casamento, como a perda da importância da tradição, da regulação das relações privadas e afetivas no seio do casal, permitem que a coabitação esteja intimamente ligada à desinstitucionalização e privatização do casal. A valorização da harmonia pessoal e emocional presume modelos de conjugalidade e de família mais igualitários. (Santos F. M., 2010) No que respeita à mulher especificamente, os contextos onde surge um aumento do salário feminino, assim como o maior nível de escolaridade e o controlo que têm na sua fecundidade, são admitidos como os causas da diminuição do casamento institucional, multiplicando as uniões informais. (Battagliola, 1988).

Assim a coabitação quando aplicada a formas de organização conjugal e familiar mais focadas na igualdade de género, é contrariada quando aplicada na realidade portuguesa. Visto que, em comparação com os congéneres europeus, os portugueses pertencem aos que consideram que as mulheres devem trabalhar em pé de igualdade com os homens e em simultâneo, são os que menos repartem tarefas domésticas com os parceiros. (Santos F. M., 2010)

Existe una verdad universal, aplicable a todos los países, culturas y comunidades: la violencia contra la mujer nunca es aceptable, nunca es perdonable, nunca es tolerable (Ki-Moon, 2008)

## 1.2 Violência Doméstica no Mundo

Numa análise levada a cabo pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em colaboração com a Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres e o Conselho de Investigação Médica Sul-africano, utilizando os dados de 80 países, estimam que uma em cada três mulheres, 35% das mulheres em todo o mundo, já tenham sofrido alguma violência, sendo ela física e/ou sexual, por um parceiro íntimo e no caso da violência sexual pode ser cometida por um não-parceiro, sendo que, a maioria dos casos de violência é infligida pelo parceiro íntimo.

Em todo o mundo, 30% das mulheres que tiveram um relacionamento relatam ter sofrido alguma forma de violência física e/ou sexual pelo seu companheiro. As avaliações relativamente à prevalência da violência cometida pelo parceiro íntimo oscilam entre 23,2% nos países de rendimentos alto e 24,6% na região do Pacífico Ocidental, 37% na região do Mediterrâneo Oriental e 37,7% na região da Ásia e Sudoriental. Com estas percentagens podemos estimar que 38% dos feminicídios no mundo são perpetrados pelos parceiros íntimos. (OMS, 2017)

Mundialmente os principais fatores de risco da violência doméstica são de caráter individual, familiar, comunitário e social. O baixo nível de instrução, corresponde a um dos fatores, tanto associado às vítimas quanto aos agressores. Um historial de maus tratos durante a infância, experienciar maus tratos por parte de familiares, transtorno de personalidade antisocial, o uso nocivo de álcool, suspeitas de infidelidade ou ser autor de infidelidades, atitudes que toleram violência, a existência de normas sociais que privilegiam os homens, que atribuem um estatuto superior ao homem e concedem um estatuto inferior às mulheres, um acesso reduzido das mulheres a trabalho remunerado e entre estes fatores, ainda podemos encontrar os mais específicos, como os antecedentes de violência, a discórdia e insatisfação marital, dificuldades de comunicação entre o casal e a conduta dominadora masculina sobre a mulher. Relativamente a fatores específicos de violência sexual encontramos a crença na honra da família e pureza sexual, as ideologias que consagram os privilégios sexuais dos homens e a leveza das sanções legais contra atos de violência sexual. (OMS, 2017)

A OMS publicou novas diretrizes e ferramentas clínicas para apoiar os países e os prestadores de cuidados da saúde para que ofereçam uma atenção adequada e orientada para as mulheres, o que implica uma escuta compreensiva e uma resposta livre de preconceitos, reconhecer as necessidades e as preocupações das mulheres e facilitar-lhes o acesso às redes sociais de apoio. Cada vez são mais os países que adaptam ou atualizam as suas diretrizes e que oferecem novos programas de formação ajustados a recomendações ditadas por profissionais sanitários. A atenção tem-se ampliado no apoio que é necessário prestar nos países e entornos onde conflitos e desastres impulsionam riscos relacionados com a violência de género. (OMS, 2018)

A mesma Organização Mundial de Saúde, em 1999, elegeu o dia 25 de novembro, como o dia Internacional para a Eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres. A Assembleia Geral das Nações Unidas designou-o desta forma para chamar a atenção do público para o problema. A escolha do dia que tem por base a data em que as ativistas políticas na República Dominicana, as irmãs Mirabal foram assassinadas, em 1960, a mando do ditador Rafael Trujillo. Com esta data, a intenção é alertar a sociedade para os vários casos de violência contra as mulheres, sejam através dos maus tratos físicos, psicológicos ou do abuso ou assédio sexual. (CIG, 2016)



Fig.03 Figura Ilustrativa das irmãs Mirabal, ONU Mulheres Brasil, (ONU, 2018)

Para além desta manifestação de preocupação pela violência doméstica a nível mundial, a Comissão Europeia, a Federação Internacional de Futebol (FIFA) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) uniram-se para lançar a campanha #SafeHome, destinada a apoiar mulheres e crianças suscetíveis de se converterem em vítimas de violência doméstica. A campanha é uma resposta conjunta das três instituições ao recente incremento da violência doméstica como consequência das medidas de confinamento para prevenir a propagação do COVID-19, que colocou as mulheres e as crianças numa situação de ainda maior vulnerabilidade. (OMS, 2020)

A violência doméstica contra as mulheres na União Europeia, na imagem que se segue (Fig.4), ilustra os dados de uma forma sucinta relativamente a cada país da União Europeia e redimensionando-o de acordo com o número total de mulheres com 15 ou mais de 15 anos, que experienciaram violência por um parceiro ou não. Estes mapas mostram a dimensão real da violência contra as mulheres na UE. (Hennig, 2014)

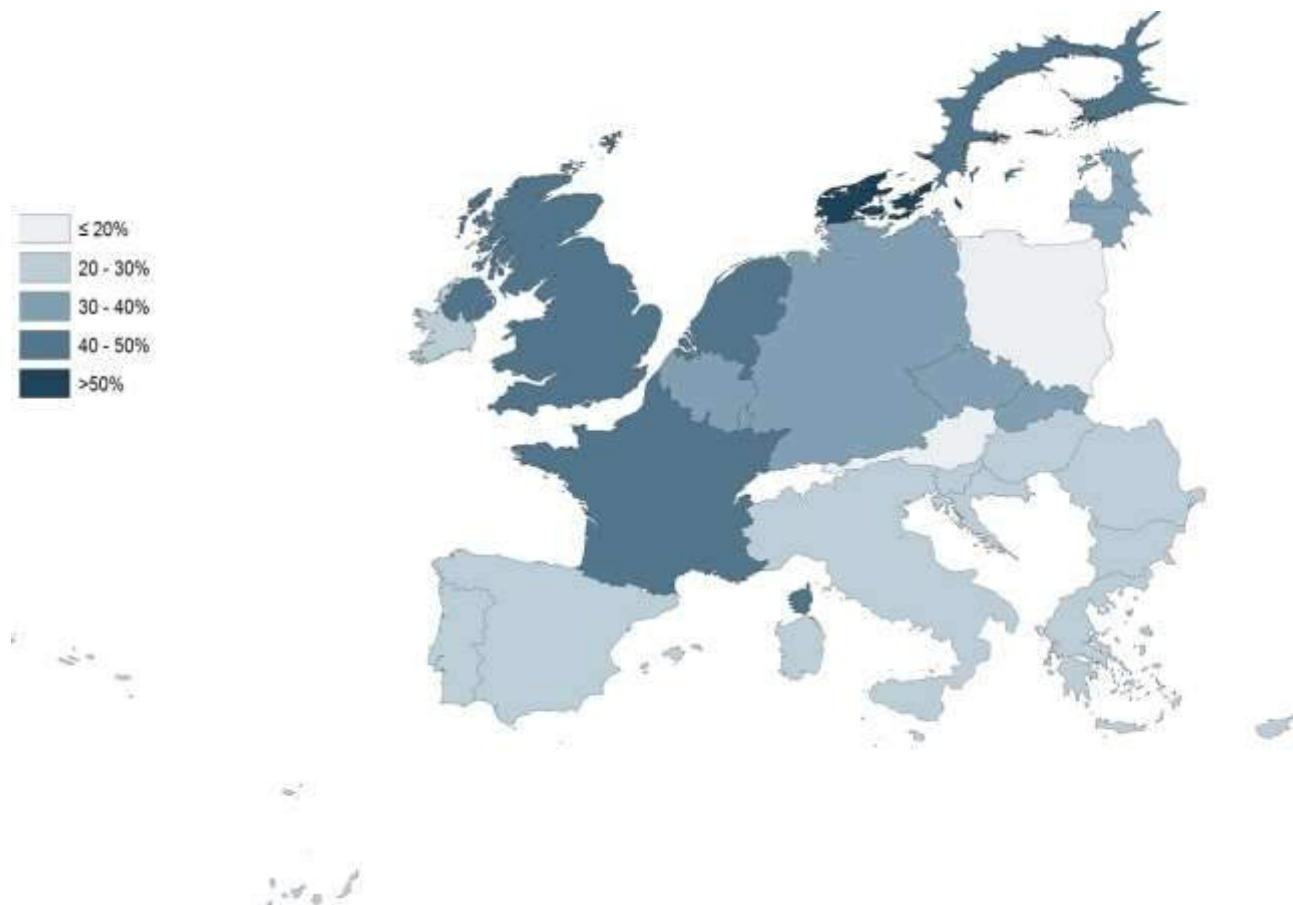


Fig.04 Mapa da União Europeia, ilustrativo “violence against Women in the European Union “(Hennig, 2014)

A série de mapas que se segue (Fig.05), mostra a importância da geografia e os padrões da violência contra as mulheres existentes na união Europeia. Considerando os níveis por cada país, as taxas de violência que é praticada pelos parceiros íntimos variam de 30% a 32% na Finlândia, Dinamarca e Letônia. Na Áustria, Croácia, Polónia, Eslovénia e Espanha a 13%. Quanto a níveis de violência sem parceiro íntimo o grau de disseminação é semelhante, o máximo é de 34% a 40% na Suécia, Holanda e Dinamarca, 10% a 11% em Portugal, na Grécia e Polónia. As taxas de violência praticadas por parceiro íntimo e por não parceiro estão correlacionadas, não ocorrendo isoladamente, o que significa que os países com uma maior prevalência de violência por parte dos parceiros também, na maioria dos casos, apresentam maiores taxas de violência por um não parceiro. A informação retirada de um estudo baseado em entrevistas com 42.000 mulheres nos 28 estados-membros foi um primeiro passo para combater a persistente falta de dados compatíveis e as questões aqui abordadas estão longe de se limitarem a outras partes do mundo. (Hennig, 2014)

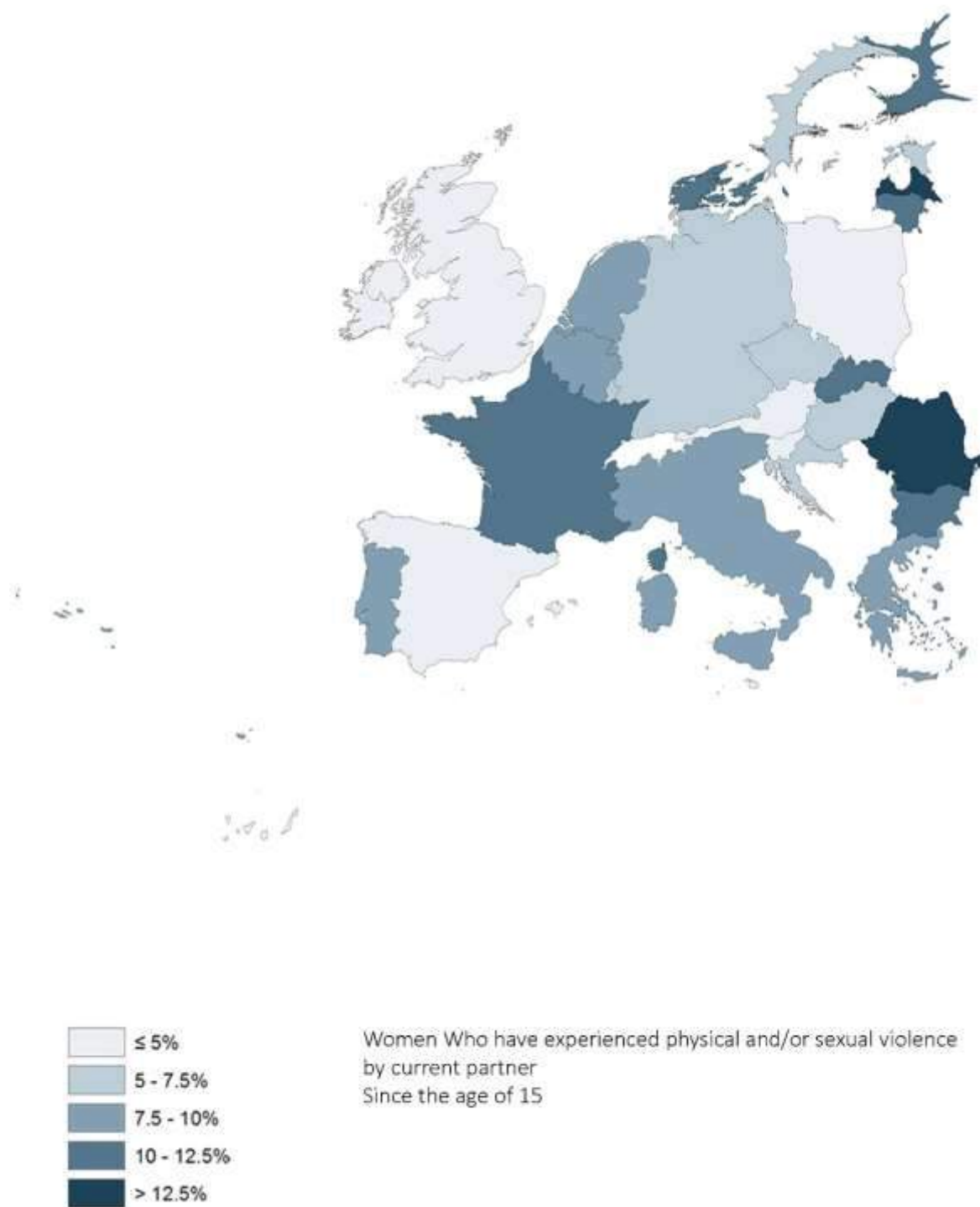


Fig.05 Mapa da União Europeia, ilustra a percentagem de mulheres que experienciaram violência física ou sexual pelo seu atual companheiro, desde os 15 anos de idade. (Hennig, 2014)

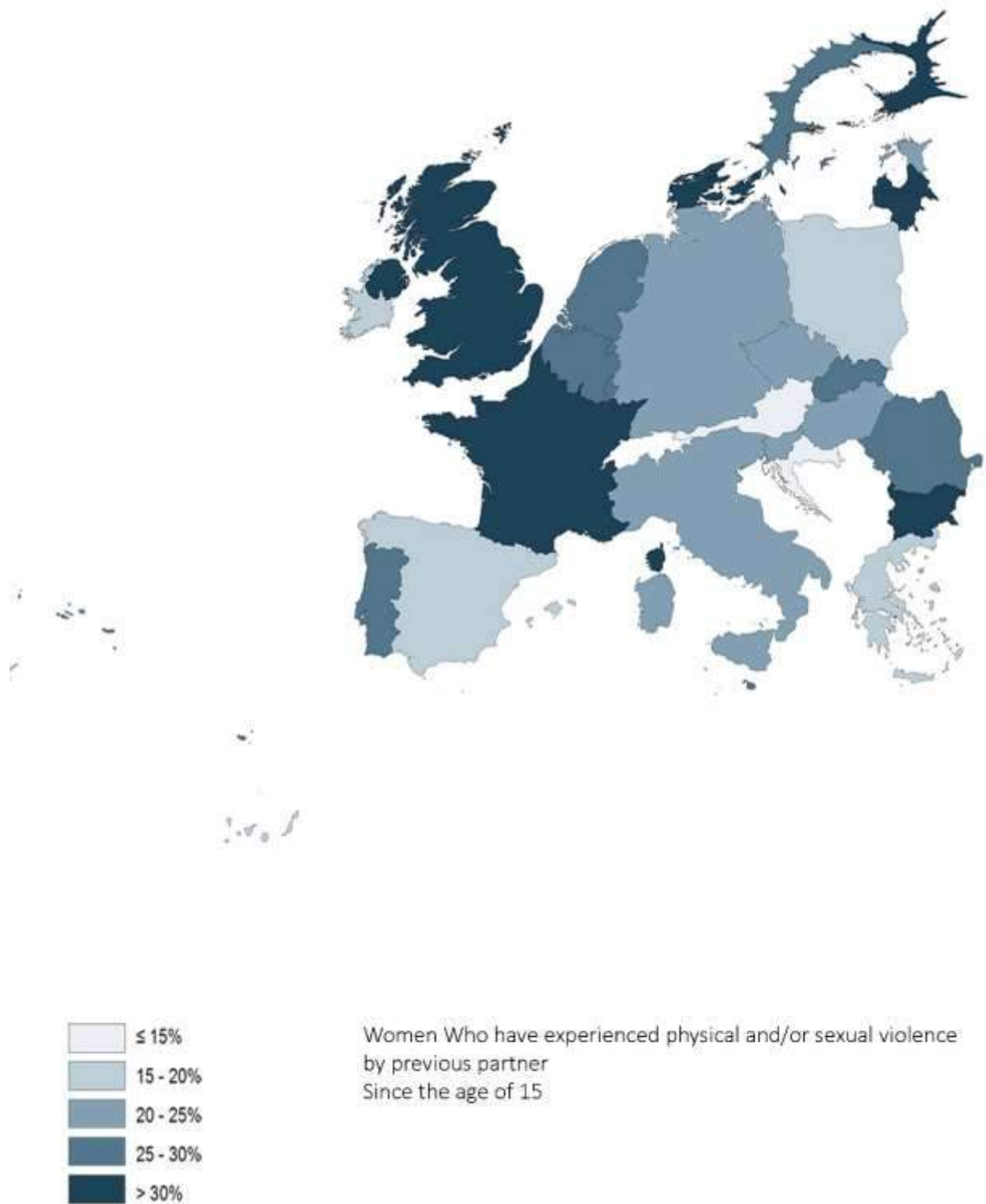


Fig.06 Mapa da União Europeia, ilustra a percentagem de mulheres que experienciaram violência física ou sexual pelo seu ex-companheiro, desde os 15 anos de idade. (Hennig, 2014)

### **1.3 Violência Doméstica em Portugal**

Como referido anteriormente, este fenómeno da violência doméstica está muito presente e sempre esteve na história da humanidade. Para além de se mostrar como um ato abusivo e criminoso apenas num passado bem recente é que essa prática passou a ser criminalizada e deixou a esfera particular.

No contexto português, foi após a revolução do 25 de Abril de 1974 que surge a preocupação com este fenómeno da violência praticada contra as mulheres, O procedimento de criminalização dessa violência foi demorado em consequência do atraso que o país levava tendo em conta os restantes países da Europa, causado pelo longo período de ditadura salazarista (1926-1974). (Duarte, 2011)

Esse contexto social e político da época foi a grande entrave ao desenvolvimento pleno do movimento feminista em Portugal e o seu carácter clandestino dificultava que se assumisse com a mesma relevância de outros países. Neste período de pós-ditadura propiciou-se para a transformação de mentalidades, possibilitando a criação de igualdade de oportunidades. (Azambuja & Nogueira, 2008)

Em 1976, surge o primeiro sinal significativo onde a mudança imperava relativamente à igualdade de género, e na constituição de 1976 está instituído num diploma legal português decretando a igualdade de direitos e deveres relativamente aos conjugues. (Fertuzinhos, 2016) Em paralelo, desenvolvia-se a validação de Portugal da Convenção sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (1979) e assim o país dá o primeiro passo para alcançar a comunidade internacional relativamente a questões relacionadas com violência contra Mulheres. (Marques, 2009) A pedra basilar para a consideração da violência doméstica como crime público foi o código penal de 1982, nomeadamente o artigo 153º que referia como crime público “os maus tratos ou sobrecarga de menores e subordinados ou cônjuges”. (BDJUR, 2017)

Passados anos, em 1995, a renovação do Código Penal apresentava o artigo 152º intitulado de “Maus tratos ou sobrecarga de menores, de incapazes ou do conjugue”, penalizava criminalmente maus tratos físicos e/ou psicológicos, ainda com a agravante da existência de uma relação conjugal entre os indivíduos, isto é, abrangendo não só indivíduos com uma relação marital, mas também, situação em que eles coexistissem numa situação semelhante. Ainda assim, este fenómeno continua na esfera do privado por depender da queixa crime da parte da vítima para a abertura do processo crime, o que gera um retrocesso no âmbito da criminalização. Passados três anos da revisão penal de 1995, foi introduzida uma nova alteração à natureza deste crime passando a denominar-se de “Maus tratos e infração de regras de segurança”. Desta forma o crime passa a semipúblico, podendo o ministério público iniciar o processo crime se o interesse da vítima assim o impuser e se o alegado agressor não se opuser antes de ser deduzida a acusação. (Magalhaes, Morais, & Castro, 2011)

No ano de 2000, com a lei 7/2000 de 27 de maio, é que a lei anteriormente descrita passou a ser considerada um crime público, sendo-lhe adicionada os maus tratos a progenitor de descendente

comum em primeiro grau e ainda uma pena adicional de afastamento e proibição de contacto com a vítima incluindo o afastamento da residência, com a possibilidade de maus tratos passarem a ser um motivo válido para o pedido de divórcio. (Diário da República, 2020)

Em 2007, foram introduzidas alterações significativas na legislação do combate à violência doméstica. A reforma penal desse mesmo ano alterou a designação do crime, deixando de ser denominado de maus tratos, sendo redefinido no mesmo diploma como “Violência Doméstica” e singularizando de uma forma automática no artigo 152º “quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais”. Além disso, ficou claramente expresso na lei que o crime de violência doméstica pode ser cometido de forma repetida ou não, pondo um ponto final na discussão jurisprudencial existente. O crime da violência doméstica tornou-se mais abrangente, englobando outras formas de violência, podendo ser aplicadas em casos de “conjugue” ou “ex-cônjuge” e ainda:

(...) Pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga a dois conjugues, ainda que sem coabitação; a progenitor de descendente comum em 1º grau; ou a pessoa particularmente indefesa, em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite. (BDJUR, 2007)

Em 2009, a lei 112/2009 institui o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas. No documento mencionado estão reconhecidos os direitos das vítimas, bem como garantias à sua proteção através da constituição do Estatuto de Vítima que confere como direitos: o direito à informação, o direito à proteção, o direito à assistência específica e o direito à indemnização e restituição de bens. Com este documento surgiram também as condições e regulamentos para a implementação de uma rede nacional de apoio especializado, como são o exemplo das casas abrigo e os centros de atendimento, para mulheres vítimas de violência doméstica. Muito além das medidas já referidas, ainda se podem aplicar a utilização de meios técnicos de controlo à distância, atribuindo-lhes o caráter de urgência na aplicação das medidas de coação. (PGDL, Procuradoria Geral Distrital de Lisboa, 2020)

As transformações na esfera política potenciaram a implementação de uma rede de apoio estruturada que formada por recursos públicos e sociedade civil foi capaz de fornecer uma orientação e suporte especializado a todas as vítimas de violência doméstica. Para o rompimento do ciclo de violência é essencial uma rede institucional adequada e eficiente, isto com a finalidade de terminar com o isolamento social das vítimas e o empobrecimento da sua rede social primária. A crescente consciencialização pública para o fenómeno tem vindo cada vez mais a assentar num conjunto de respostas sociais, públicas e privadas. Ao nível da proteção e integração social estão disponíveis estruturas de atendimento especializado, unidades onde as vítimas são apoiadas e encaminhadas por uma equipa pluridisciplinar, e estruturas de atendimento, são casas abrigo que constituem um equipamento capaz de proporcionar acolhimento temporário às mulheres e aos filhos e filhas que necessitem de abandonar o seu domicílio. (Almeida, 2008)

Neste âmbito, estão ainda ao dispor da vítima várias linhas de apoio telefónico que proporcionam ajuda. No caso da CIG, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, disponibiliza uma linha telefónica 24 horas por dia, todos os dias do ano, que oferece apoio psicológico, informação sobre os seus direitos e recursos de apoio de uma forma anónima. (CIG, Comissão para a cidadania e igualdade de Género, 2018)

No caso das vítimas de violência doméstica que não possuam condições económicas para costear a contratação de um advogado ou as custas de um processo crime, que surgem em consequência da denúncia, podem ainda solicitar apoio judiciário nos serviços da segurança social da sua área de residência. A Polícia de Segurança Pública (PSP) desenvolve um projeto de atendimento às vítimas, o projeto é designado de Equipas de Proximidade e Apoio às Vítimas (EPAV). No caso da Guarda Nacional Republicana (GNR), foi criado em 2002, o Núcleo de Apoio às Vítimas Específicas (NIAVE), que se destina à prevenção acompanhamento e investigação das situações de violência exercida sobre as mulheres, as crianças e outros grupos específicos de vítimas. Ainda, em casos nos quais as vítimas corram riscos de reincidir e /ou tem necessidades específicas de segurança, podem beneficiar gratuitamente do serviço de teleassistência, sendo determinado por juizes ou magistrados do Ministério Público, durante a fase de inquérito. Como já referido, para que a proteção e segurança das vítimas seja garantida, existe a possibilidade de ser aplicadas medidas de coação com a utilização de meios eletrónicos de monitorização e vigilância à distância. O sistema informático é aplicado através de uma pulseira eletrónica, na qual a autoridade judiciária define as zonas de proteção à vítima e o seu raio, tudo em função das rotinas dos envolvidos, marcando as zonas de exclusão para o agressor, a casa da vítima, o local de trabalho, entre outros. (DGRSP, Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais , 2020)

Os direitos sociais que estão estipulados no Estatuto da Vítima são diversos: o direito a justificação de faltas no trabalho, causadas por impossibilidade causada pelo crime de violência doméstica, solicitar transferência temporária ou definitiva para outro local de trabalho, beneficiar de apoios para arrendamento de habitação ou atribuição de habitação social caso exista a necessidade de afastamento da vítima do autor do crime, beneficiar de Rendimento Social de Inserção (RSI) e do abono de família no caso de existirem filhos ou filhas a residirem com a vítima, ter entrada preferencial em programas de formação profissional disponíveis e beneficiar de isenção de pagamentos de taxas moderadoras no Sistema Nacional de Saúde (SNS). Além destas estruturas mencionadas, a localização das mesmas, na sua maioria, está em centros urbanos e principalmente na zona litoral do país e o acolhimento nem sempre é fácil devido à dificuldade de encontrar vagas o que leva a que as leis estipuladas nem sempre sejam exequíveis devido à falta de recursos e verbas, como é o caso da atribuição de habitação social ou a entrada preferencial nos programas de formação profissional. (Meireles, 2012)

Indicadores, com dados estatísticos fidedignos, representativos das várias vertentes de intervenção das políticas públicas na prevenção e combate à violência doméstica e a violência contra as mulheres. Dados Referentes ao ano de 2018 e 2019. (CIG, 2020) As participações registadas pelas forças de segurança (PSP e GNR) pelo crime de violência doméstica, desagregadas por sexo das vítimas e de denunciados/as, informam-nos que:

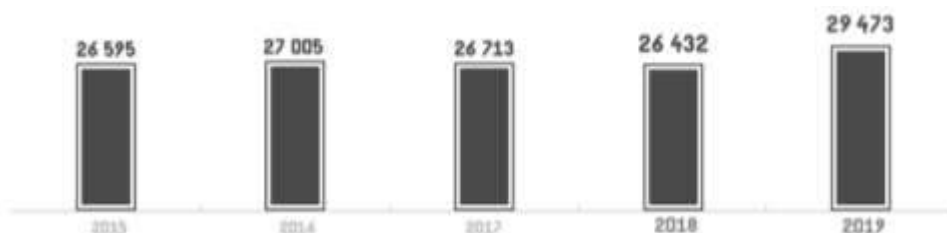


Fig.07 Gráfico das participações pelas forças de Segurança relativamente ao crime de violência doméstica. (CIG, 2020)

O seguinte esquema apresenta a diferenciação por sexo, no ano de 2018, entre o número de vítimas e as pessoas denunciadas:



Fig.08 Esquema que diferencia a o número de vítimas e as pessoas denunciadas no ano de 2018, (CIG, 2020))

No que diz respeito às condenações por crimes de violência doméstica contra conjugues ou análogos, em 2018 verificou-se um decréscimo de 1,6 % face a 2015. Este número foi muito inferior ao número de participações registadas pelas forças de segurança. Os dados das condenações por crimes de violência doméstica, tribunais judiciais de 1ª instância revelam o seguinte:



Fig.09 Esquema de condenações por crimes de violência doméstica. (CIG, 2020)

Por outro lado, os dados sobre a sinalizações pela exposição a violência doméstica junto da CPCJ, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens são:



Fig.10 Esquema de sinalizações por exposição a violência doméstica. (CIG, 2020)

## **1.4 Violência Doméstica em Tempo de Pandemia**

A pandemia do Covid-19 desenvolve-se em todo mundo e em paralelo intensifica-se também a pandemia da violência contra mulheres. O stress, a perturbação das redes sociais e de proteção e o menor acesso a serviços podem aumentar o risco de violência contra as mulheres. À medida que vai sendo implementada a medida de distanciamento social e se pede para as pessoas ficarem em casa, a probabilidade é de que a violência exercida pelo parceiro íntimo aumente. A probabilidade de que as mulheres que estão numa relação onde são maltratadas, assim como os seus filhos e as suas filhas, sofram um aumento da violência à medida que a família passe mais tempo em contacto intenso, fazendo frente a um maior stress em conjunto com a possibilidade de percas económicas e de trabalho, é muito elevada. (OPAS, 2020)

O confinamento aumenta a falta de contacto com familiares e amigos que lhe possibilitariam a prestação de apoio e a respetiva proteção para a violência, acrescentando o encerramento das escolas e o respetivo aumento do trabalho doméstico, aumentando o nível de stress. A interrupção dos meios e capacidade de sobrevivência, considerando que muitas destas mulheres são trabalhadoras assalariadas informalmente, o que lhes reduz o acesso a serviços básicos, à medida que diminui os recursos ficando expostas a um maior risco de exploração económica. Esta exploração normalmente surge da parte dos agressores que podem valer-se das restrições implantadas devido à Covid-19 para exercer poder e controlo sobre as suas companheiras com a finalidade de reduzir ainda mais o seu acesso aos serviços, a ajuda e ao apoio psicológico tanto das redes informais como das formais. Desta forma, existem casos onde exercem controlo inclusivamente em relação ao acesso a sabão ou desinfetante de mãos, ou passando a informação incorreta acerca do vírus e estigmatizando-as. Assiste-se assim, a uma provável redução ao acesso básico de saúde sexual e reprodutiva, incluindo os que se dirigem a mulheres que sofrem violência e também, que haja uma diminuição a prestação de outros serviços como linhas telefónicas de ajuda, os centros de atendimento a crises, os abrigos, a assistência jurídica e os serviços de proteção (OPAS, 2020)

Apesar da enorme carga imposta pela pandemia de Covid-19 nos sistemas de saúde existem medidas que podem ajudar a mitigar as repercussões durante este período. O primeiro passo deve-se encontrar na promoção da consciencialização a respeito dos possíveis impactos causados pelo distanciamento físico, quer para as mulheres como os seus filhos e filhas. Também requer particular atenção a existência de profissionais de saúde que estejam a passar por esse processo, quer nas suas casas ou nos respetivos trabalhos. Aos gestores da saúde ou administradores das instituições devem ter planos para lidar com a segurança da equipa. Profissionais da linha da frente também podem sofrer de isolamento e exclusão social. Neste caso deve lhes ser oferecido um apoio psicossocial e objetivos que não sejam baseados em desempenho. (OPAS, 2020)

A CIG, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, aliou-se à equipa do Programa de Saúde Mental para partilhar informação sobre os respetivos serviços de apoio nas áreas de violência doméstica e de saúde mental. Com esta estratégia a CIG avançou com a campanha #portugalcontraaviolencia, onde a rede nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

apoiou a segurança em isolamento mostrando as várias possibilidades de ajuda; dentre as quais, a possibilidade de entrar em contacto através de SMS, telefonando ou ainda via email. Aclara que, para além destas, ainda podem participar situações de violência doméstica à GNR, à PSP diretamente no portal Queixa Eletrónica (CIG, 2020) A queixa eletrónica tem como finalidade facilitar a apresentação à GNR, à PSP e ou (SEF), Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, de queixas e denúncias por via eletrónica. Este último, não se destina a emergências ou às quais seja necessária uma resposta imediata. (Interna, Ministério da Administração, 2020)



Fig.11 Convenção de Istanbul, the Council of Europe's Istanbul Convention on violence against women, 01 julho de 2019  
(Heisecke, 2019)

A pandemia introduziu uma chamada de atenção no mundo e tornou ainda mais perceptível que as mulheres nem sempre estão seguras em casa. Ao nível europeu, os quadros jurídicos, a resposta da polícia e o aumento dos serviços que permitem manter as mulheres seguras obtiveram uma aceleração. Respeitando os estados-membros do Conselho da Europa, trinta e quatro países já ratificaram a Convenção de Istambul, onde estão descritas uma lista de medidas para a proteção das mulheres. Não obstante, à pressão que a 5 de maio de 2020 se fez surgir com o surgimento da pandemia, a Hungria rejeitou ratificar a convenção de Istambul, seguindo os passos da Bulgária, Eslováquia e da Letónia. (Pinna, 2020)

Perante o ano de 2020, Portugal e o Mundo vivenciaram um dos momentos mais complexos, com medidas de isolamento impostas pelos governos que impactaram a realidade das pessoas que sofrem violência doméstica. Em Portugal, especificamente nos meses de março, abril e maio foram implementadas medidas excecionais de restrições, obrigando ao isolamento social. Esse período de três meses, especialmente de dia 01/03/2020 até 31/05/2020 segundo dados do Observatório de Mulheres Assassinadas (OMA) referentes a feticídios, tentativas de feticídios e ameaças de morte em Portugal os dados são os seguintes:



Fig.12 Mulheres assassinadas em Portugal, noticiadas pela imprensa portuguesa durante o período de confinamento. (OMA, 2020)

Entre março e maio de 2020, destacam-se quatro feticídios e nove tentativas de feticídio, três das quais durante o Estado de Emergência, com confinamento obrigatório. Além dos feticídios ou tentativas, verificou-se um elevado número de ameaças de morte contra mulheres, em contexto de violência doméstica. Entre o mesmo período já mencionado, foram contabilizadas um total de 33 ameaças de morte. Este Estado de Emergência revelou a fragilidade das mulheres que sofrem violência doméstica e a fragilidade da proteção e apoio a vítimas de violência de género.

Numa tentativa de análise e retrospectiva, relativamente a anos anteriores compreendidos entre 2004 e 2020, a conclusão é de que as tentativas de feticídio se manterem em média, o número de feticídios aparentemente diminuiu. (OMA, 2020)

<b>Período:</b>	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
<b>Março a</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Maio</b>	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Feticídios	9	9	10	7	14	6	7	5	11	13	12	9	4	7	8	6
Tentativas Feticídio	2	10	3	15	16	9	13	15	8	13	15	7	9	11	3	8

Fig.13 Mulheres assassinadas em Portugal, noticiadas pela imprensa portuguesa durante o período de confinamento. (OMA, 2020)



## 2. Arquitetura contra a violência

A origem da arquitetura está ligada à iniciação das construções primitivas que promoviam a proteção das intempéries e das condições do tempo. Em termos gerais, a casa é entendida como uma edificação anteposta historicamente pela cabana, que tem como função diferenciar o espaço público do privado, para além de trazer segurança a quem a habita de perigos do exterior. No caso do Vitruvius (séc. I a.c.) que foi o primeiro a procurar o fundamento da casa, fundamentando-o com o aparecimento do fogo na origem da sociedade humana e conseqüentemente a atividade construtora do homem. Frank Lloyd Wright aponta a casa como a origem do refúgio, o abrigo para o ser humano, protegendo-se da chuva, do vento e da luminosidade, no caso de Le Corbusier aponta a essência da casa ao princípio dos templos distinguindo casa de lar. Aponta a diferenciação entre ambas explicando a casa como objeto material e o lar diferencia-o com valor emotivo de experiências familiares. Na descrição apontada pelos vários autores existe uma simbiose entre eles, que se torna importante na execução deste trabalho, passando pela separação do público e o privado, abrigar contra perigos, e um local para reestabelecer laços familiares. (Jacobs, 2010)

### 2.1 Enquadramento do Acolhimento

Contextualizando as relações violentas, de que as mulheres são alvo, a preocupação com esta violência inicia-se na década de 1970, resultado de desassossegos das feministas da segunda vaga e das pesquisas que encetaram junto das vítimas. Focando na função das casas abrigo e a experiência das suas utentes, parece fundamental esclarecer o conceito de - *patriarcal terrorismo* -, é um tipo de violência aprovado pela tradição patriarcal da família e o direito dado ao marido de controlar a mulher. (Guerreiro, Patrício, Coelho, & Saleiro, 2015)

No uso do termo terrorismo para definir as ações de caris patriarcal contra as mulheres, que estão presentes nos atentados às suas vidas, deparando- nos com o impasse da definição do termo, o importante será realçar o terror como repetidor de ações que tem por objetivo impor as ideias de um grupo sobre o outro, pelo uso da força como meio da intimidação de criação da cultura do medo. (Ferrari & Nader, 2007-2010) Nos anos 1970, voluntárias e ativistas feministas tentaram lidar com este problema abrindo refúgios para mulheres, desde então, estão a ser desenhadas casas abrigo e serviços de atendimento em conjunto com serviços comunitários que intervêm em resposta destas necessidades e expectativas das mulheres e das suas crianças. (Commission, European, 2010)

No caso da ausência de uma alternativa habitacional segura que contraponha o risco de reincidência do agressor, a casa abrigo é a resposta social disponível. ( (Guerreiro, Patrício, Coelho, & Saleiro, 2015)) Assim, as casas abrigo têm um papel fulcral na redefinição da vida da mulher e dos filhos, sendo que a instituição acolhe temporariamente as vítimas e as/os filhas/os menores. Nestas instituições são promovidas as competências pessoais, profissionais e sociais da vítimas, suscetíveis de exclusão social, tendo em vista a sua efetiva reinserção. ( (UMAR, 2015))

Once upon time, back in the 70s, if you were a woman having a bad time, Pizzy's was the name to conjure with. The founder of the Chiswick Women's Refuge (...) (Rabinovitch, 2001)  
2.2  
The Chiswick Women's Refuge

As primeiras casas abrigo surgiram na década de 1970 e apareceram como resultado de iniciativas individuais ou de grupos que não estavam ligados ao estado, principalmente pelo facto de o estado entender este tipo de violência como algo de carácter privado, no qual não deveria intervir. Deste modo, os primeiros abrigos para mulheres surgiram em Inglaterra e nos Estados Unidos da América, sendo que o primeiro deles se encontrava em Londres (Junior, 2015).

Em 1971, no decorrer de alterações a nível social, surgiu o Chiswick Women's Refuge, o primeiro refúgio para mulheres e os seus/as filhos/as, que fugiam da violência doméstica. (Jacobs, 2010) Na Inglaterra, em pleno início desse mesmo ano, ergue-se em movimento feminista, constituído por mulheres na sua maioria agredidas, proporcionando assim o aparecimento desta primeira casa abrigo para mulheres que sofriam de violência doméstica. (Muehlenhard & Leigh, 1999)

Este abrigo surge como um serviço aberto e não-sigiloso, apenas surgindo o primeiro com carácter sigiloso após o rompimento com este primeiro modelo de abrigo. Este rompimento proporcionou o aparecimento de 300 casas abrigo, até hoje, do mesmo tipo em todo o país. No decorrer da década de 1980, estas casas abrigo sofreram uma profissionalização pela implementação de projetos incorporados pelo estado, o que contribuiu para que a violência que era exercida sobre as mulheres fosse entendida com carácter público (Junior, 2015)

Voltando aos anos 1970 e a Inglaterra, mais precisamente ao bairro londrino de Chiswick, que Erin Pizzey funda o primeiro refúgio para mulheres vítimas de violência doméstica. É com esta ação que inicia a futura criação de centenas de refúgios para mulheres. Feminista e ativista que atualmente permitem a muitas mulheres e crianças terem a mudança de vida mais facilitada. Como é referido:

(...) they heard about a place that had opened up for women fleeing domestic violence. It was 1972, and the world's first women's refuge had opened in Chiswick the previous year. Barbara does not remember much about it, but she does remember being shocked. It was something that would stun you. It was totally different to anything that you would see nowadays. (Rabinovitch, 2001)

Atualmente é designada de Refuge, e tornou-se uma instituição de caridade do Reino Unido que presta apoio especializado a mulheres e crianças. Albergando mulheres e crianças desde 1971, permitiu que porque pela primeira vez alguém dissesse que sofrer violência doméstica no seu espaço doméstico não estava correto. Desde então, a Refuge lidera a campanha contra a violência doméstica e de género no país, apoiando mais de 6.000 mulheres e crianças em alguns dias. (Refuge, 2017)



Figs.14 Vítimas de violência doméstica, refúgio lotado em Chiswick, Londres, Refuge (Bramley, 2018)

## 2.3 Casas Abrigo em Portugal

Tipificada como uma resposta social, a casa abrigo deve ser entendida como uma defesa dos direitos humanos das mulheres, onde as utentes estejam na centralidade e dominada por princípios de empoderamento, participação e autonomia. É “mais do que um teto sobre a cabeça”, a casa abrigo é uma oportunidade para aprendizagem, capacitação e edificação de uma vida digna e livre (Baptista, Silva, & Silva, 2015) O funcionamento das casas abrigo baseia-se na organização em unidades que favorecem uma relação afetiva com semelhanças familiares, um quotidiano personalizado e a integração na comunidade. (Magalhaes, Morais, & Castro, 2011)As mulheres admitidas nas casas abrigo são vítimas do crime previsto no artigo 152º do Código Penal. O estatuto de vítima é lhes atribuído após a apresentação da denúncia de crime de violência doméstica e com fortes indícios da denuncia não ser infundada. (Guerreiro, Patrício, Coelho, & Saleiro, 2015)

Para este efeito, garantir a efetiva proteção e apoio à vítima, a Lei nº. 112/2009, de 16 de Setembro, prevê um conjunto de medidas que tem como finalidade a consagração dos direitos das vítimas, criar medidas de proteção com a finalidade de prevenir, evitar e punir a violência doméstica; integrando a efetiva resposta dos serviços sociais de emergência e apoio à vítima. (IP & CIG, 2019) Assim como também garantir um regulamento interno da própria instituição que aprovado previamente pelos membros do governo responsáveis pela cidadania e igualdade de género e do trabalho de solidariedade social, sendo possível a designação, por parte destes, de outra pessoa para o fazer. Antes da entrada de qualquer vítima é necessário dar-lhes a conhecer todo o regulamento, sendo obrigatório o correspondente termo de aceitação. (Magalhaes, Morais, & Castro, 2011)

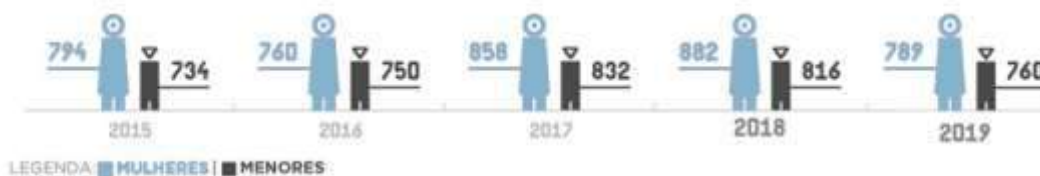
As casas abrigo devem possuir uma equipa técnica pluridisciplinar, incluindo as valências de direito, psicologia e serviço social, com o propósito de compreender as vítimas acolhidas na instituição e apoiá-las na execução dos seus projetos de promoção e proteção. A lei, já mencionada, descreve que cabe aos responsáveis das casas abrigo denunciar aos serviços do Ministério Público competente as situações de que tenham conhecimento em relação não só às vítimas, no caso as mulheres, mas também os seus filhos e filhas, dando início a conduta criminal correspondente (Magalhaes, Morais, & Castro, 2011).

As três primeiras casas abrigo abrem portas entre 1995 e 1999 e na sua génese esta rede pública de casas de apoio definia os serviços prestados pela rede pública como gratuitos. Atualmente, esta rede de apoio é definida pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e inclui as casas abrigo, os centros de atendimento e os centros de atendimento especializado. Ainda pertencendo a esta rede existem os núcleos de atendimento, os grupos de ajuda mútua devidamente certificados pela CIG e as autarquias locais enquanto parceiras da rede. (Guerreiro, Patrício, Coelho, & Saleiro, 2015)



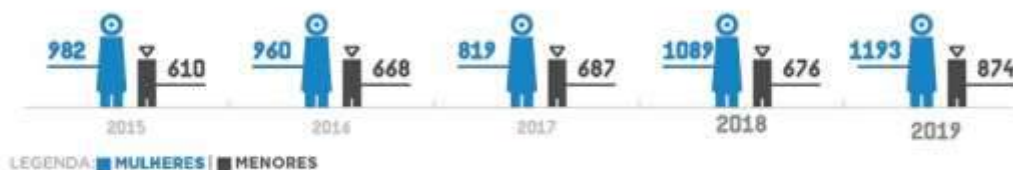
A casa abrigo foi concebida como último recurso de apoio e para casos de risco extremo de segurança para as mulheres. Quando necessário, é elaborado um plano individual de intervenção para cada utente adulta. (Guerreiro, Patrício, Coelho, & Saleiro, 2015)

Combatendo esta problemática com uma rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica (RNAVVD), as Casas Abrigo, unidades residenciais para acolhimento de vítimas, até 6 meses, acompanhadas ou não de filhos/as menores, e maiores caso sejam dependentes ou portadoras de deficiência têm acolhido (CIG, 2020)



Figs.15 Casas abrigo para acolhimento até 6 meses, acompanhadas de filhos/as ou dependentes, (CIG, 2020)

No que refere ao acolhimento urgente (SOS) das vítimas, sendo as mulheres acompanhadas de filhos/as menores, ou maiores dependentes destas por deficiência, os números são:



Figs.16 Acolhimento de Emergência de vítimas acompanhadas de filhos/as ou dependentes, (CIG, 2020)

As medidas preventivas e de combate à violência doméstica podem incluir a teleassistência, medidas que apoiam a proteção da vítima, assegurando uma intervenção imediata e eficaz em situações de emergência, de forma gratuita e permanente, 24 horas por dia. Em seguida estão apresentados os números de aplicação destas medidas por ano:



Figs.17 Teleassistência - Medidas de apoio à proteção da vítima com intervenção imediata e eficaz, (CIG, 2020)

Por outro lado a vigilância eletrónica, representada por um conjunto de meios de controlo à distância que permite fiscalizar a proibição de contactos entre agressor e vítima tem os seguintes números:



Figs.18 Vigilância eletrónica - Meios de controlo eletrónico à distância, proibindo o contato entre vítima e agressor (CIG, 2020).

## 2.4 Arquitetura como Agente de Transformação Social

Quando falamos em arquitetura, falamos de um dos elementos que equilibra a relação existente entre o ser humano e o espaço. Perante a atual situação de crise sanitária aliada a uma vaga de protestos que defendem os direitos humanos é o contexto que mostra que os arquitetos têm a obrigação de intervir. Na conceção de espaços, é importante combater as injustiças e concebê-los promovendo a empatia e a compreensão entre as pessoas. (Baldwin, 2020) Enfrentando um dos maiores desafios humanitários dos nossos tempos, o mundo da arquitetura manifestou um maior interesse por projetos com consciência social, mas ainda assim, continua a ocupar um lugar marginal na arquitetura. (Szenasy, 2015)

Abrigo, cuidado e acolhimento, são os princípios a utilizar para enfrentar a realidade retratada nesta indagação, deste modo, a presente dissertação tenta olhar e agir sobre a forma como mulheres que sofrem de violência doméstica se podem autonomizar e recuperar dos traumas causados. A confidencialidade e a falta de informação relativamente às redes de apoio e abrigo para estas mulheres e seus filhos provocaram uma grande dificuldade nesta investigação. De entre os poucos projetos que é possível usar como referência, passaremos a explicar alguns exemplos e as suas características.

Como primeiro exemplo, vamos aclarar sobre a proposta feita pela organização que em 1977 foi fundada em Israel com a finalidade de aumentar a conscientização sobre a violência doméstica nesse país. Este trabalho foi levado a destaque pela ativista dos direitos humanos Ruth Rasnic, que recebeu o Prize Israel pela sua contribuição nesse campo. Este será o primeiro centro de caridade para mulheres vítimas de violência doméstica e para os seus filhos, abrigando a sede administrativa. (Mairs, 2015)

A equipa de arquitetos eleita para desenvolver o projeto passa pelo estúdio Londrino Amos Goldreich Architecture e um atelier local, Jacobs Yaniv Architects. (Griffiths, 2018) Segundo Amos Goldreich, normalmente este tipo de casas são improvisadas em casas que já existem, esta nova proposta será adequada às mães e às crianças que precisam desesperadamente de um lugar para morar com segurança. Assim, o abrigo conta com um pátio central e claustros, podendo acomodar até 12 famílias em apartamentos individuais, localizado num bairro residencial e com a localização exata mantida em sigilo. Conceptualmente, a equipa de arquitetos em conjunto com a instituição “No to Violence” que é a responsável pelo futuro abrigo, identificaram os principais requisitos das instalações a desenvolver numa proposta que apresenta espaços privados e áreas comuns conectadas por um corredor interno semelhante a uma rua. O projeto foi influenciado pelas obras do artista plástico Eduardo Chillida, que explora a relação entre os cheios e vazios. No que diz respeito a esta obra em particular, a referência é inteiramente ligada ao escavar uma montanha. Evocando a ideia de uma pedra, vazada por dentro, deixando-a com duas superfícies. Uma das superfícies seria a externa mais áspera, enquanto a interna seria lisa e delicada. (Mairs, Dezeen, 2015)



Figs.19 Abrigo para Vítimas de violência Doméstica, ArchDaily Israel 2018.

Kilimanjaro Women and Consultancy Organisation (KWIECO) foi fundada em 1987 em Moshi na Tanzânia. Tem como função ajudar no aconselhamento de questões jurídicas, de saúde, sociais e económicas para mulheres. Pois, tal como na restante África, as mulheres de Kilimanjaro são altamente vulneráveis a violações dos seus direitos, em relação à sua liberdade e segurança. O principal flagelo está presente na aceitação da violência como uma atitude cultural. (Urbannext, 2020)



Figs.20 Abrigo para Vítimas de violência Doméstica na KWIECO, Ukumbi (Ilonen, 2015)

KWIECO em conjunto com a ONG Ukumbi delinearam um projeto para desenvolver o conceito da casa abrigo. A primeira fase do edifício foi inaugurada em 2015, estando atualmente a tentar obter fundos para a segunda e última fase do edifício. Em termos arquitetónicos, a casa abrigo, respeita a cultura local e a hierarquia espacial. Os seus materiais são de origem local, as energias são renováveis e a mão de obra igualmente local. Quanto à atividade do espaço de acolhimento, são usadas regras e um planeamento participativo para garantir que as utilizadoras tenham uma percepção de pertença no abrigo. (UKUMBI, 2015)



Figs.21 Abrigo para Vítimas de violência Doméstica na KWIECO, Ukumbi (Ilonen, 2015)

O exemplo seguinte de refúgio para mulheres vítimas de violência doméstica está localizado no estado de Michoacán, no México, tem um caráter introspetivo, onde o rigor formal dá a caracterização geral resultando num único piso. Este piso fornece maior significado e função protetora, é definido para se desvanecer na restante malha urbana, de forma a evitar que o seu destaque, privilegiando a relação com as usuárias e os seus filhos e filhas. Pensar o edifício como inovação tipológica, não promovendo a vulgarização da problemática, pois desde o ponto de vista humanitário, este não deveria existir. Mas uma vez erradicado este problema de violência doméstica, a flexibilidade do desenho possibilita a mudança do uso no futuro. (Santibañez, 2017)



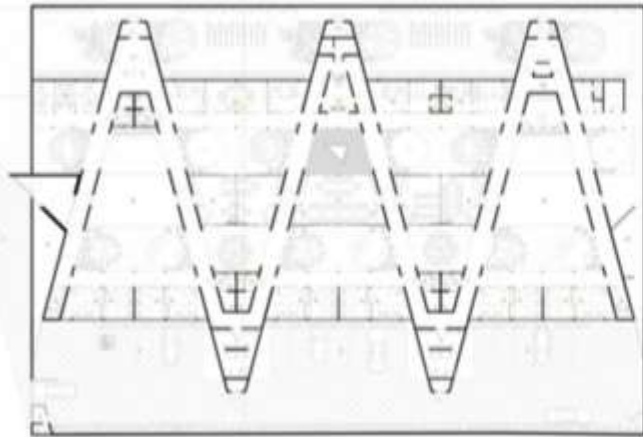
Figs.22 Refúgio para mulheres vítimas de violência, México. (Arquine, 2018)

No acesso ao edifício, está um vestíbulo austero, de profunda espiritualidade quase ecuménica, segundo a equipa de arquitetos ORIGEM 19°41'53" N. O seu alto contraste entre a luz e sombra promove uma experiência sensorial e psicológica dando ao visitante a analogia de luz no fundo do túnel, e um caminho que leva a uma vida mais plena. (Santibañez, 2017)



Figs.23 Refúgio para mulheres vítimas de violência, México. (Arquine, 2018)

No exterior dispõe de um sistema de vãos ortogonais dispostos em paralelo e divididos entre eles por jardins longitudinais. Estes garantem a funcionalidade total do recinto e contêm a maior parte dos elementos programáticos. A sua configuração de circulação, possibilita percursos dinâmicos para encontros livres e espontâneos, esse sistema formal de diagonais configurarão um ponto de encontro e possibilidades fenomenológicas de luz, matéria e tempo. A este itinerário circulatório, também lhe é atribuída a função de condutor espiritual para as utilizadoras. (Santibañez, 2017)



Figs.24 Refúgio para mulheres vítimas de violência, México. (Arquine, 2018)

No exterior os arquitetos tentaram manter um desenho de paisagem em conjunto com o sol, o céu, o ar e a chuva como parte integrante do edifício, usando-o como atmosfera de caris sensorial, esta parte relacionada com a natureza é pensada como refúgio sensorial que influencia positivamente o estado de espírito das mulheres protegidas e de quem aqui trabalha. (Santibañez, 2017)



Figs.25 Refúgio para mulheres vítimas de violência, México. (Arquine, 2018)

Devido à falta de informação, focada na casa abrigo para violência doméstica, e porque parece fundamental entender as estratégias acolhidas para as mulheres enquanto administradoras da sua vida, o seguinte modelo de edifício é um exemplo de oportunidades para as mulheres. Localizado num local de dois hectares em Ruanda, que é um país altamente povoado da África, este centro de Oportunidades para Mulheres é um lugar com poucos recursos, mas muito promissor, de ambiente semirrural. Nele as mulheres dedicam o dia a desenvolver pequenas hortas de subsistência, obter a água potável e a recolher lenha como forma de combustível. A ideia desenvolvida pela arquiteta Sharon Davis Design, consiste na noção de uma aldeia vernacular do Ruanda como princípio organizador. Com isto, desenvolveu uma série de pavilhões na escala humana agrupados de forma a criar segurança e noção de comunidade para alojar até 300 mulheres. (Moreira, 2020)



Figs.26 Centro de Oportunidades para Mulheres (Moreira, 2020)

Projetado em colaboração com a Women for Women Internacional, que é uma organização humanitária que ajuda as mulheres sobreviventes da guerra a reconstruir as suas vidas. Esta minialdeia procura transformar a aglomeração urbana e a subsistência agrícola como uma forma de criar oportunidades económicas de forma a reestruturar não só as mulheres como a herança africana. Os tijolos foram feitos no local pelas futuras utilizadoras, adaptando ao restante conjunto técnicas de construção locais. Para além destas funções também aprendem competências comerciais. (Moreira, 2020)



Figs.27 Centro de Oportunidades para Mulheres, África. (Moreira, 2020)

O exemplo seguinte é apresentado como Centro de Acolhimento Temporário para Refugiados e Viajantes. Projetado pelo Atelier Rita, é um projeto de caris social e parte da premissa de solucionar a chegada constante de refugiados a França. Localizado em Ivry-sur-Seine, uma cidade industrial, e o terreno usado para a implantação é pertencente a uma antiga indústria que atualmente não está em atividade. (González M. F., 2020)



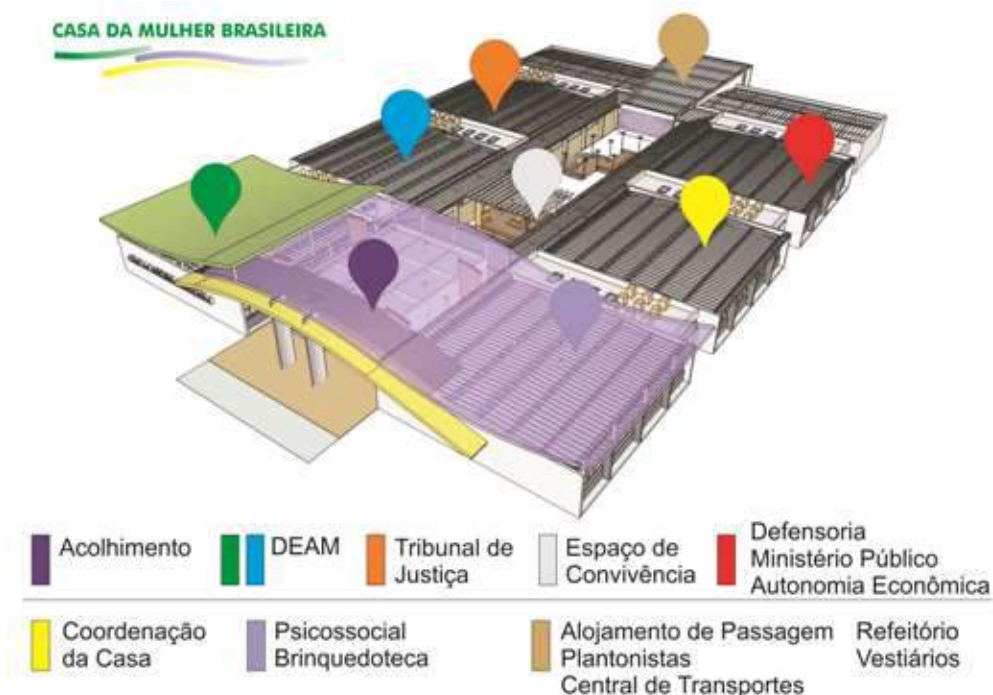
Figs.28 Centro de Acolhimento Temporário para Refugiados e Viajantes, França. (González M. F., 2016)

Projetado para acolher 400 pessoas, sendo 350 refugiados e 50 de comunidade cigana. Este centro acolhe famílias, algumas das quais mulheres e crianças, sendo abrigadas pelo máximo de 6 meses. Este projeto desenhado como uma pequena cidade, mostrando o que é habitar, independentemente da sua origem geográfica. Em termos coletivos e privados buscam uma vida em comunidade, organizando as suas vidas no entorno dessa transição público /privado, para este efeito, nas seis tendas estão destinadas as funções públicas localizadas ao centro do edifício. Os espaços livres destinam-se à integração das crianças que brincam ou aos adultos que passam lá algum tempo juntos. Quanto aos espaços de dormitório localizam-se dispostos em dois lados do já referido centro. (González M. F., 2016)



Figs.29 Centro de Acolhimento Temporário para Refugiados e Viajantes, França. (González M. F., 2016)

A casa da Mulher Brasileira (CMB) é um centro integrado que promove o apoio a vítimas de violência doméstica no Brasil. Faz parte de um dos eixos do programa do Governo Federal para a mulher viver sem violência, iniciado em março de 2013, que oferece como serviços especializados, o apoio psicológico, a assistência social e legal, entre outras áreas. Este projeto é da autoria dos arquitetos Marcelo Pontes e Valéria Laval, sendo pensado para poder ser implantado em todas as capitais do Brasil, mas atualmente apenas foi reproduzido em Brasília, Campo Grande e São Paulo. Tratando-se de um projeto padronizado é necessária a atenção a vários aspetos. Entre outras deve ser garantida a integração dos serviços, facilitando a articulação entre os vários pontos de atendimento, promovendo um espaço seguro que sugere o acolhimento e atendimento humanizado, possuindo custos reduzidos segundo normas públicas, adquirindo uma unidade visual e arquitetónica como referência em todas as capitais. Relativamente ao edifício, incorpora um pátio interno onde são desenvolvidas as principais atividades, além dos alojamentos, refeitórios, brinquedotecas, entre outros (Arruda, 2018)



Figs.30 Esquema da distribuição de uma Casa da Mulher Brasileira, Brasília. (Mulier, 2015)

Pela observação de todos os aspetos anteriormente analisados e no que diz respeito ao capítulo 1, concluo que o processo que em seguida se apresenta, está baseado nas múltiplas necessidades exibidas. Terminando com toda a análise feita aos vários problemas associados à violência doméstica e apontando alguns projetos de estudo. Por conseguinte, a observação desta problemática fomentou uma maior sensibilização para a elaboração de um projeto de uma casa abrigo, desenvolvida no capítulo 2, potenciando a melhor escolha dos locais possíveis a implantar, mas sobretudo destacar para uma maior consciencialização sobre este problema grave e de cariz social, que diz respeito a todos e a todas nós.



## Capítulo 2 | Da Cidade à Proposta

Uma cidade é algo mais do que o somatório dos seus habitantes: é uma unidade geradora de um excedente de bem-estar e de facilidades que leva a maioria das pessoas a preferirem independente de outras razões- viver em comunidade a viverem isoladas. (Cullen, 1983)

Como consequência da investigação da problemática aqui apresentada surgiu a preocupação com a falta de informação por consequência do sigilo que a envolve. Em termos nacionais as informações são extremamente filtradas, apenas evidenciando o conhecimento necessário para quem as tenha de procurar. Sabe-se da existência de algumas casas abrigo em Portugal e que a sua localização está, geralmente, em zonas urbanas e no litoral. A presente dissertação, pretende inverter esse sentido habitual, e propor a implantação de uma casa abrigo numa cidade do interior do país, que tenha características que se diferenciem. Por se tratar de uma temática com grande importância, a escolha do local de implantação é um dos grandes desafios, cujas particularidades se destacam pela descrição, principalmente. Partindo desta premissa e elegendo uma implantação urbana como local, pelas suas facilidades de gerar emprego, de acesso a hospitais e pela facilidade de integração dos/as filhos/as.

### 1. A Cidade e a Pré-existência



Fig.31 Localização Geográfica da região da Beira Interior no país. (Vaz, 2013)

Eleita a cidade, torna-se fundamental um breve enquadramento geográfico desta cidade, onde acontecerá a intervenção. O concelho da Covilhã localiza-se no centro de Portugal continental, no distrito de Castelo Branco, situada na Cova da Beira (NUT III). Em termos geográficos o distrito é caracterizado pelas várias serras que o atravessam, nomeadamente: as serras da Estrela, da Lousã, da Gardunha, da Malcata, de Alvelos e Muradal. Esta cidade é limitada a norte com a sub-região Cova da Beira e a Beira Interior Norte, a leste com Espanha e o Alto Alentejo e a Oeste com a Beira Interior Sul. Em termos mais específicos está localizada na encosta sudeste da Serra da Estrela, com uma área de 555 km<sup>2</sup> e com 21 freguesias. (Município, Covilhã, 2019)



Fig.32 Localização Geográfica da região Cova da Beira, NUTS III. (Câmara Municipal da Covilhã, 2014)

A cidade da Covilhã, pequena, mas muito marcante na sociedade portuguesa, tendo em conta as especificidades construídas ao longo de alguns séculos, formada fundamentalmente pela desenvoltura da industrialização, num território montanhoso e no interior do país. Retrocedendo ainda mais na história é possível que o desenvolvimento urbano da cidade marque o seu início em 500 a.C. e que para a sua defesa foi construído um núcleo fortificado ao centro da encosta. Dentre os principais fatores que levaram as populações mais primitivas a ocupar esta área geográfica, prendem-se em aspetos e condições geoeconómicas, assim como estratégicas do local, agora cidade. (Brito, 2012)

A Cidade da Covilhã, que está localizada num elevado esporão rochoso e numa posição central relativamente a duas ribeiras, supõe-se o seu posicionamento como estratégico e também como um fator de sobrevivência com origem na água, julgando este posicionamento como forma de usar essas águas nas explorações agrícolas e dando, mais tarde, origem ao aparecimento dos mecanismos de moagem. Recuando no tempo, a chegada das legiões Romanas à Península Ibérica no século III a.C. estimularam profundas transformações no modo de vida das populações locais até ao século III d.C., existindo poucos vestígios dessa época na cidade. Posteriormente, ocorreram as invasões bárbaras, seguidas da chegada dos exércitos árabes, e é neste contexto que a Covilhã ficou sob a influência muçulmana, da qual só saiu por completo aquando da reconquista dos nossos primeiros monarcas. É nesta ocasião que o poder real, na alta Idade Média, aposta na reconstrução social, económica e urbana, (Câmara Municipal da Covilhã, 2014) alçando-se as obras de reconstrução e empoderamento das muralhas defensivas e muitos mais desenvolvimentos a nível social e económico. Apenas no século XIII, foi possível a sua estabilização, ultrapassando as várias invasões. No decorrer dos séculos XIV e XV comunidades judaicas fixaram-se nesta zona, impulsionando o desenvolvimento da cidade. As representações da sua religião e comunidade acabam por ser notórias e fulcrais nesse desenvolvimento. As construções que deixaram formaram uma grande marca na definição da cidade e é com estas famílias que todo o trabalho em lanifícios acaba por acontecer. O século XIX caracteriza-se por grande expansão em termos de planeamento e uma forte intenção de melhoramento e reorganização da malha urbana. No século XX, inicia-se o declínio dos têxteis, assistindo-se ao encerramento de unidades fabris, ainda assim se edificaram novos bairros e se criaram centralidades, abrindo-se até à encosta e estendendo-se até ao vale. (Silva M. R., 2014)



Fig.33 Planta do Hipotético traçado da Muralha histórica da Cidade da Covilhã. (Património Cultural, 1980)

## 1.1 Morfologia Urbana | Procura da Implantação

Após esta breve pesquisa, entende-se o centro histórico da Cidade como marco forte na cidade, não apenas por ser a gênese da cidade, mas também pelos elementos arquitetônicos que nele se encontram e o que representam nessa história. Com o passar das eras, o desenvolvimento urbanístico da cidade ampliou-se de uma forma distinta, o núcleo mais antigo da Covilhã está localizado na zona do Castelo. Estrategicamente localizada como função de defesa e proteção, e com o passar dos anos, esta tornou-se o último elemento de defesa. Esta área, designada de centro histórico e que se encontra intramuralhas, é uma junção de memórias acumuladas no edificado e no conjunto em termos espaciais. Para entender a cidade é importante perceber a cidade como o resultado de sobreposições de vários contextos históricos e várias pré-existências. (Câmara Municipal da Covilhã, 2014) A cidade da Covilhã está marcada pela sua malha urbana, pelas ruas íngremes e sinuosas, que se estendem ao longo da encosta da serra da estrela. Assim, a imagem da cidade, a organização, o funcionamento e a estética são elementos determinadores do desenho urbano como é o caso da topografia e a forte presença industrial (Costa, 2013)

Para esta finalidade, é imprescindível uma análise à morfologia da cidade desde a mais remota história até à atualidade. Na atualidade, a cidade apresenta uma distribuição urbanística difícil, no que diz respeito à zona mais antiga da cidade, apresentando ruas enviesadas, um tanto claustrofóbicas, muito labirínticas e de acentuadas inclinações. Este tecido urbano expõe características medievais, a cidade conhecida pela lã, pela neve, e fortemente conhecida pelo seu cariz operário é hoje uma cidade de universidade pública, tornando-se esta o principal fator dinamizador da sua economia. Atualmente, a decadência industrial ainda é visível na cidade, é observável muitos edifícios abandonados e em ruínas, especialmente junto da ribeira da Carpinteira.

A busca pelo local de implantação torna-se a prioridade, tendo em contas as necessidades específicas para o edifício em causa. De um modo geral, procura-se uma área que disponha de uma simbologia defensiva, que demonstre segurança, que se dissimule na restante malha urbana, mas principalmente permita aos ocupantes ter a sensação de conforto e segurança. Como primeira abordagem na pesquisa é essencial perceber onde, atualmente, se encontra a centralidade da cidade, as principais ruas, vias, os principais comércios e todos os edifícios, em relação a segurança e saúde pública. Posto isto, procedesse à análise das necessidades pessoais e profissionais, para isto a figura 33 mostra o entendimento da cidade dividindo-a em 3 zonas, (1- Centro Histórico, 2- Extensão da Cidade/Zona Nova e 3- Zona Industrial). O objetivo seguinte passa por analisar as 3 zonas do geral até ao ponto específico para implantar. Assim, surge o estudo da malha urbana, onde estão assinalados os principais espaços comerciais, terminais de transportes, edifícios referentes à saúde e segurança pública, principais espaços escolares e universitários, as principais ruas e vias e como principal foco de atenção está a densidade habitacional.

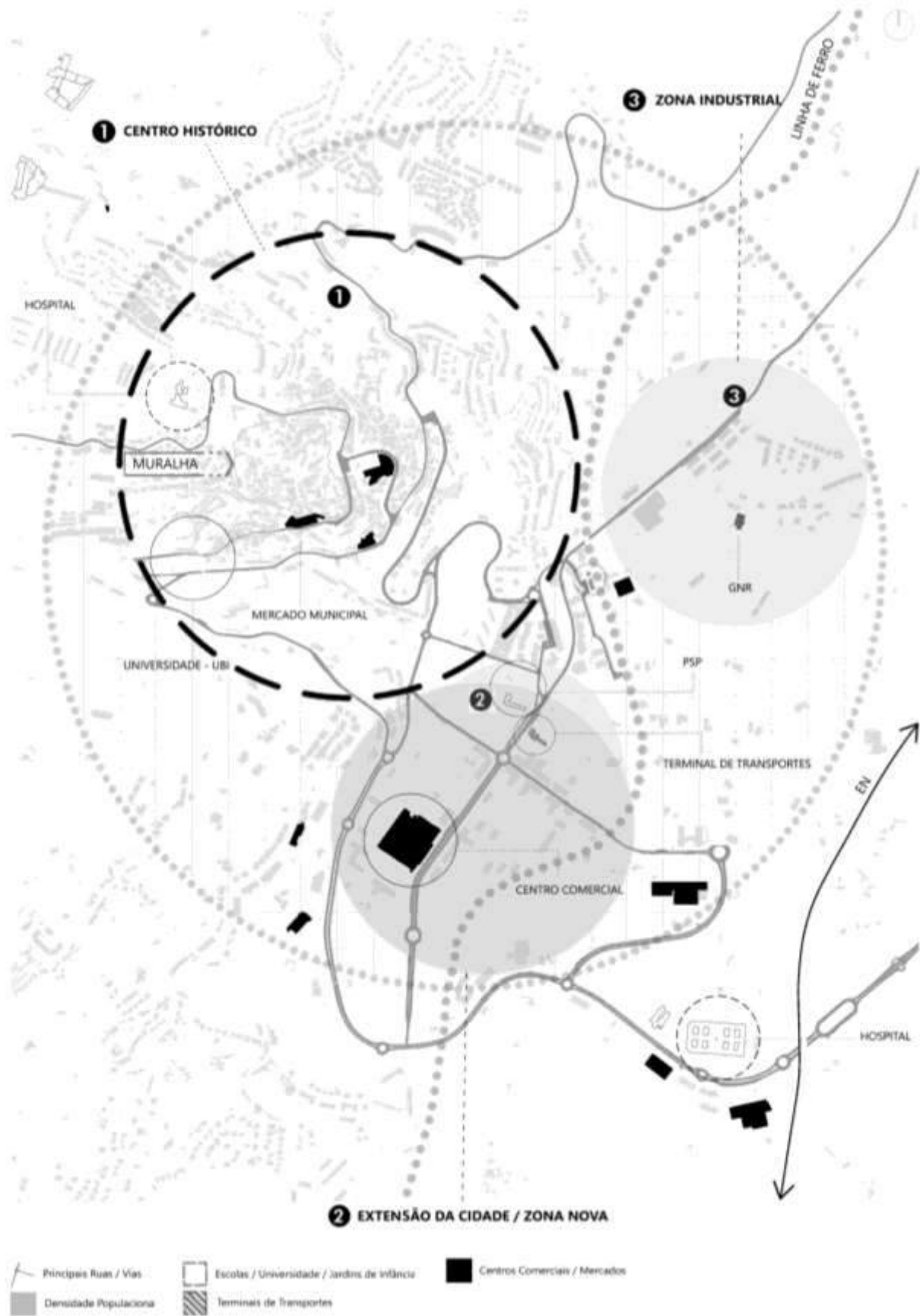


Fig.33 Estudo da distribuição da Zona Centro da cidade da Covilhã.

Após esta análise generalizada da malha urbana, é visível maior corrente habitacional na área designada histórica da cidade, assinalada na figura 33 com o número (1), sendo para além disso o ponto convergente de várias ruas. Acrescenta-se a estes fatores, inicialmente mencionados, a existência de uma fortaleza muralhada, o elemento que para além de marcante na paisagem é um marco histórico. Este elemento conta a história da cidade em representatividade da segurança, de proteção de ataques inimigos, oferecendo a ideia de barreira e a impossibilidade de atravessamento. Chegado este ponto, recupera-se a história da cidade tentando aliar as intenções transmitidas por esta cerca urbana, com as ideias previstas a desenvolver na temática escolhida. Para este efeito, pareceu pertinente que a zona de estudo fosse reduzida à área de alcance da muralha histórica. O ponto anteriormente desenvolvido, com respeito ao enquadramento histórico da cidade, onde repetidamente é mencionada a existência de uma fortaleza muralhada, como elemento histórico e arquitetónico muito marcante, não apenas na história, mas também de uma forma observável na sua afirmação relativamente à paisagem, referencia a muralha como elemento de segurança e proteção, o que paralelamente a essas suas características, também demonstrou potencial no desenvolvimento conceptual da ideia a desenvolver. Para tal fim, a zona que agrega a fortificação muralhada, passou a principal zona de estudo.



Fig.34 Imagens de troços da muralha Histórica da Covilhã. (Património Cultural, 1980)

No desenvolvimento da pesquisa, a área assinalada na figura 33, com o número (1), como já referido, corresponde à zona histórica da cidade da Covilhã, foi entendida como a ideal para a implantação de uma casa abrigo com as mesmas características de proteção e segurança que esta área em questão, já transparecia pelos seus elementos. As primeiras noções do edifício, passavam pela busca de um local de implantação que favorecesse a integração e o desenvolvimento pessoal e individual das futuras utilizadoras e em simultâneo lhes permitisse a descrição e mais do que um perfil de edifício extremamente neutro, era importante incorporar uma ideia de normalidade relativamente à malha envolvente. Para este efeito, o desenvolvimento de um edifício completamente novo não corresponde exatamente ao que se pretende. Por consequência, de entre as possíveis implantações, surgiu uma área em ruínas que dispunha de características particularmente interessantes devido à sua pré-existência, dentro de um grande fluxo habitacional, pedonal e automóvel, incluindo a presença de vários espaços comerciais e de espaços universitários.



Fig.35 Centro Histórica da Cidade da Covilhã, Muralha da Cidade

Essas ruínas, dispõem de grande potencialidade para implantação devido à sua narrativa relativamente a esta área muralhada. Este edifício encontra-se adoçado à muralha e localizado numa das portas da mesma, Portas de São Vicente (2), Junto ao Mercado Municipal da Covilhã. O edifício está datado da época de construção entre o século XIX e XX, encontra-se em elevado grau de degradação, o que corresponde a um dos parâmetros que pareceu de grande importância no acolhimento das mulheres, pelo seu carácter “Reabilitado”, que neste caso funciona como parte da estratégia de acolhimento. Primeiro, a sua integração na restante malha urbana permite que o edifício não se destaque e segundo funciona como algo impalpável no que referencia à história do edifício, isto é, mostra de uma forma subjetiva a importância do processo da fase das ruínas até ao ponto de reabilitado e com uma função importante na vida de muitas mulheres. Tenta reforçar a ideia de que existe a possibilidade de uma nova versão do edifício, caso este se permita a passar pela fase de reconstruções até à fase final de Reabilitado.

## 1.2 Levantamento Arquitetónico

A fase presente de investigação de campo ou designada de levantamento arquitetónico começou por uma apreciação geral do edifício. Para além das características já referidas é de mencionar que o referido edifício dispõe de um invólucro que lhe admite uma grande descrição e quase invisibilidade, a porção de muralha que o envolve permite-lhe dissimular-se perante a envolvente próxima.



Fig.36 Fotografias onde se perspetiva a integração na Envolvente, Local de intervenção. Fotografia via google maps

O levantamento arquitetónico é considerado como uma primeira parte do trabalho, tratando-se de uma parte indispensável e de extremo valor na interpretação do local, a mais importante para compreender a natureza do edifício. Para este efeito, a visita ao local e o levantamento fotográfico da zona exterior do edifício, funcionou como uma experiência de vivenciar a chegada ao edifício e qual o impacto dos edifícios envolventes na perspetiva de quem ali chega.



Fig.37 Fotografias onde se perspetiva a integração na envolvente, o local de intervenção e a Porta de São Vicente.

Fotografia via google maps



ficha síntese  
análise do edificado

Parcela N° C 38 Localização Rua 40 Ficha n° 158

Área da Parcela	516,5 m <sup>2</sup>
Área de Implantação	154,3 m <sup>2</sup>
Área de Construção	540,1 m <sup>2</sup>
N° Pisos	3+1
N° Fogos	1 (Desabitado)
Época de Construção	Sec. XIX / XX
Valor Arquitectónico	Imóvel de Interesse
Tipologia	Habitação/Comércio
Proprietário	Sr. Esgalhado
Tipo de Estrutura	Tradicional



Devoluto / Ruína

**Estado de Conservação**

Muito Mau – Edifício em estado de degradação, apresenta fendilhações de média espessura, desagregação e queda do reboco, alteração da cor e enegrecimento, apodrecimento de toda a caixilharia, oxidação das guardas das varandas, deformação da cobertura e queda parcial da mesma. Algeroz e tubo de queda oxidado e danificado.

**Terapêutica Proposta**

Intervir no edifício mantendo a fachada principal e a traça do edifício.  
Recuperar caixilharias de madeira, substituindo a caixilharia degradada por caixilharia do mesmo material e com o mesmo desenho.  
Manter desenho da cobertura.

**Elementos Arquitectónicos Notáveis**

Guarnições em pedra, varandas, guardas em ferro, desenho das caixilharias, desenho da cobertura.

**Observações**

Manter uso comercial ao nível do rés-do-chão.  
Retirar cabos da fachada e substituir algeroz e tubo de queda.  
Reposicionar iluminária pública.  
Intervir ao nível do louçadouro.

Fig.38 Ficha Síntese que analisa o edifício da proposta, fornecida pelo gabinete técnico local da Covilhã.



Figs.39 Levantamento fotográfico do edifício.

Transpondo as informações colecionadas até ao momento, procede-se ao levantamento detalhado dos elementos arquitetônicos existentes, resumindo a situação atual do edifício dividindo-o em três partes distintas. No esquema seguinte, essas fases estão ilustradas e numeradas de 1 a 3.

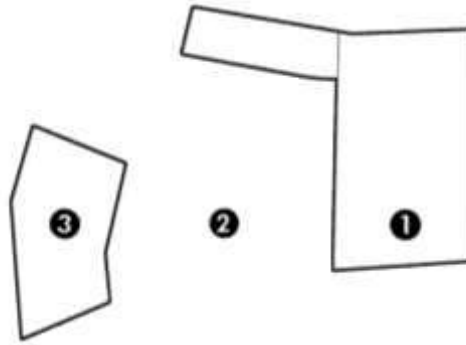


Fig.40 Esquema dos elementos arquitetônicos existentes.

- 1** Quando nos deparamos com a fachada principal do edifício, apercebemo-nos de que o edifício apresenta um elevado grau de degradação. No ponto 1, a parte contígua à fachada é também a parte principal de toda a área destinada a implantar a proposta. A recolha de informação centrou-se na compreensão do espaço e buscar uma base para compor uma fase rigorosa de informação sobre o edifício.

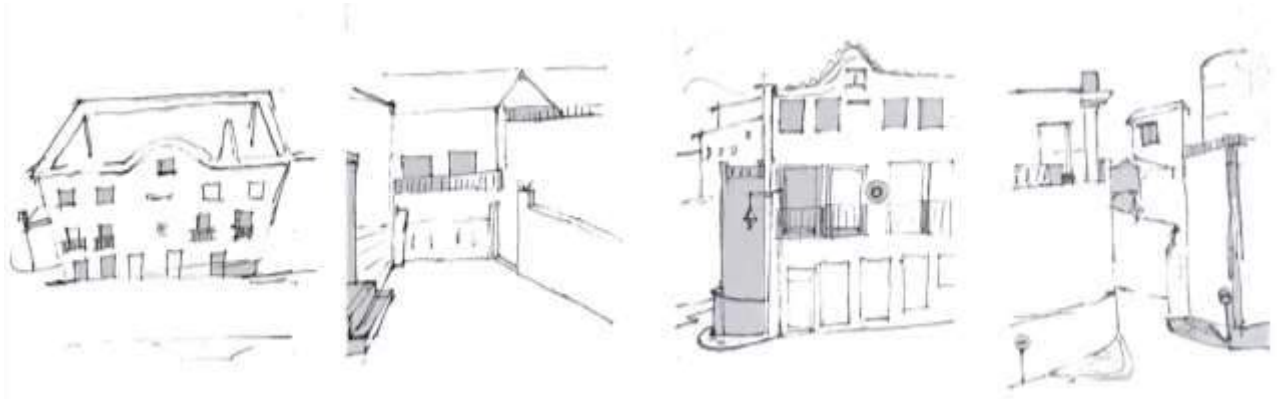
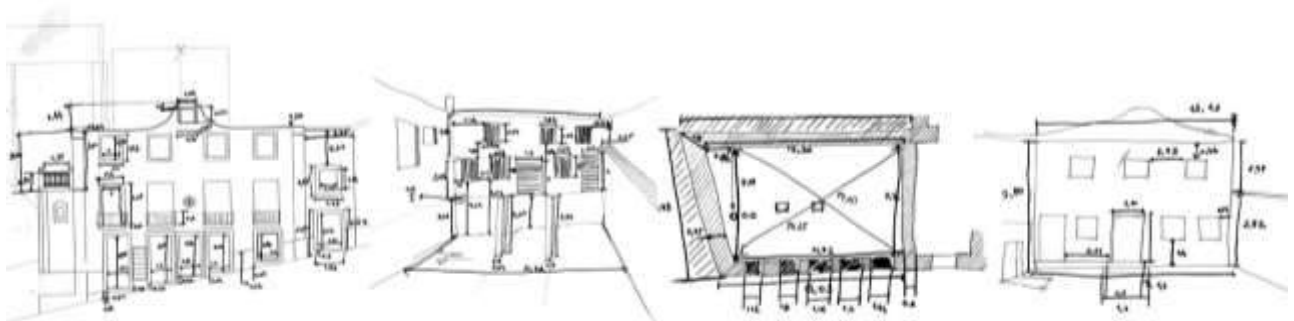


Fig.41 Esquícios de análise referentes à zona (1) do edifício.



Figs.42 Esquícios de análise referentes ao levantamento arquitetônico da fase (1) do edifício.

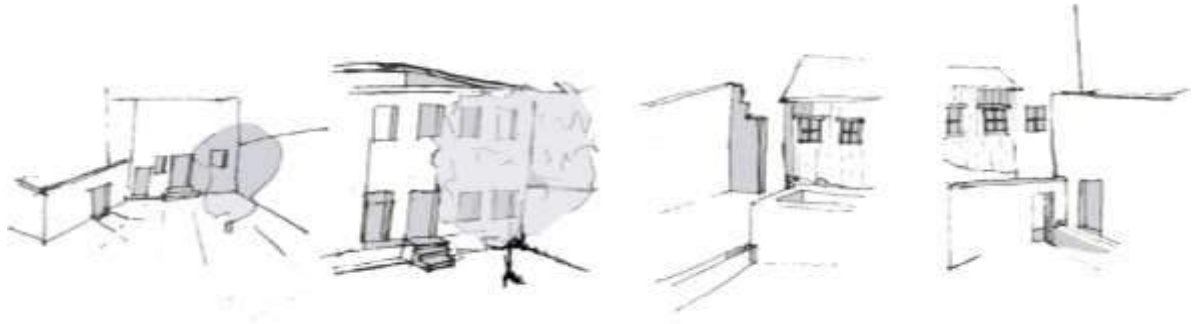


Figs.43 Levantamento Fotográfico Fase (1).

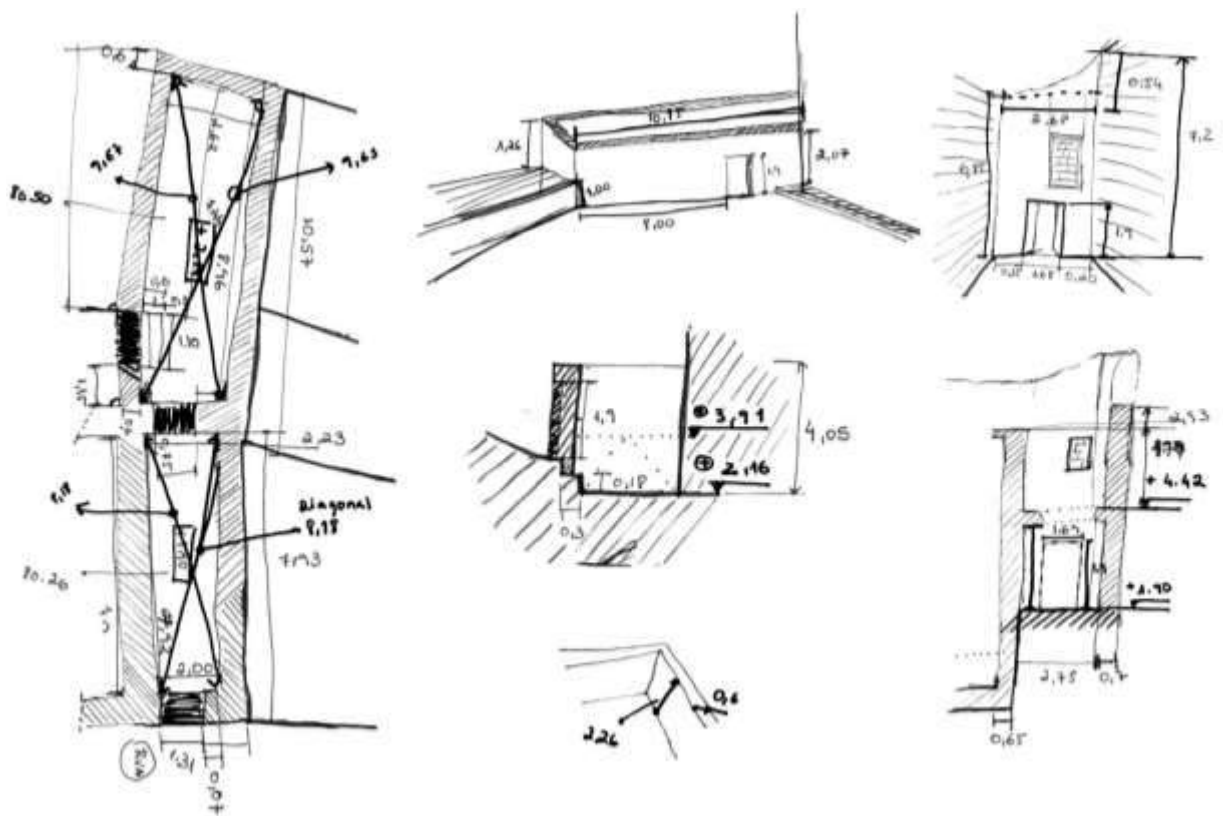


2

Já numa segunda fase, após terminar o levantamento da zona (1) que apresenta, como referido, um elevado estado de degradação, onde é ainda possível observar a existência anterior de três pisos. Reunindo estas informações procede-se à organização e junção das mesmas com a finalidade de as representar em formato digital rigorosamente. Sublinha-se que o edifício apresenta o elevado estado de apodrecimento de caixilharias de portas e janelas, assim como a ausência de rodapés e pavimentos.



Figs.44 Esquícios de análise referentes à zona (2), exterior.



Figs.45 Esquícios de análise referentes ao levantamento arquitetónico da fase (2) do edifício.

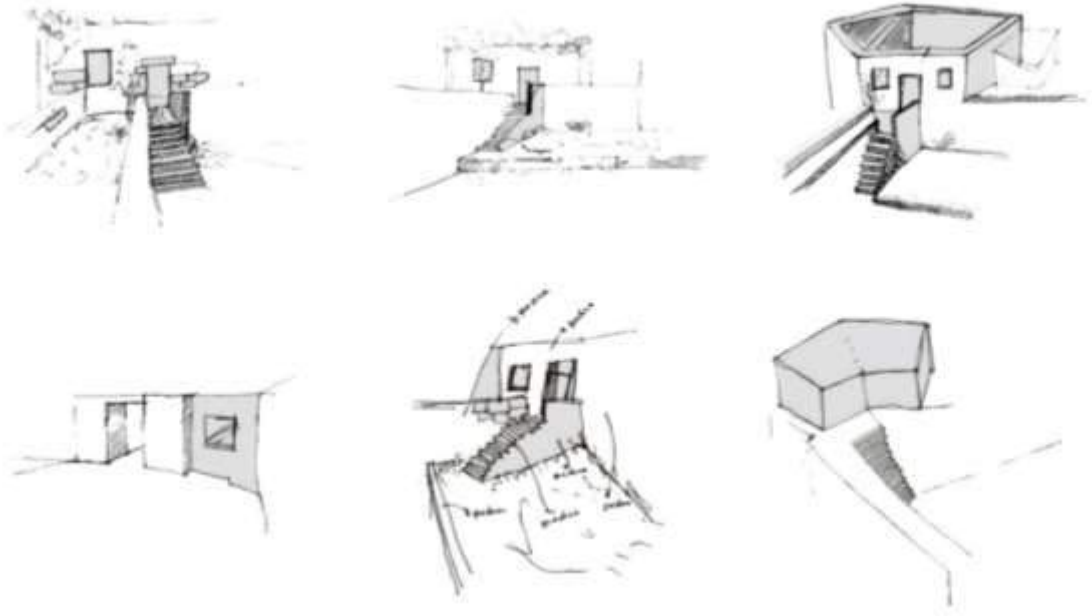


Figs.46 Levantamento Fotográfico Fase (2).

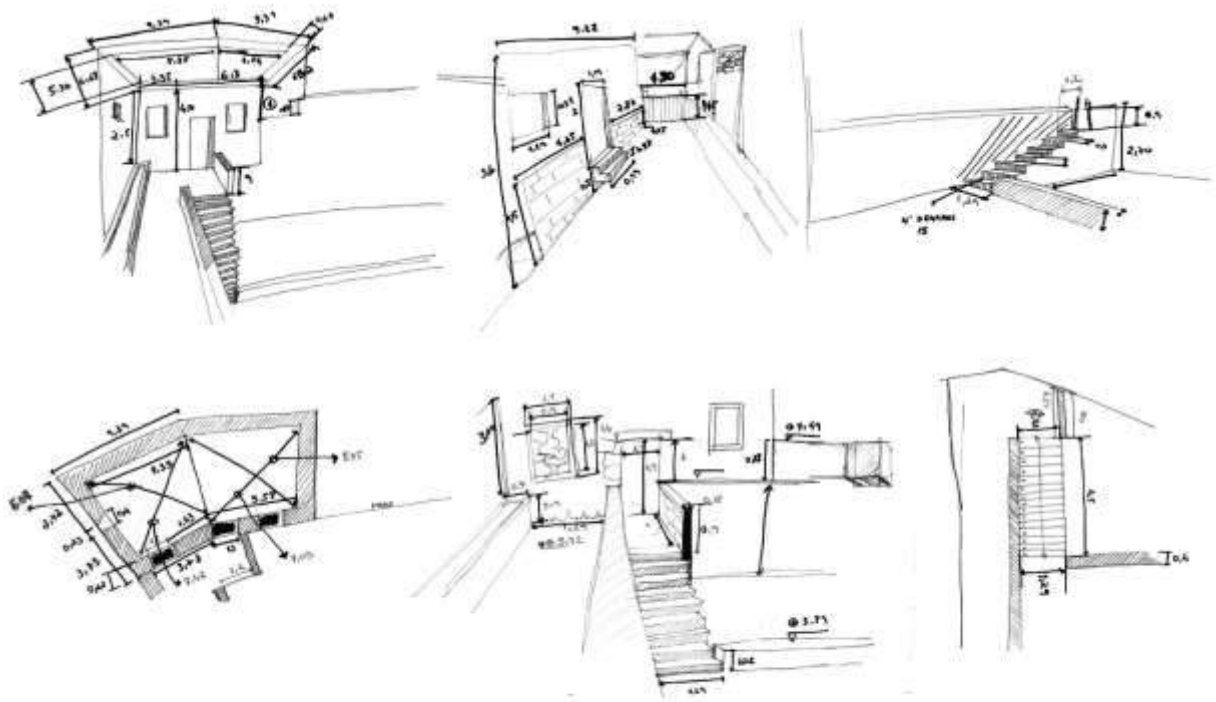


3

A terceira e última fase de levantamento, aqui representada pelo número (3), representa a porção de edifício à cota mais elevada. Esta porção do edifício não dispõe de informação à cerca da sua anterior função, por conseguinte será apresentado o edifício decomposto por fases e funções pré-existentes.



Figs.47 Esquiços de análise referentes à zona (3), de cota mais elevada.



Figs.48 Esquiços de análise referentes à zona (3).



Figs.49 Levantamento Fotográfico Fase (3).

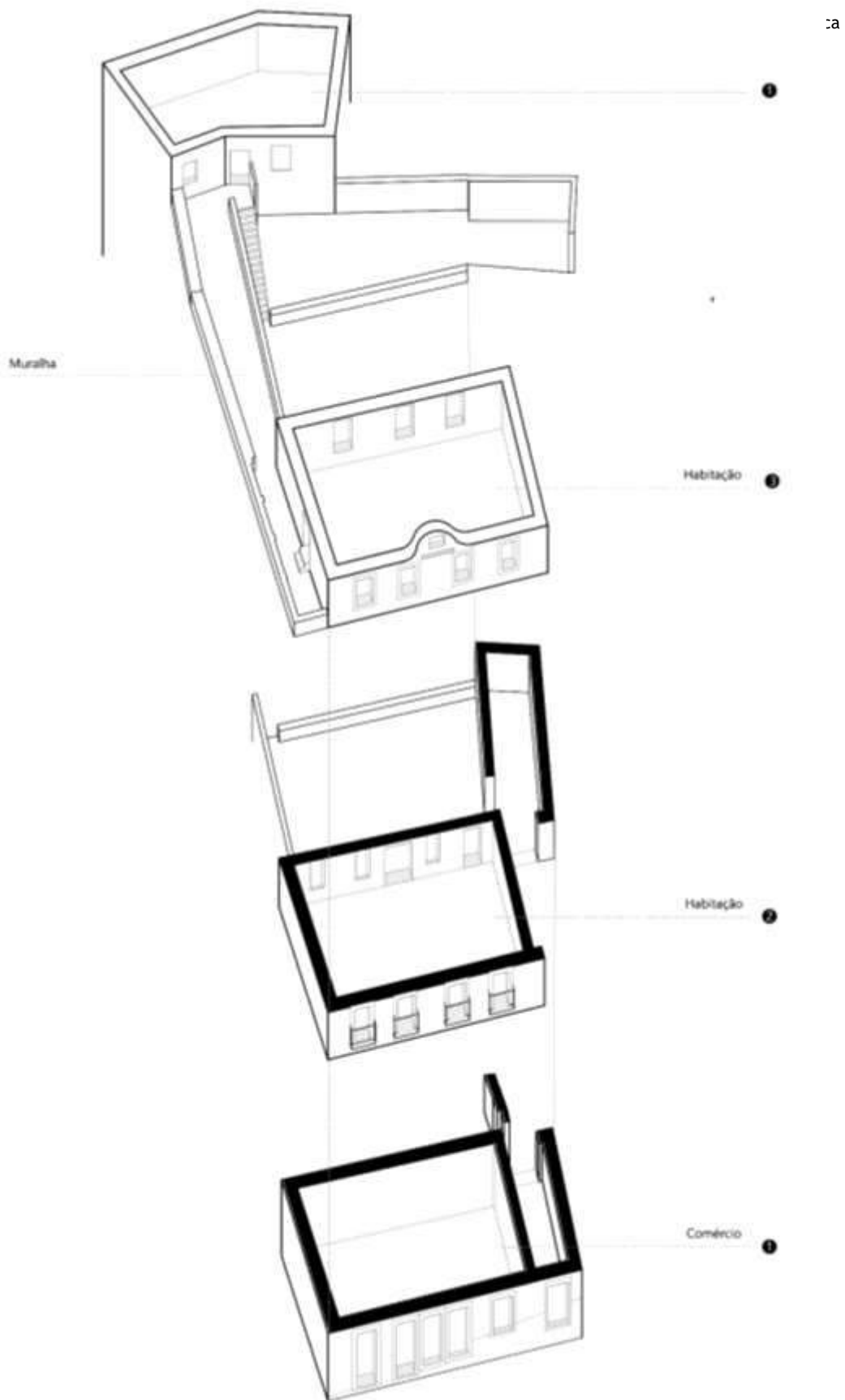


Fig.50 Axonometria do programa atual do edifício.

O levantamento arquitetónico resulta num conjunto de plantas, cortes e alçados onde estão representadas as atuais distribuições do interior e exterior do edifício. Importa salientar que em anexo se encontram os desenhos técnicos referentes ao tema, com precisão e a informação que necessitam. Referente ao programa habitacional é sabido que é composto por um piso térreo parcialmente soterrado a oeste, sendo neste piso que se encontra a entrada principal. A única possibilidade de aceder ao edifício é pela fachada mencionada anteriormente, esta localizada a Este. Na recolha de informação encontra-se o esclarecimento referente ao número de pisos, 3+1, apresentando também alguma informação relativamente às tipologias existente, referidas como comércio e habitação. Com maior rigor, o piso térreo pertence ao edifício principal, em nenhum dos pisos está claro quais as suas funções, assumindo que a este piso correspondem as características de espaço comercial, atribuir-se às restantes como habitação. É importante sublinhar que este edifício está adjacente à fortificação muralhada da cidade, tendo como referência em termos de localização, uma das portas da mesma fortificação designada de Porta de São Vicente.

A este edifício, definido com principal, pertencem as entradas e possíveis atravessamentos da área para implantação. Através dele também podemos chegar até ao ponto de atravessamento da porção de muralha adjacente ao edifício e ainda chegar até à zona exterior incorporada entre ambos. O edifício em questão apresentou ainda mais causas favoráveis para se considerar fundamental no desenvolvimento da proposta. Primeiramente, privilegiado pela sua localização geográfica e após o levantamento arquitetónico surgiram ainda mais considerações positivas relativamente às possibilidades de restabelecimento deste edifício, quanto à distribuição das funções e quanto à sua capacidade de dissimulação na restante malha urbana.

Não é possível apenas observar este edifício e perceber como ele é, existem verdades por detrás destas edificações antigas. Observando apenas não se apreende as deformações de ângulos ou a confirmação de não existir total ortogonalidade entre eles. Para assegurar um suporte acessível de segunda memória, entra o registo fotográfico, assumindo um papel de extrema importância, possibilitando o reavivar a memória em qualquer momento sem a necessidade de estar no local presencialmente, sendo muito vantajoso neste tipo de intervenção. A memória do espaço deve ser amplamente lembrada a cada instante, mantendo não só a identidade do histórico, pré-existente à sua construção, mas tentar integrar ao novo sem ser deixado de parte.

### **1.3 Patologias do edifício**

Em construções antigas, as patologias são muito comuns, tendo em conta o período ao qual se encontram expostas aos diferentes estados ambientais, à materialidade utilizada na construção ou a mão de obra não qualificada. Quando uma edificação fica “doente”, ou apresenta algum problema na sua integridade. (Tutikian & Pacheco, 2013) Este ponto destina-se a expor as patologias existentes na habitação em estudo. Para este efeito, mostrar de uma forma mais aprofundada a materialidade do existente e as respetivas patologias. Posto isto, será explanada a planta do existente, a função do espaço e imagens que as descrevem.

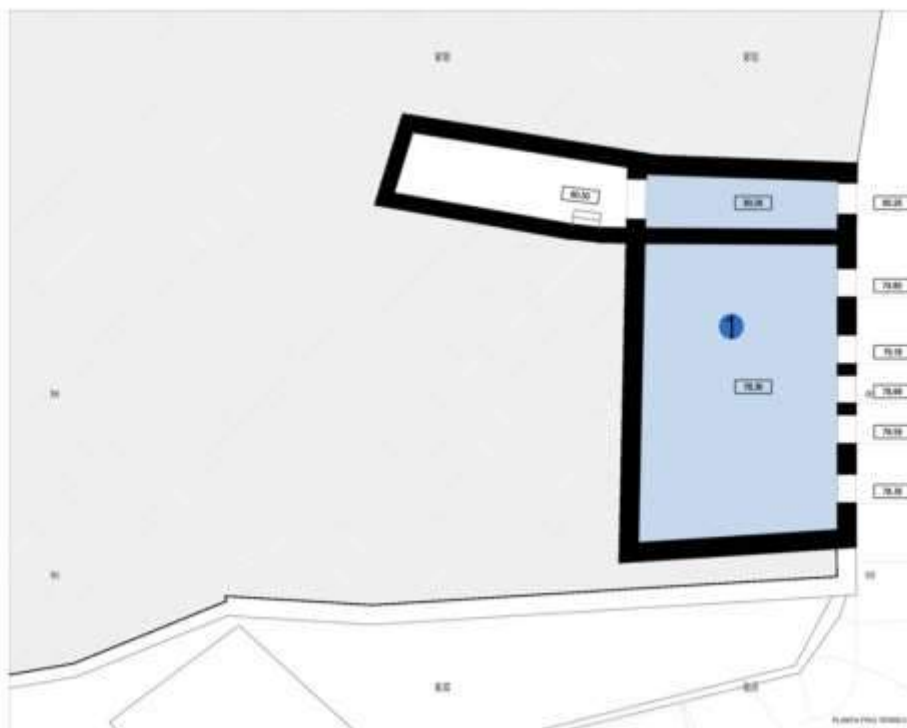


Fig.51 Planta Piso 0 (térreo).

Número	Função	Patologias	Estado de Conservação (BOM, MÉDIO E MAU)
1	Comércio	Ausência de janelas e portas Acumulação de lixo Vandalismo Humidade Descasque de tinta Cripta florescência	MAU

Fig.52 Quadro patológico 1.



Fig.53 Levantamento fotográfico das patologias existentes no Espaço Número 1.

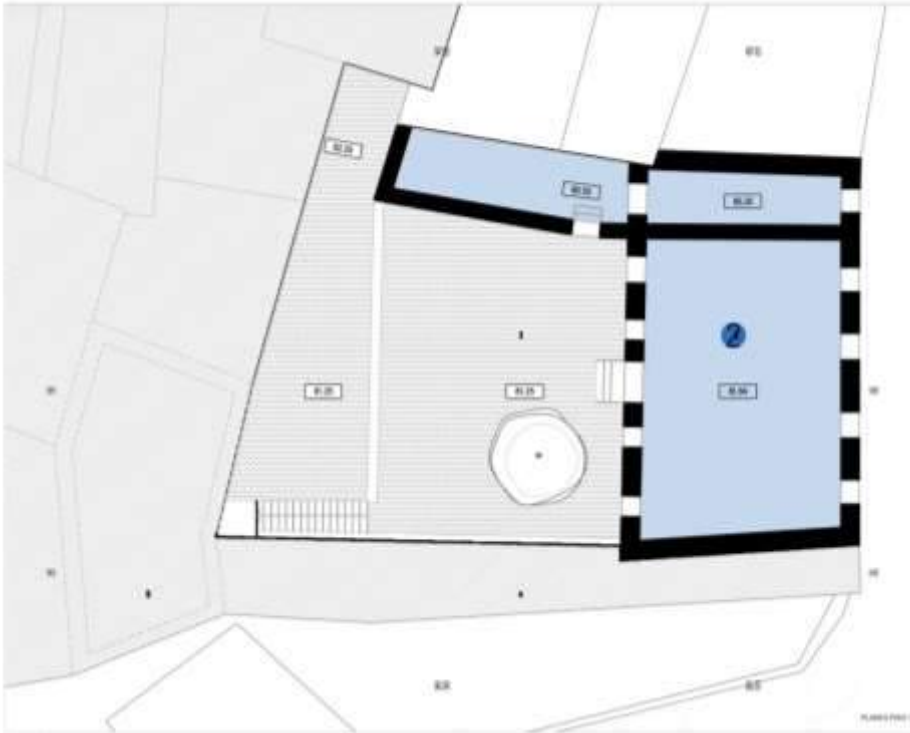


Fig.54 Planta Piso 1.

Número	Função	Patologias	Estado de Conservação (BOM, MÉDIO E MAU)
2	Habitação	Ausência de janelas e portas Acumulação de lixo Ausência de separação entre pisos Humidade Descasque de tinta Cripto fluorescência	MAU

Fig.55 Quadro patológico 2.



Fig.56 Levantamento fotográfico das patologias existentes no Espaço Número 2.

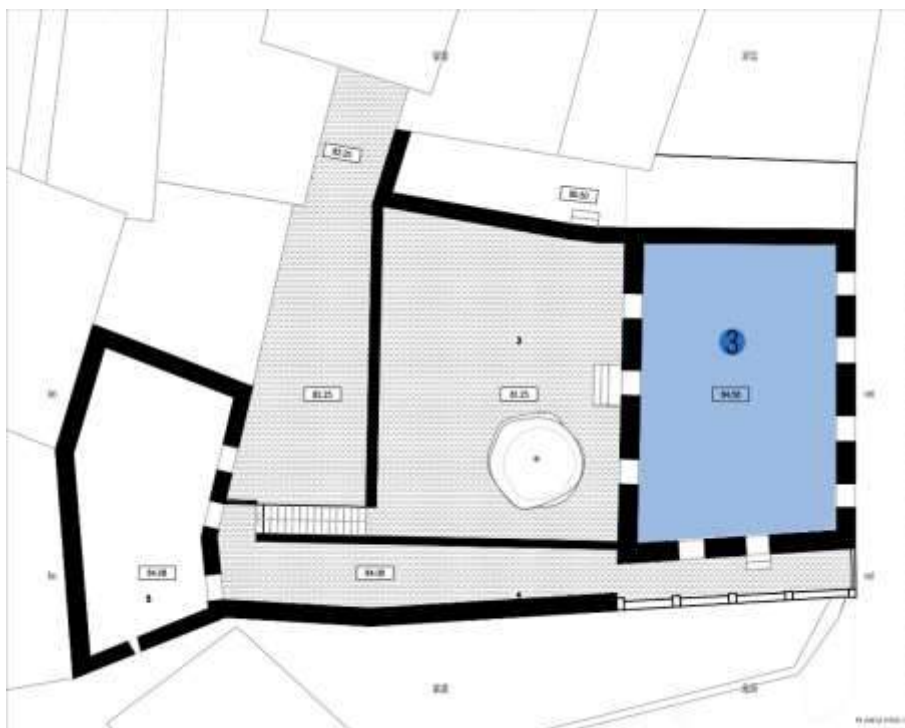


Fig.57 Planta Piso 2.

Número	Função	Patologias	Estado de Conservação (BOM, MÉDIO E MAU)
3	Habitação	Ausência de Cobertura Ausência de janelas e portas Vegetação nas fachadas Ausência de separação entre pisos Humidade Descasque de tinta Cripto florescência Cerâmica em degradação	MAU

Fig.58 Quadro patológico 3.



Fig.59 Levantamento fotográfico das patologias existentes no Espaço Número 3.

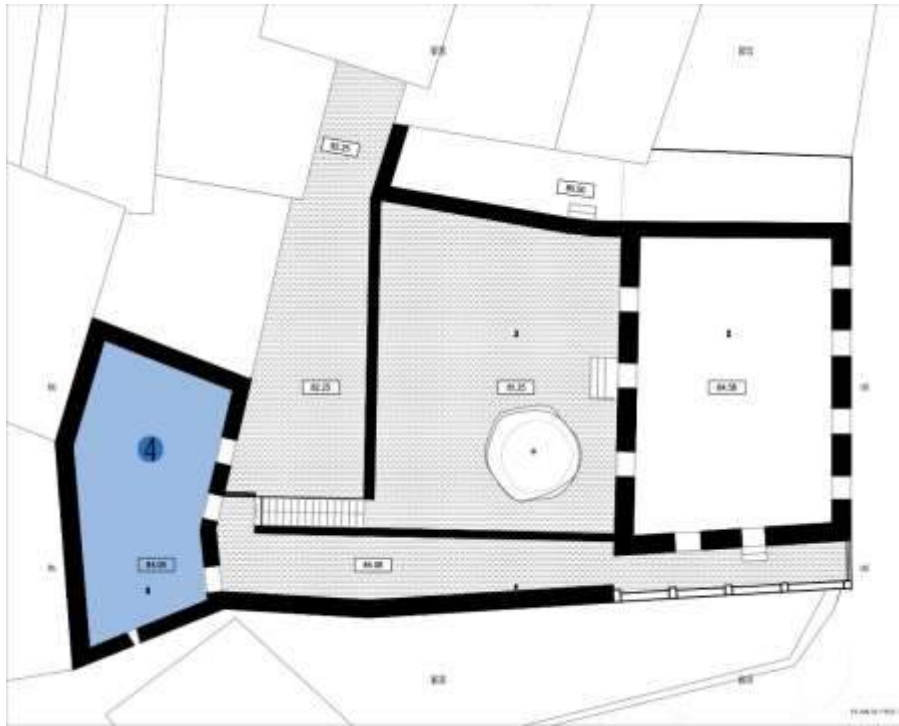


Fig.60 Planta Piso 3.

Número	Função	Patologias	Estado de Conservação (BOM, MÉDIO E MAU)
4	Sem função	Ausência de Cobertura Ausência de janelas e portas Vegetação nas fachadas Vegetação no interior Acumulação de lixo	MAU

Fig61 Quadro patológico 4.



Fig62 Levantamento fotográfico das patologias existentes no Espaço Número 4.

O estado patológico do edifício, de um modo geral, apresenta um elevado estado de degradação, contudo esta situação surge pela idade do edifício e pelo seu abandono. Neste sentido, como resultado temos o desaparecimento das coberturas e respetivas separações entre pisos. Assim, é possível perceber o deterioramento das paredes (exteriores e interiores) e materiais, a acumulação de lixos, não só de resquícios desses materiais como lixos provindos de árvores e vegetações. Na generalidade, apenas resistem as quatro paredes referentes às fachadas do edifício. Acredita-se que isto acontece pela utilização de alvenaria de pedra aparelhada na constituição das mesmas, tornando-as mais resistentes, na ausência de planos e elementos estruturais planos, as lajes. Esperando como resultado da dissertação a reabilitação destes espaços, é perceptível que de um modo geral será impossível a reutilização da maioria dos materiais utilizados na versão original do edifício. No entanto, parte da estrutura é possível de reutilizar e reabilitar mantendo essa parte do edifício original, como é o caso das referidas paredes exteriores de alvenaria de pedra aparelhada.

## 2. A Proposta

A este ponto, a proposta passa por justificar o planeamento e organização do edifício situado na cidade da Covilhã, destinado a acolher Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e os seus filhos/filhas por um período de até seis meses. Passam a ser descritos os objetivos e estratégias do uso dos espaços, as estratégias de ampliação e reabilitação, as alterações nas funções espaciais e ainda a escolha das materialidades a utilizar em cada espaço, tendo em conta o público-alvo. Sem qualquer função a nível residencial ou comercial no seu quotidiano, esta habitação representa o desejo de proporcionar uma nova vida a mulheres vítimas de violência doméstica, logo é pensada num público específico, as Mulheres e a possibilidade de acolher os seus filhos também, o que tem grande efeito no programa habitacional. A intenção do futuro do edifício passa por desenvolver uma grande função protetora, influenciar positivamente no estado de espírito de quem a frequenta e buscar uma vida em comunidade, garantindo também a privacidade.

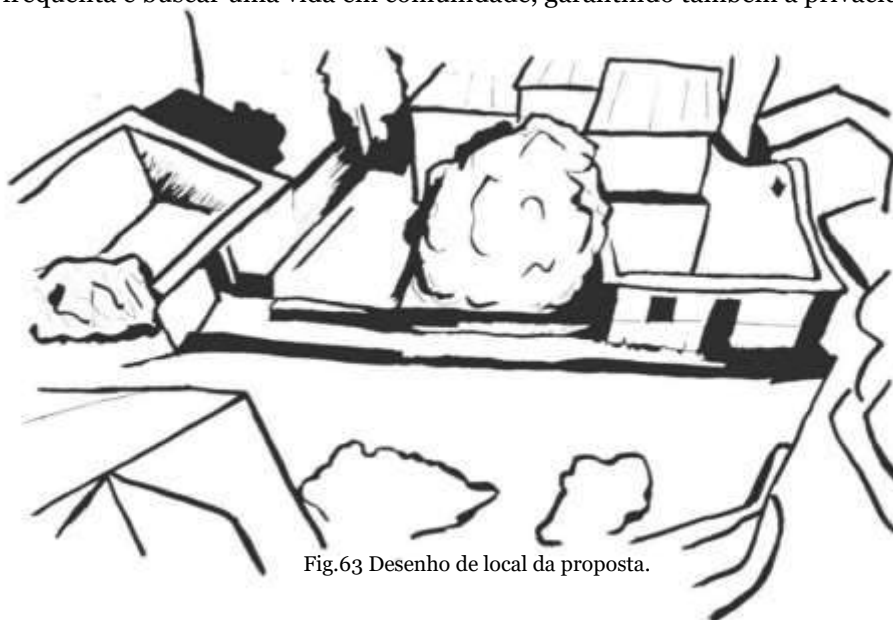


Fig.63 Desenho de local da proposta.

Face ao exposto considerou-se albergar três zonas distintas, distinguidas entre 1, 2 e 3. A estas zonas atribuímos um grau de privacidade que aumenta gradualmente, tentou-se que os exemplos anteriormente expostos fossem referenciados com características comuns a todos. Com isto, partiu-se para a elaboração de um programa habitacional onde a conexão entre o ser humano e o espaço se relacionasse em equilíbrio, mantendo a função protetora e em termos coletivos e privados buscar uma vida em comunidade.

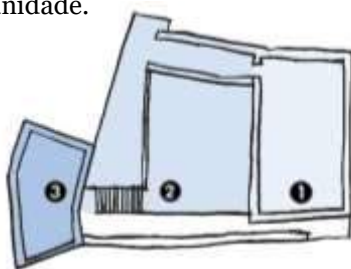


Fig.64 Esquema grau de privacidade do edifício 1, 2 e 3.

Espacialmente o programa a desenvolver é um fator de grande importância. É fulcral a descrição, privacidade e sobretudo a comunidade, tendo em conta que estes espaços vão possuir como funções abrigar e proteger, e o propósito torna-se a tentativa de colmatar as limitações pensando nas reais necessidades destas mulheres que viveram como reclusas e isoladas. Estes espaços tendem a desenvolver áreas mais interativas, isto é, aqui serão pensados espaços privados e comuns de uma forma conectada para que elas organizem as suas vidas em torno dessas transições entre privado e público, definidas pelo sistema de circulação que funciona como peça chave nessa distribuição espacial.

Conceptualmente este edifício partiu do princípio que seria o seguimento do estudo anteriormente feito, ao nível da reabilitação, e propõe uma nova estratégia de distribuição do programa funcional, sem descuidar a essência da identidade do existente. Neste sentido, procurou-se perceber qual o natural acompanhamento dos processos, e encontramos as três etapas consequentes ao acolhimento. A primeira etapa ou fase, intitulada de “Entrada”, a segunda fase é apresentada como “Estadia ou Acompanhamento” e a fase final onde as mulheres acolhidas estão preparadas para abandonar a casa que as abriga, intitulada de “Saída”.

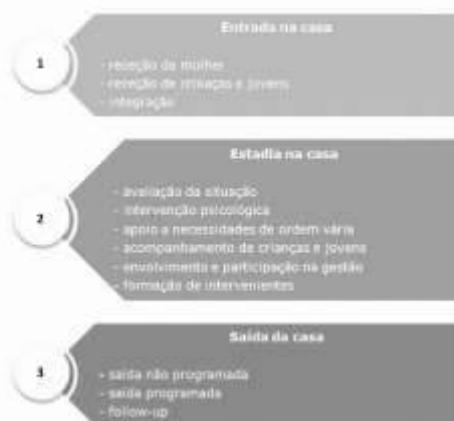


Fig. 65 Quadro de fases a atravessar pelas mulheres que sofrem de violência doméstica. (Baptista, Silva, & Silva, 2015)

Estas fases 1, 2 e 3, representam esse processo de reestruturação das mulheres que neste procedimento faz-se em paralelo com o processo de interpretação do Passado, Presente e Futuro. Estas três distinções temporais funcionam como elemento subjetivo aos processos inicialmente apresentados, com a mesma ordem temporal de acontecimento, isto é, onde o Passado (1) representa a fase em que se encontram no início, a aceitação do problema que enfrentam, o Presente (2), o momento em que são apoiadas pela casa abrigo e o Futuro (3), onde já foram ultrapassadas as barreiras e estão prontas para viver independentes.



Fig. 66 Esquema das fases a atravessar pelas mulheres que sofrem de violência doméstica.

A este processo procura-se, de uma forma figurativa, mostrar uma linha de tempo onde o ponto de partida é representado pelo Passado, ultrapassando várias etapas até à saída. Para a execução deste pensamento na representação arquitetônica, o esquema que se apresenta na figura 67, mostra essa mesma distribuição no terreno. Este primeiro pensamento referente à distribuição funcional do edifício, a analogia criada entre as fases da vida e as fases de acompanhamento institucional, pretendem que de uma forma implícita seja possível a percepção das funções e distribuições relativas ao edifício e ainda as possíveis circulações entre os diferentes espaços interior e exteriores.

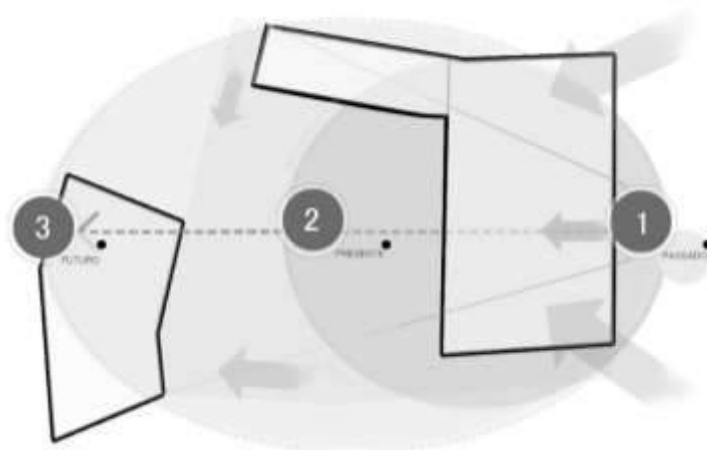


Fig.67 Esquema das fases a atravessar pelas mulheres separado por momentos arquitetônicos.

Em suma, para além da linha de tempo que figurativamente atua no sentido horizontal do edifício, representando as três etapas anteriormente apresentadas onde o grau de privacidade aumenta, existe também a necessidade de criação de uma hierarquia de privacidade relativamente ao plano vertical. Com isto, pretende-se um nível gradual de privacidade relativamente aos pisos, propondo uma ordem de acontecimentos a cada piso. Este propósito manifestou a importância do desenvolvimento de um organograma de espaços necessários para conceção de uma casa de acolhimento para mulheres que sofrem de violência acompanhadas dos seus filhos ou filhas. A figura 68 mostra as possíveis distribuições desse mesmo acolhimento, tendo em conta as reais necessidades, mantendo a casa o mais semelhante com uma casa tradicional com a finalidade de que elas se sintam num ambiente de normalidade e afetividade.

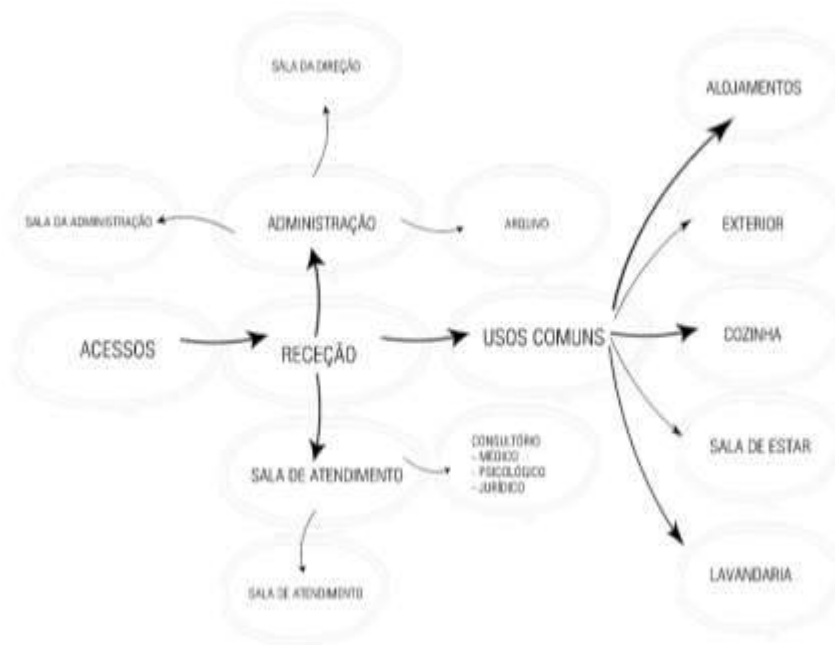


Fig.68 Organograma de funções espaciais do edifício.

O organograma acima apresentado, mostra a evolução em termos de avanço privativo dos espaços, esta premissa aplicada à extensão do espaço a implantar no sentido vertical, evolui no mesmo sentido, pois, com os volumes existentes era possível criar uma hierarquia de pisos permitindo a distribuição das funções de uma forma a acrescentar maior privacidade a cada piso.

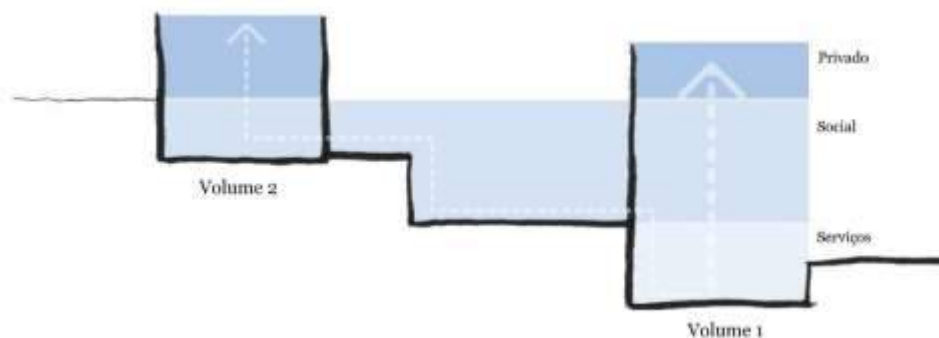


Fig.69 Esquema de hierarquia de privacidade de pisos no sentido vertical.

O piso o ou térreo, designado por Serviço ou Passado, está destinado à entrada no edifício e desenvolvimento de atividades com profissionais de saúde, de psicologia, administração, judicial e profissionais do funcionamento normal do edifício. Subindo um piso, encaramos o descrito como Presente, onde se encontra a zona social do edifício destinado a ocupações normais do dia-a-dia, como são o caso de confeccionar refeições, espaços de estar, espaços de refeições e espaços destinados ao lazer para as crianças. Nesta cota do edifício encontra-se o espaço exterior do edifício onde se integram algumas destas zonas. O último piso destina-se às áreas de maior privacidade e de descanso. Para alcançar o futuro, o espaço mais individual de toda a edificação, surge na extremidade do terreno, na parte mais elevada do edifício em relação à fachada principal encontrando-se em segundo plano.

## 2.1 O Pátio, como elemento organizador

As três fases que o anterior ponto desenvolve, mostra a forte relação existente entre o interior e exterior, que se encontra presente na composição do edifício. Ao percorrer, de uma forma figurativa, desde o Passado, transpondo o Presente e atingindo o Futuro é perceptível a existência de um espaço exterior. A este espaço exterior foi atribuída a designação de pátio, “recinto descoberto no interior do edifício” (priberam, dicionário, 2020) que pela sua presença, estimula as distribuições interiores de edifícios privados. O pátio é geralmente entendido como uma parte da casa delimitada por paredes ou, pelo menos, um espaço parcialmente aberto que tem um papel importante. (Blaser, 1997)



Fig. 70 Esquema em corte dos volumes existentes

A intenção do desenvolver neste edifício passa por colocar o pátio como um elemento protagonista em relação à ordenação estrutural do aspeto visual, da relação entre o interior e exterior, do ar livre e do domínio do edifício mediante a circulação do edifício através deste. Para este efeito, procedeu-se a uma breve análise sobre a génese do pátio enquanto parte integrante do espaço habitado.

Praticamente não há dúvidas de que na Mesopotâmia as casas continham pátios. Localizada entre os rios Eufrates e Tigre, segundo os arqueólogos parece que ela foi a primeira grande civilização da história, a civilização Suméria. Existiram por volta do VI ou V milénio a.C. e formaram uma civilização próspera que se organizava em cidades-estado, pequenas, mas muito poderosas. Nos

IV e III milénio a.C., as cidades de Ur, Uruk, Nippur, Kish, Lagash ou Mari eram importantes centros urbanos. (Pinto, Meireles, & Cambotas, 2006)

Com a premissa da proteção dos ocupantes em relação ao barulho das ruas, dos ladrões e das agressões climáticas, em seguida explana-se a casa que a maioria da população de Ur possuía. Construídas à volta de um pátio central, para onde estavam virados todos os vãos pertencentes a salas, que dispostas ao seu redor de forma a não conter qualquer vão para o exterior. No caso da existência de um piso superior, os quartos ficavam nesse piso, para aceder a este piso existia, geralmente umas escadas junto da entrada. A essência deste modelo é perceptível ainda hoje na casa tradicional de Bagdad no Iraque, mostrando a solução encontrada nesta planta com a finalidade de proteger os ocupantes. (Tavares, 2014)

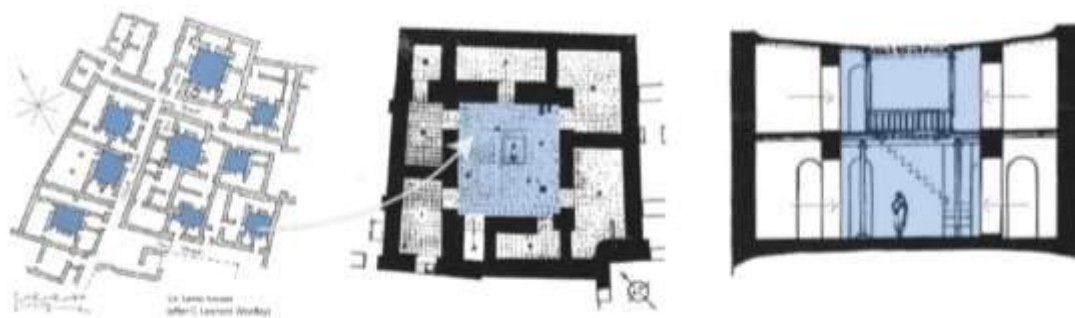


Fig. 71 Quarteirão de Ur, Planta e corte da casa-pátio de Ur, esquematizada pela autora. (Tavares, 2014)

Também no Egito as casas continham um pátio ou vários, mas avançamos para a Grécia e Roma, para entender a função dos mesmos, na Antiguidade Clássica. No que respeita à civilização grega, a primeira civilização da Antiguidade Clássica, o seu surgimento deve-se à convergência de condições adversas que permitiram a formação de uma comunidade capaz de harmonizar o Homem com a Natureza e o saber. A Grécia foi evoluindo desde o 2º milénio a.C. até à era de Alexandre Magno da Macedónia, quando apareceram os primeiros grandes edifícios religiosos, políticos, administrativos e comerciais, obras encomendadas pela pólis (cidade). Com novas formas e estilos, executaram novas regras de equilíbrio e harmonia, mas em contrapartida as habitações particulares eram pouco cuidadas. As cidades estavam integradas no ambiente natural, e os acidentes naturais não eram apagados pelas muralhas, pelas ruas e edifícios. A área privada, as casas de habitação genericamente eram do mesmo tipo, distribuídas pelas ruas estreitas, labirínticas e não pavimentadas e sem diferenciação social. (Pinto, Meireles, & Cambotas, 2006)

Examinando as casas gregas primitivas, como da cidade de Delos, encontramos casas de origem popular, simples, mas não isentas de muita sabedoria. Nota-se que as casas apenas apresentam uma abertura no muro exterior que funciona como entrada e assim apenas aproveitando a luz natural do pátio. A casa deste tipo era sobretudo defensiva e o pátio um mundo próprio, não apenas no sentido habitacional, mas também do aspeto da segurança e isolamento. Casas sem janelas e unicamente viradas para o interior são notavelmente emotivas por representarem o mais puro do que respeita à definição de casa pátio. O pátio propriamente dito, definido pela abertura

para o céu e as suas colunas, é em forma quadrangular o que faz mais perceptível do ponto de vista espacial e visual. (Capitel, 2005)



Fig. 72 Casa pátio na cidade de Delos, Grécia. Século III e II a.C., esquematizada pela autora. (grega, Mitologia, 2012)

Quando pensamos na Antiguidade Clássica, mais além da Grécia, Roma vem de imediato à memória. Para além da sua vastidão enquanto império, um dos maiores de todos os tempos, a sua origem foi modesta e remonta a meados do século VIII a.C. Grandes admiradores da cultura grega, a que adotaram logo após conquistarem a Grécia no Século II a.C., não obstante receberam múltiplas influências ao longo das suas conquistas, desde a Etrúria, Magna Grécia, de Cartago, dos reinos Helenísticos, do Egípto faraónico e até da mesopotâmia e da Pérsia imperial. A obra *Os Dez Livros da Arquitetura*, de Marco Vitruvius Polião, arquiteto do tempo de Júlio César e de Augusto, ainda hoje é estudada como fonte principal da arquitetura clássica. Programática e funcional, a arquitetura romana, procura essencialmente a resolução de aspetos práticos e técnicos da arte de construir, as construções públicas foram as que os romanos melhor expressaram o engenho, técnica e originalidade estrutural. São estas que melhor traduzem o desejo de grandeza e poder desta civilização. Não entanto, a arquitetura privada, menos importante, mas igualmente genial, admitiu duas tipologias distintas: a *domus* e *insula*. A *domus* era o lar tradicional dos romanos, a casa unifamiliar apesar de nela existir a possibilidade de coabitar várias gerações em simultâneo. Ao longo do tempo apresentou várias variações de planta, no tamanho e no material, mantendo o aspeto modesto, geralmente de um único piso e virada para si própria pois não tem aberturas para o exterior senão a porta principal, as dependências interiores organizam-se em torno de um ou dois pátios interiores designados de *atrium* ou peristilo pelos quais se fazia a iluminação natural, a ventilação e a circulação das pessoas. (Pinto, Meireles, & Cambotas, 2006)

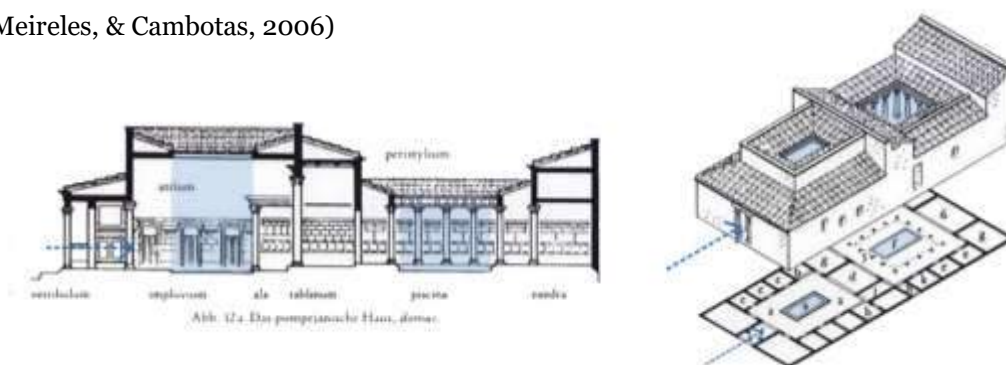


Fig. 73 Casa Domus Romano, esquematizada pela autora (Grand Strategy, 2012)

Em suma, retira-se desta breve ponderação sobre o tema do pátio em relação à vida doméstica das várias etapas da história aqui descritas, pretende-se a sensibilidade de como a vida doméstica se organiza com o pátio estendendo-a e dando-lhe continuidade. A projeção que é feita do interior para o espaço exterior, mostra as suas características por estarem ligados.

Voltando ao exercício de reflexão sobre o edifício a desenvolver, pensando a implantação como um todo, o ponto focal do edifício seria a sua parte exterior, a função deste espaço é de tentar humanizar o mais possível a paisagem exterior à semelhança do que fazem com o interior. Esta porção do edifício corresponde a um espaço afundado, protegido por edifícios do vento e do ruído por possuir massa ao redor, é também uma fonte de luz, ar e vento. Para além destas características essenciais funciona como proporcionador de uma melhor ventilação e iluminação aos volumes que o envolvem.

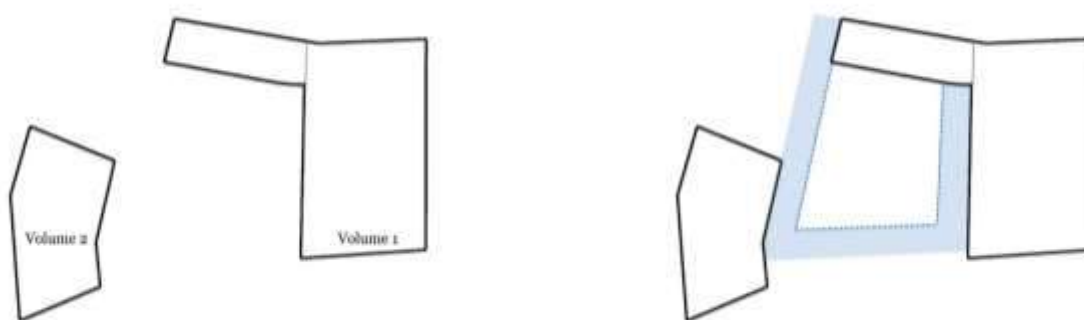


Fig. 74 Esquema representativo dos volumes iniciais e formação do pátio

Os elementos pré-existentes funcionam como elementos geradores do pátio, pois ambos os volumes possibilitam o surgimento do esquema acima apresentado. Em relação à função do pátio ele pode funcionar como espaço distribuidor, organizador, espaço de permanência, forma de ventilação natural e fonte de luz natural, e relativamente ao carácter do pátio, ele acolhe a natureza íntima/social. Esta posição central no esquema da figura 74, é capaz de proporcionar as zonas que o circundam com uma melhor percepção, fortalecendo a relação entre o volume e este mesmo espaço e ainda a conexão visual entre os vários espaços Social e privado. Deste modo o piso o ou térreo funciona independente, sendo o funcionamento visual e em termos de interação entre as residentes.

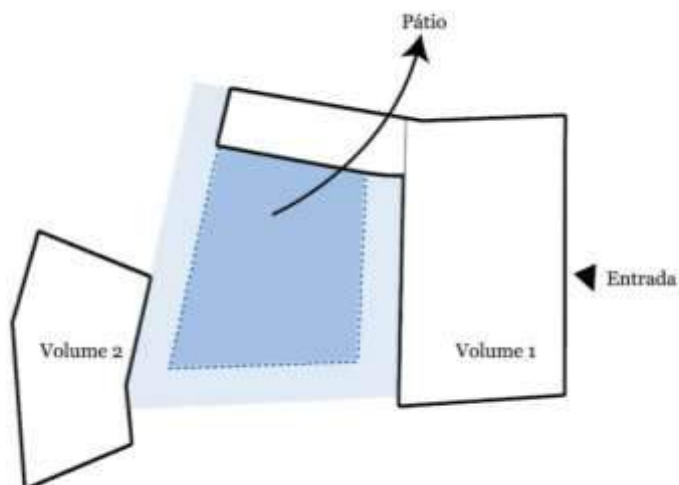


Fig. 75 Esquema representativo dos volumes iniciais e formação do pátio e a relação com a entrada do edifício.

Dentre os maestros modernos, a casa em torno de um pátio surgiu com Le Corbusier e quase exclusivamente na casa em L, que delimitava um pátio, uma transformação moderna. A casa com pátio surgiu com ele, iniciando uma nova e atrativa aventura, utilizando os pátios ou jardins interiores inspirados nas plantas de conventos do século XIX. (Capitel, 2005)

Na Villa Savoie, Le Corbusier apresenta algumas características das quais se tirou partido na execução da proposta, um dos pontos interessantes é o aspeto mecanizado do piso térreo, onde lhe é atribuída a função de serviços da casa. Outros dos pontos de grande importância, situa-se no volume superior onde as janelas dispostas em fita, anulando a austeridade imposta por uma parede branca e dando maior percepção entre exterior e interior que não é perceptível antes de entrar. No entanto, depois de entrar existe uma grande facilidade na compreensão espacial entre os espaços privados e públicos. Os espaços privados estão destacados como isolados enquanto que os espaços vivos estão em torno de um pátio externo. Le Corbusier incorpora uma série de rampas que mostram o movimento de circulação desde o ponto inferior até ao jardim da cobertura, obrigando ao habitante experiencie o movimento entre os espaços. (Kroll, 2010)



Fig. 76 Imagens da Villa Savoie, Le Corbusier, (Kroll, 2010)

Ainda na descrição de obras de Le Corbusier, para além do projeto já apresentado mostrar particularidades importantes a reter, o Convento de La Tourette, mostrou a sua singularidade e interesse na investigação. Este é composto por células individuais, uma biblioteca comunitária, um refeitório, uma cobertura claustro, uma igreja e salas de aula. Com pilotis alinhados nas paredes internas abrindo as fachadas a grandes panos de vidro, estas fachadas mostram a ligação ao pátio central que é definido em forma de U, fechado ao fundo pela igreja, que sendo sutilmente afastada cria uma hierarquia e um ponto de vista através do pátio no entorno interno como externo. Grande parte das funções do edifício encontram-se no seu interior, estando as áreas públicas viradas para as impressionantes vistas. A luz desempenha um papel fundamental no projeto e responde às funções e à simbologia atribuída a cada espaço, isto aplicado a grandes panos de vidro nas circulações ou nos rasgos sutis, apresentados na vertical ou na horizontal que mostram uma áurea quase santa ao betão armado. Também é perceptível nas aberturas zenitais que forçam a direção da luz proporcionando ponto focais no espaço. (Souza, 2013)

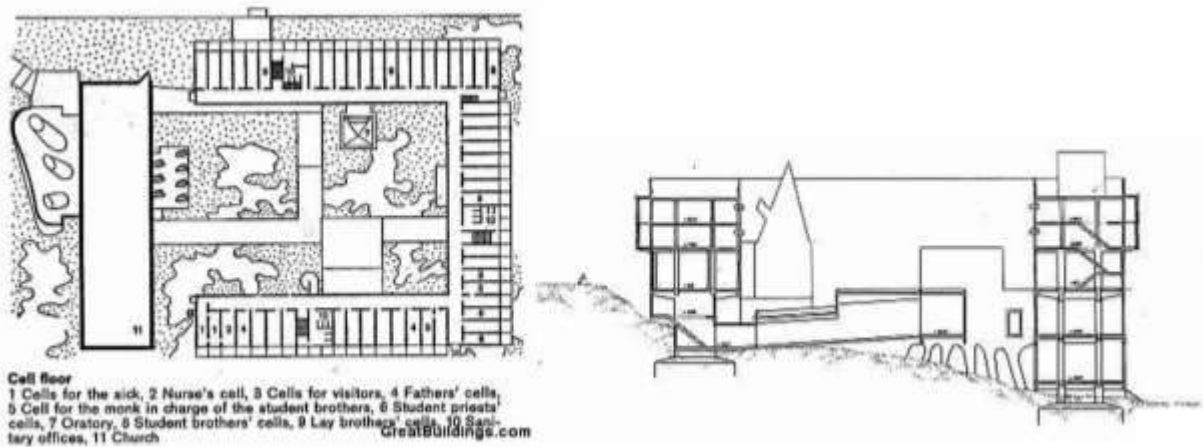


Fig. 77 Imagens do Convento de La Tourette do Le Corbusier, (Souza, 2013)

Alvar Aalto foi um dos arquitetos que contribuiu com outro exemplo que ajudou a entender a possível intervenção no pátio. Explorou o sistema claustral e doméstico, na Villa Mairea (1937-1939), em conjunto com Aino Aalto. Pela sua forma em C este exemplo pareceu pertinente pois mostra características semelhantes ao pretendido. A casa que os Aalto pensaram caracteriza-se por ser isolada, moderna e aberta. Neste exemplo, percebem-se que alguns fechamentos foram construídos, algumas plantas e árvores que funcionam como limite ajudando a moldar o espaço aberto e fechado. A abertura posicionada a um dos lados mostra a interpretação das *lógias* dos palácios e numa altura mais moderna em Le Corbusier na Villa Savoie. Portanto a casa é aberta, mas nunca perdendo a condição de enclausurado. (Capitel, 2005)

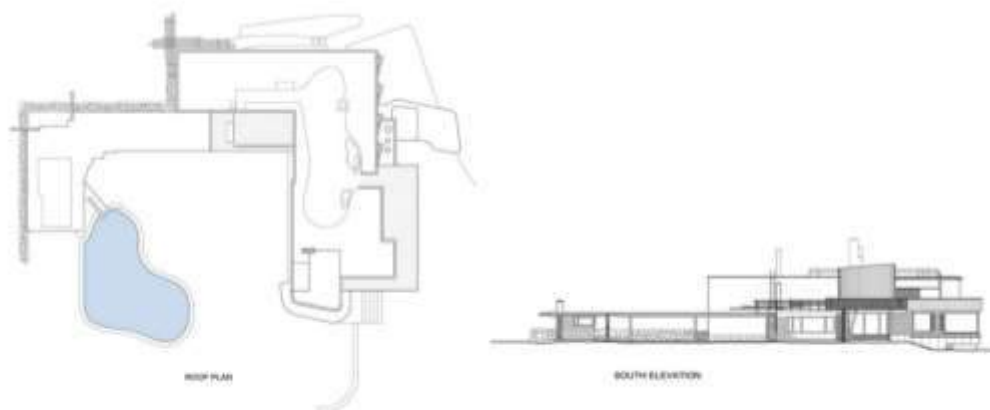


Fig. 78 Planta e corte da Villa Mairea de Alvar e Aino Aalto, (ArchWeb, s.d.)

Em síntese, e após compreender o pátio em várias épocas da história, é perceptível a similaridade do conceito nele aplicado, sendo ele fechado ou semifechado, funciona na generalidade como a extensão do espaço doméstico interior. Esta ideia promove o aproveitamento dos espaços ao ar livre, oferecendo-o enquanto espaço de intimidade e em simultâneo poder oferecer a relação de privacidade num espaço de natureza. Na busca de compreender o pátio, não podemos deixar de lado a compreensão da circulação enquanto parte integrante desses elementos e com a funcionalidade de junção de ambos. Visivelmente a distribuição inicial das partes em 1, 2 e 3,

atribuídas às zonas do local a implantar, funcionam perfeitamente enquanto partes de um todo. Conceptualmente o edifício será um todo, dividido em funções espaciais diferentes, mas também em termos impalpáveis.

Tendo em conta a problemática já exposta, este desafio de diferenciar os espaços quanto ao grau de necessidade de ajuda, as mulheres mais fragilizadas ocupam o lugar mais vigiado e em comunidade, enquanto que as mais independentes ocupem locais mais individuais. Assim, colocaríamos as duas em pontos opostos, surgindo com isto uma nova questão na circulação enquanto ponto sumativo de todas as partes. Torna-se um elemento de extrema importância pela sensibilidade das pessoas que habitam a casa Abrigo e por todas as fragilidades que atravessaram até ali chegarem.



Fig. 79 Esquema da relação da entrada com os restantes espaços

Assumindo o pátio (2), e as distribuições dos restantes numa progressiva ampliação de privacidade de (1) a (3), pareceu importante perceber a relação do espaço como um todo, do tempo de permanência e da forma como elas se movimentam nesse mesmo espaço no decorrer desse tempo, logo o Espaço, Tempo e Movimento.

O esquema apresentado na figura 79, mostra a relação da entrada com os 2 espaços não automaticamente a ela ligados. Pretende-se com isto que os mantenhamos afastados para fortalecer a sua intimidade. Numa conceitualidade de privacidade pura, a circulação merece uma redobrada atenção. Para tal, o exemplo em seguida apresentado mostra de uma forma simples o pretendido. Exibir referências para uma temática tão particular como é o caso da construção de uma casa para mulheres que sofrem de violência doméstica, suscita a amplas reflexões. Visto que o pátio ao longo da história do desenvolvimento da arquitetura se torna muito marcante, estes exemplos mostram também a forma menos massiva, mas igualmente importante no contexto da vida em comunidade e da forma como o ser humano encara a realidade para além do que figurativamente entendemos como as quatro paredes que nos abrigam. Em seguida é apresentada a forma de habitar pelos Yanomami, índio Sul-americanos.

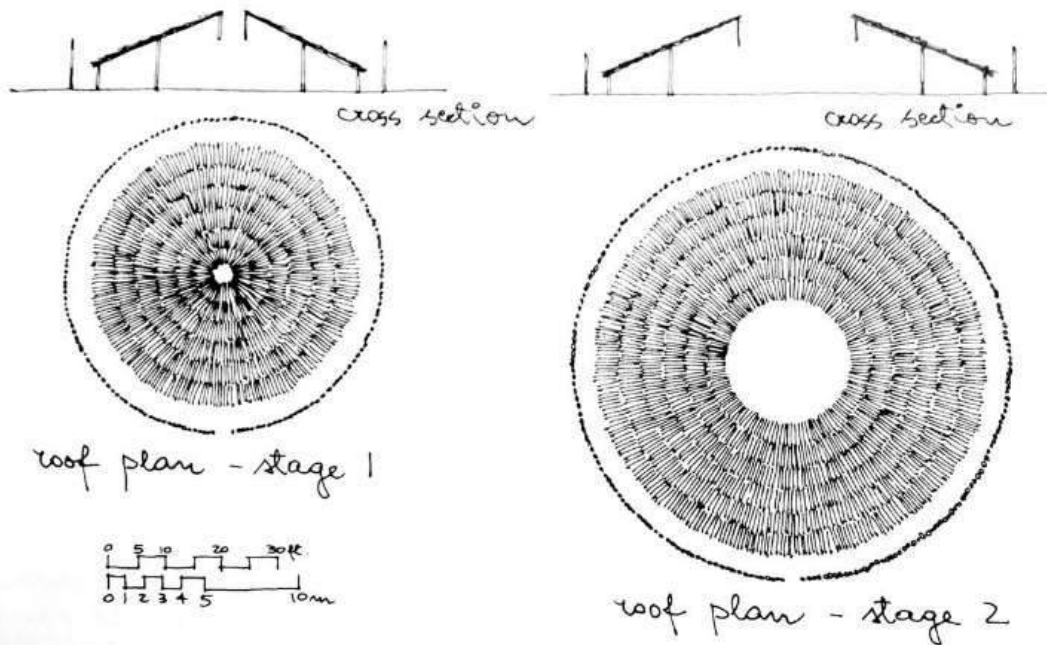


Fig.80 Shabonos ou Yanos, Moradias tradicionais das tribos Yanomami da Venezuela e Brasil. (Fabrizi, 2016)

Tomando como referência a casa construída pelo índios Yanomami, também conhecidos por Yanomamö ou Yanoamö, índios sul-americanos que habitam numa floresta junto do rio Orinoco, no sul da Venezuela e junto do rio Amazonas no norte do Brasil, designados de Shabonos, estas estruturas de madeira são construídas com várias espécies de plantas, troncos, palha e raízes que formam o telhado. Cada família está alojada numa parte da estrutura circular, onde dormem em redes, cozinham em torno da lareira e armazenam os alimentos e pertences em prateleiras. Metade da cobertura interna funciona como corredor interno comum a todas as famílias que ali habitam. Ao espaço central está atribuída a designação de uso comum, onde são proclamados rituais de cerimónias e festas. Estas estruturas são extremamente simples, mas com vários detalhes extremamente funcionais como é o caso da cobertura composta por duas partes, uma externa que abriga a zona de estar e inclina para fora e uma interna que se inclina para dentro. O piso da zona coberta é ligeiramente elevado relativamente à zona central. (Fabrizi, 2016)



Fig.81 Shabonos ou Yanos, Moradias tradicionais das tribos Yanomami da Venezuela e do Brasil. (Fabrizi, 2016)

Este exemplo tornou-se numa forte inspiração para o que se veio a desenvolver na parte referente à circulação do edifício. Um modelo claro de viver em comunidade e de individualidade em simultâneo. Este edifício demonstra a capacidade de abrigar várias famílias ainda que elas se limitem a um certo espaço permitindo-lhes percorrer o espaço amplamente de uma forma livre.

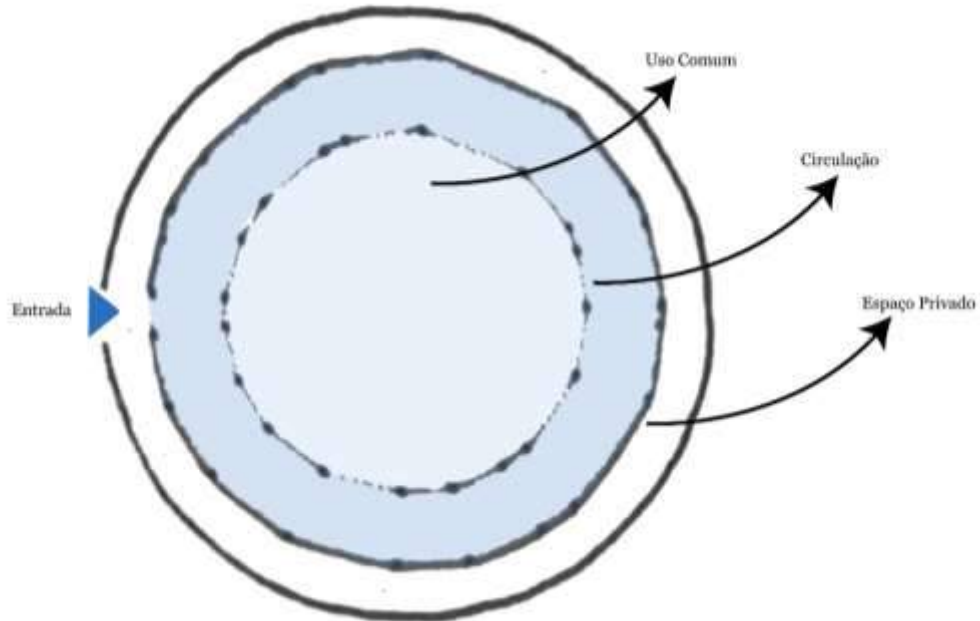


Fig.82 Esquema da planta dos Shabonos ou Yanos, Moradias tradicionais das tribos Yanomami, Venezuela e Brasil.

A simplicidade da estrutura acima apresentada, mostra o essencial a quem vive em modo de defesa. A forma concede lhes segurança, alberga várias famílias, proporciona a entre ajuda e a vida em comunidade. Com esta ideia, e para a proposta a desenvolver, a noção de circulação enquanto movimento entre espaços, mas permitindo a ampla visão das várias zonas ao seu redor. Criando uma circulação marcante, na sua posição, de forma a ter ampla visão entre os espaços e percepção de quem se aproxima.

Esse sistema de circulação funciona como estruturador na definição do espaço, permitindo a articulação entre os ambientes mais sociais e os privados, formando um percurso que envolva a etapa (1), (2) e (3) dando-lhes a intenção de um só espaço unificado, mas mostrando o significado atribuído a cada um. Adquire também a função de facilidade no domínio visual, dominando os espaços com o olhar, para que haja uma fácil articulação entre eles no domínio visual, das sensações, a real percepção e a apreciação dos espaços de imediato. Isto deve-se às reais necessidades das utilizadoras enquanto mulheres fragilizadas, num lugar de estranheza do seu quotidiano e por este motivo a distribuição das funções no espaço têm de parecer desconstruídas da ideia de instituição. Proporcionar um acolhimento seguro, acolhedor, fortalecedor e sobretudo restabelecedor, tendo em vista a quantidade de mulheres que acaba por desistir de permanecer numa casa abrigo e voltar para o agressor pela falta de conexão com o ambiente institucional.

## 2.2 Resposta arquitetónica

A proposta consiste na projeção de uma Casa Abrigo para Mulheres que sofrem de Violência doméstica, sendo este o caso teórico e prático pertencente à Dissertação de Mestrado. A ideia surgiu das constantes denúncias de casos de violência doméstica, pensando uma proposta com as características aperfeiçoadas relativamente às que atualmente existem. Neste caso a exploração de tipologias onde a casa-pátio e a sua respetiva circulação permitam uma proposta, através da sua reinterpretação e posteriormente adaptada ao edifício de acolhimento.

Nesta conjuntura, o programa escolhido parte de todo o estudo feito na primeira análise, onde se mencionam os conceitos e definições relativamente às casas Abrigo e ao respetivo acolhimento das Mulheres que sofrem de violência Doméstica e ainda dos seus filhos e filhas. Mostra-se a Cidade da Covilhã enquanto cidade de Acolhimento, a importância do espaço exterior privado, contrariamente à densidade habitacional nesta zona histórica, atuando diretamente na posição emocional das utilizadoras.

A adaptação desta tipologia à realidade de uma cidade qualquer a nível nacional ou internacional, figura uma investigação exaustiva pelas características de quem, futuramente, a pode habitar temporariamente. A tipologia milenar da casa-pátio proporcionou algumas facilidades nessa averiguação, pois desde as primeiras aparições mostravam o seu caráter defensivo, introspetivo e de acolhimento.



Fig.83 Planta de Localização s/escala.

As características originais dos volumes existentes, não permitem um acolhimento numeroso devido às pequenas dimensões. Assim, a distribuição resumiu-se ao acolhimento mais qualitativo e menos quantitativo. Para este efeito, o pretendido passa por recomendar uma única entrada no edifício e dessa entrada é desenvolvido o sistema de circulação horizontal e vertical.

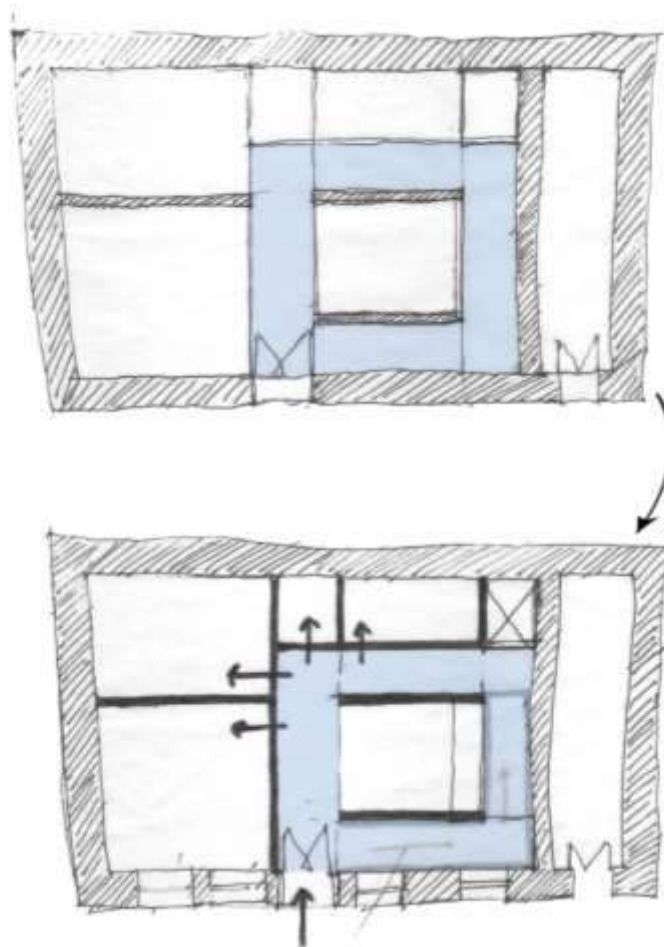


Fig.84 Esquema do funcionamento da circulação no piso térreo.

O esquema apresentado na figura 82 ajuda a compreender a agilidade atribuída ao sistema de circulação, reduzindo as entradas a uma só, impedindo as múltiplas entradas e proporcionando um maior controlo de quem ali entra. Para além da circulação horizontal que funciona como distribuidor de espaços, a circulação vertical proporciona a livre circulação pelos diferentes pisos com ampla visão do que acontece nos diferentes ambientes. Ao piso térreo, foram retiradas quaisquer ocupações privadas, pois este piso apresenta demasiadas aberturas para a rua, o que lhe retira privacidade.

Este piso, dispõe as suas salas em torno do sistema de circulação dando-lhes maior visibilidade entre espaços. Aí vão ocorrer os procedimentos de integração (1), anteriormente designados de libertação do Passado e encarar o Presente, onde ocorrerá a primeira abordagem às mulheres, também serão realizadas consultas médicas, psicológicas ou jurídicas, consoante a necessidade de cada Mulher. Ainda albergará a sala destinada à direção da casa Abrigo.

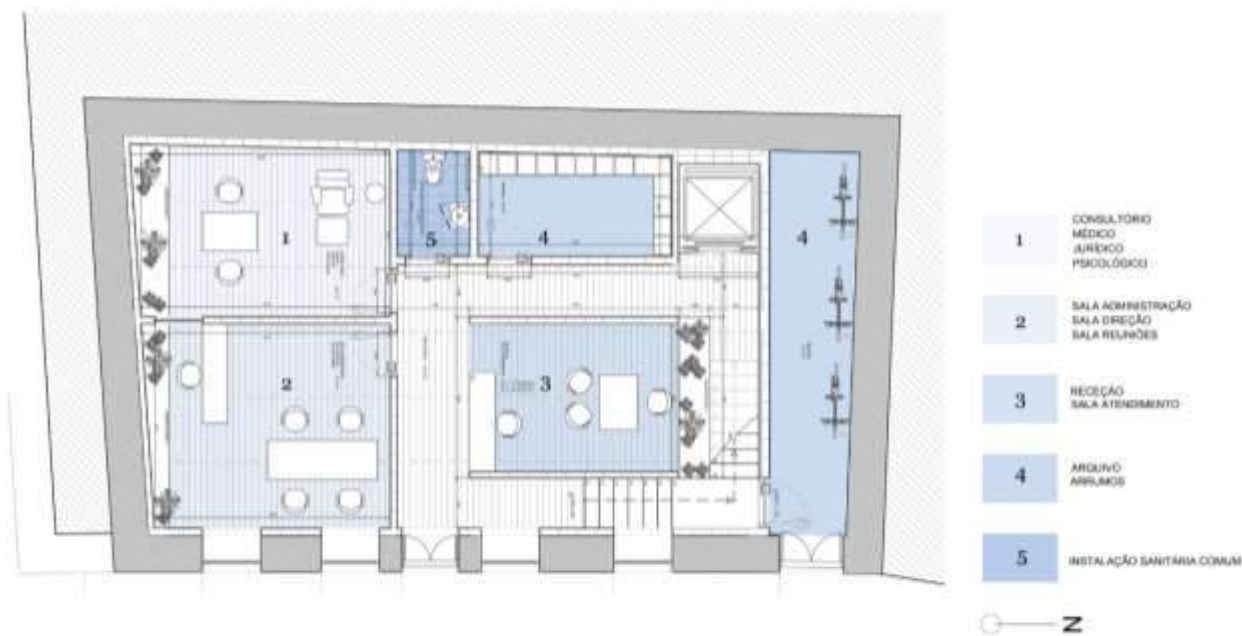


Fig.85 Planta do piso térreo, com as respetivas distribuições funcionais, s/escala.

Piso	Volume	Divisão	m <sup>2</sup>
Térreo   0	1	Consultório : Médico Jurídico Psicológico	18,21
Térreo   0	1	Sala: Administração Direção Reuniões	27,73
Térreo   0	1	Instalação Sanitária Comum	03,19
Térreo   0	1	Arquivo	08,29
Térreo   0	1	Recepção Sala de Atendimento	13,01
Térreo   0	1	Circulação	21,57
Total :			105,81 m <sup>2</sup>

Fig.86 Áreas das divisões da zona de serviço.

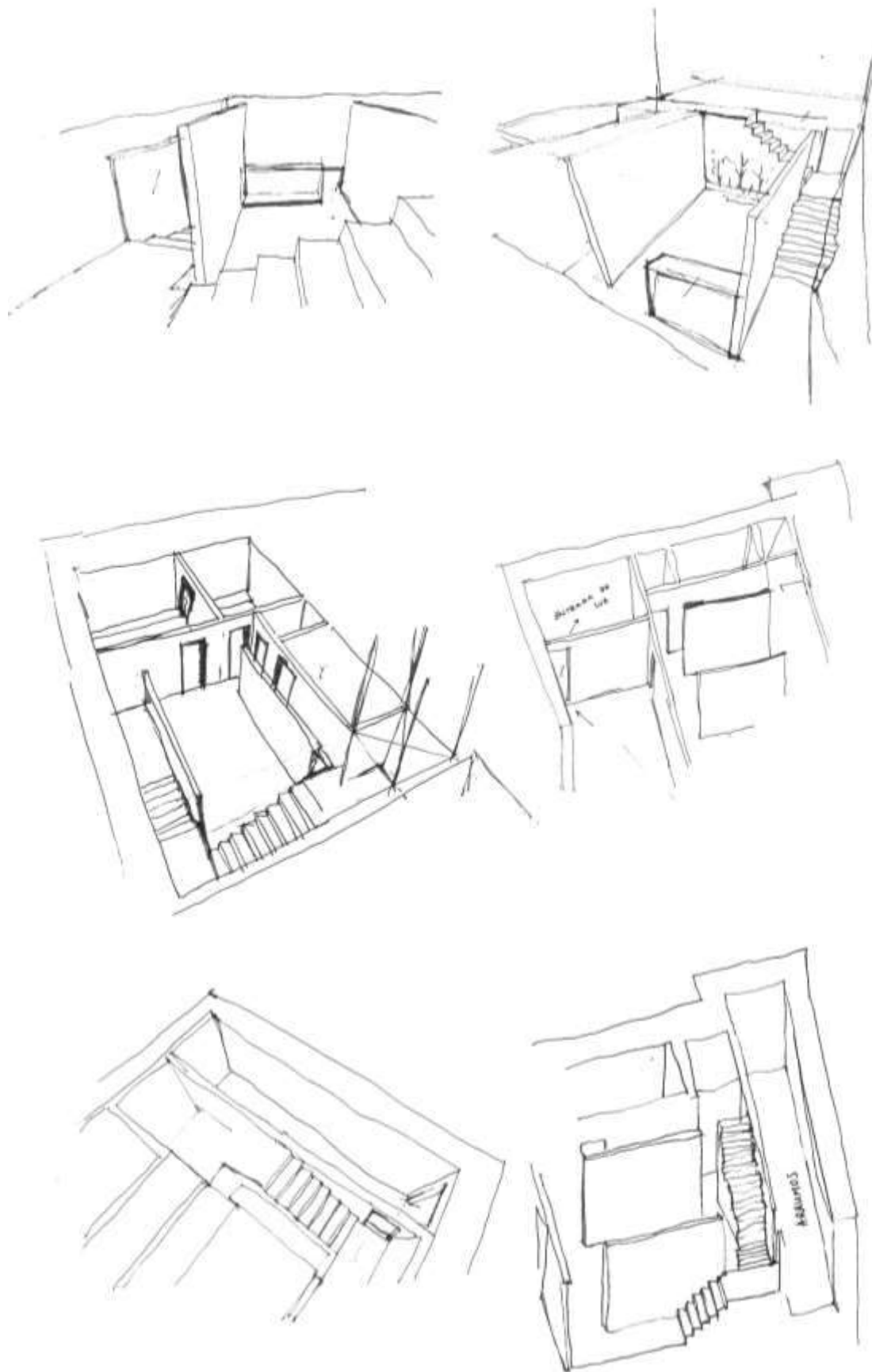


Fig.87 Desenhos referentes à zona de serviço.

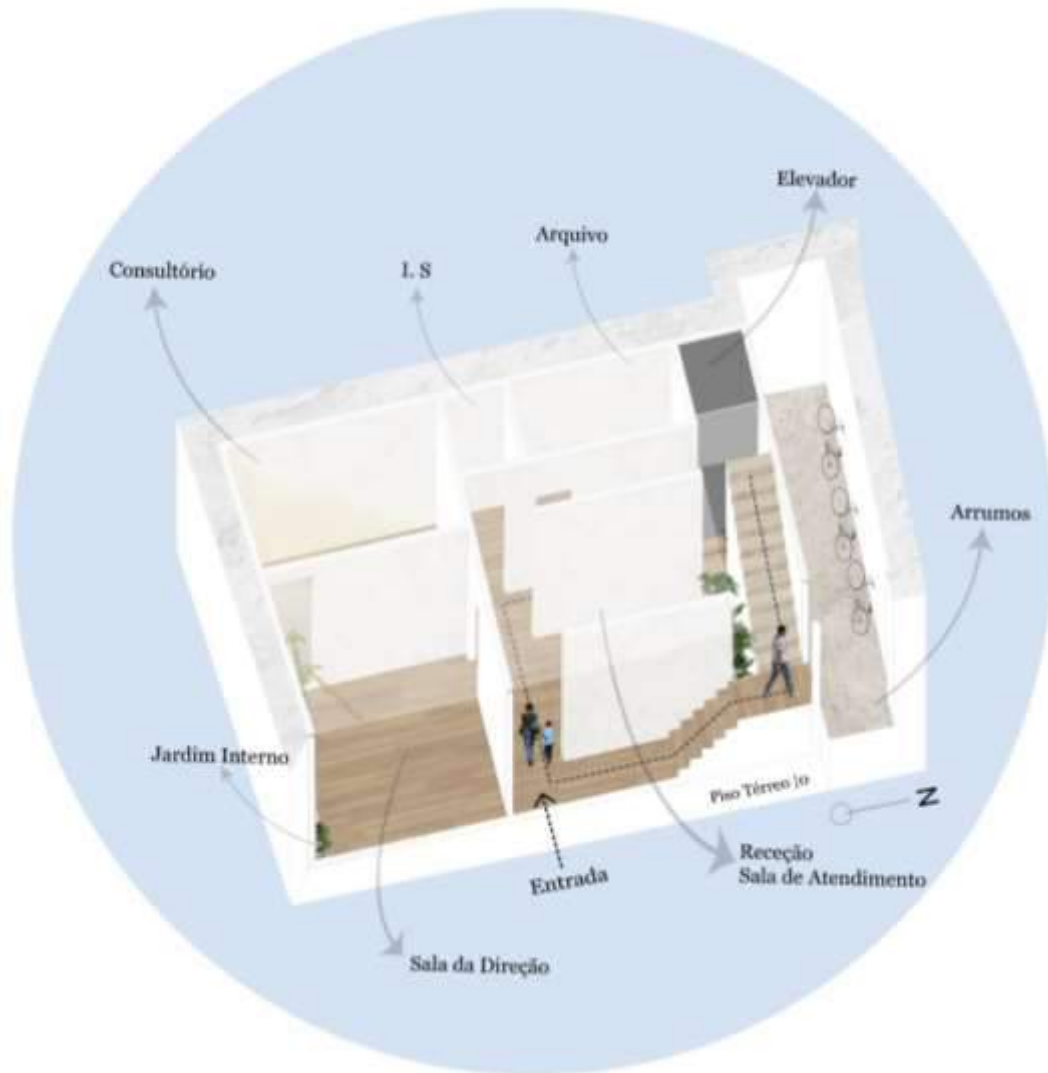


Fig.88 Esquema axonométrico do piso térreo.

O piso 1, o seguinte na ordem vertical na hierarquia atribuída aos pisos, apresenta-se de uma forma semelhante ao apresentado no piso térreo. Desenvolve-se em torno da circulação vertical, o que ajuda na distribuição das zonas sociais do edifício, onde estão as distribuições já assinaladas como a cozinha, sala de jantar, sala de estar, a ludoteca e uma instalação sanitária anexa à lavandaria. Pretende-se que estes espaços se mostrem limpos, de fácil leitura da distribuição, estendendo-se até ao exterior, o pátio. No exterior, encontra-se o pátio, numa zona afundada entre os dois volumes existentes, ali estão organizadas zonas de estar, locais para leitura, e ainda uma extensão da cozinha proporcionando às utilizadoras de optarem entre um momento de refeição com vista para todo o pátio. Este ponto, ao ar livre, mas com uma cobertura de madeira, esta, que rodeia um jardim para o desprendido aproveitamento do espaço. Ainda se pode disfrutar de uma horta de dimensões apropriadas ao espaço, onde as ocupantes disfrutem de um momento de cultivo como forma de distração da realidade que vivem ou ainda como forma de continuidade caso elas pertençam a uma zona rural do qual estejam acostumadas a cultivar os seus próprios alimentos que as ajudam na sobrevivência.

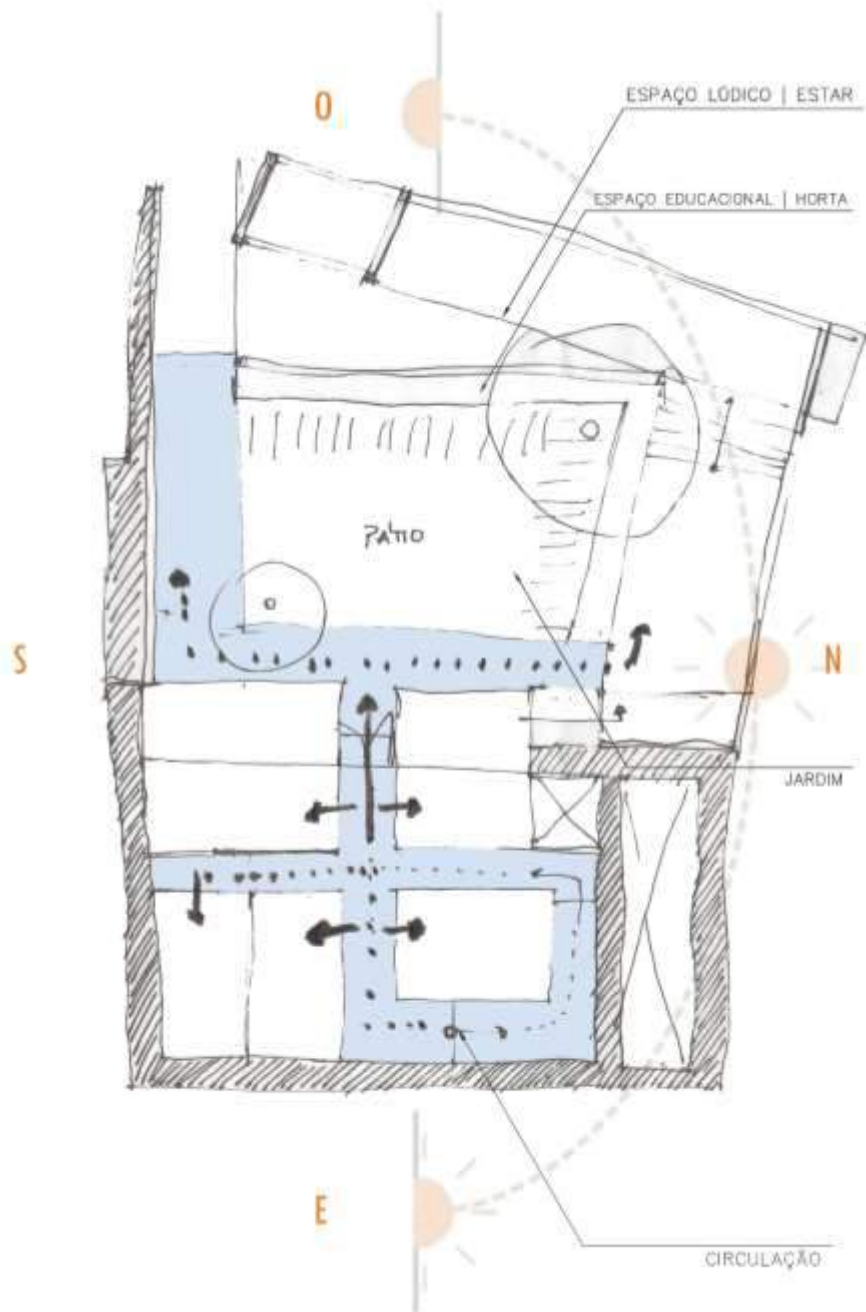


Fig.89 Esquema do funcionamento da circulação e exposição solar, no piso 1.

O pátio, sem barreiras a Sul e Oeste, proporciona um nível elevado solar, logo um limite de calor. Para este efeito, é necessário criar barreiras solares de forma a combater o sobreaquecimento, da cobertura exterior, no verão. Para além da escolha da materialidade é importante equilibrar a entrada desse calor, do lado sul, através de vegetação de folha caduca ou sombreamentos. No local, existe uma árvore pré-existente que contribuirá de alguma forma com a função mencionada, mas falta uma proteção no ponto oposto do pátio, o que acaba por sofrer mais com o sobreaquecimento, logo, ali será implantada uma árvore que protege parte da estrutura de madeira e do material escolhido para a cobertura. Esse material, Policarbonato que apresenta características termoplásticas, é um material forte e resistente, ele é capaz de suportar temperaturas extremas como o frio e o quente. A claridade do material também se tornou importante para não criar medos ou inseguranças no espaço exterior.

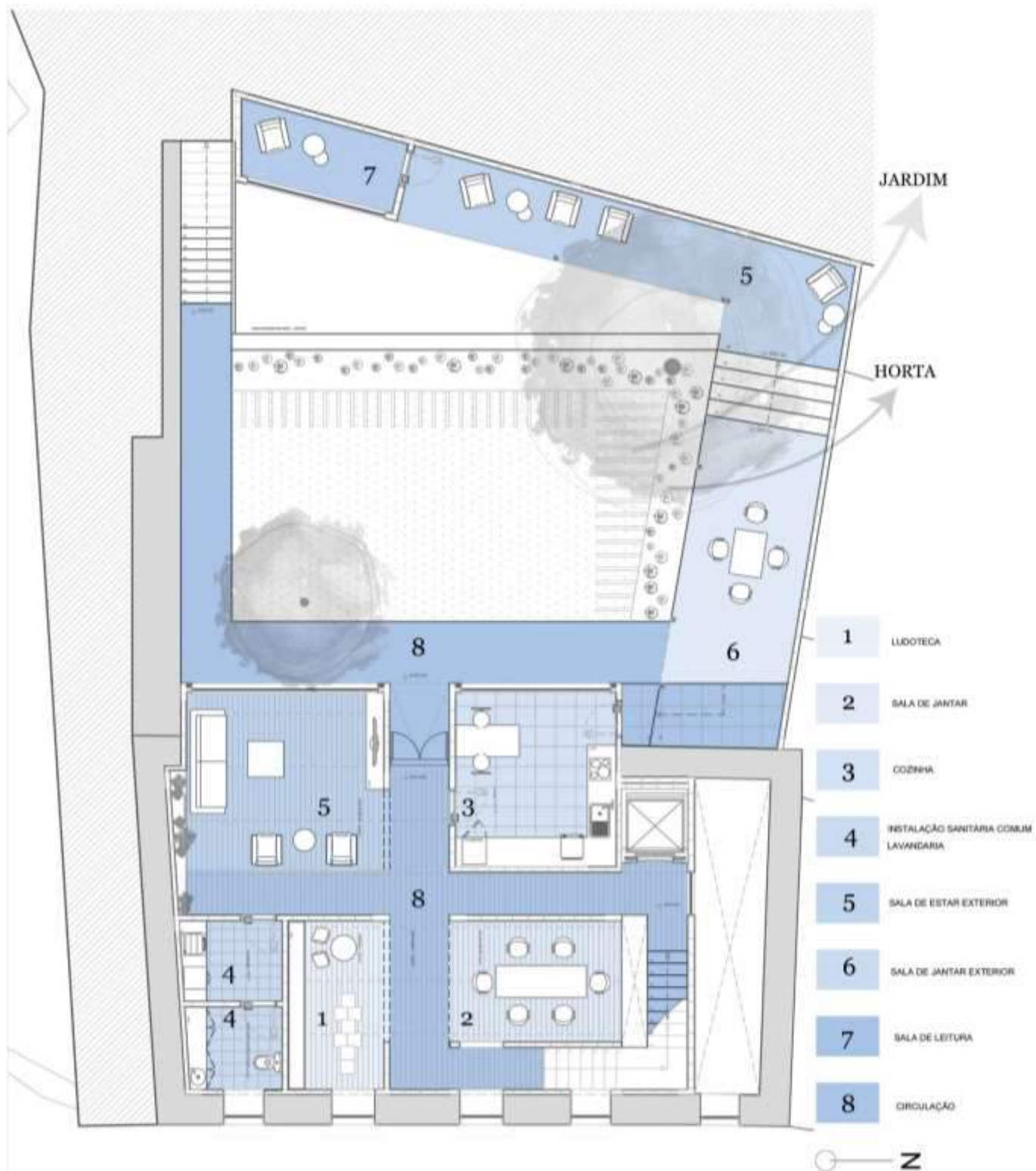


Fig.90 Planta do piso 1, com as respectivas distribuições funcionais, s/escala.

A planta, mostra a conexão entre o interior e o exterior, unificando-o de forma a impedir que se formem espaços onde comanda o sentimento de insegurança. No quadro que se apresenta em seguida, estão dispostos os espaços e ainda serão apresentados desenhos explicativos sobre a localização de cada função.

Piso	Volume	Divisão	m <sup>2</sup>
1	1	Ludoteca	10,08
1	1	Sala de Jantar	08,29
1	1	Sala de Estar	24,59
1	1	Cozinha	17,44
1	1	I.S. Comum	04,76
1	1	Lavandaria	05,02
1	1	Sala Estar Exterior	23,88
1	1	Sala Jantar Exterior	20,31
1	1	Sala de Leitura	07,48
1	1	Circulação	58,84
Total :			180,69 m <sup>2</sup>

Fig.91 Áreas das divisões da zona de coletiva.

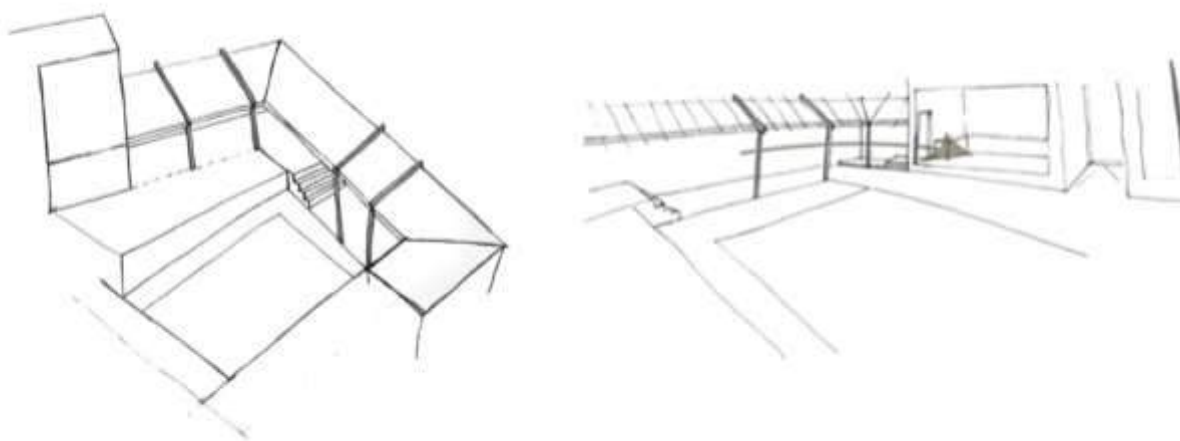


Fig.92 Desenho área exterior e entrada para a cozinha.



Fig.93 Perspetiva Exterior | pátio.

Após o desenvolvimento do piso contíguo ao pátio, com a função mais social, encontramos o piso destinado ao recolhimento para o repouso noturno. Encontram-se apenas quartos e instalações sanitárias comuns e privadas. Nesta posição, é permitido o atravessamento do troço de muralha atingindo o segundo volume, onde está a parte destinada ao futuro, desenvolvida de uma forma mais individual. A essa parte chamamos de atravessamento do passado atingindo futuro, e chegando ao futuro encontramos o volume mais afastado da fachada principal e aí será possível desenvolver uma etapa mais individual e mais perto da saída.

Piso	Volume	Divisão	m <sup>2</sup>
2	1	Quarto 1	10,76
2	1	Quarto 2	15,18
2	1	Quarto 3	12,44
2	1	Quarto 4	10,33
2	1	Quarto 5	15,18
2	1	I.S. Comum	4,75
2	1	I.S. Privada 1	4,56
2	1	I.S. Privada 2	10,38
1	2	Quarto 1	17,03
1	2	cozinha + sala	08,49 + 21,15
1	2	I.S. Comum	4,95
Total =			134,8 m <sup>2</sup>

Fig.94 Áreas das divisões da zona privada, volume 1 e social volume 2.

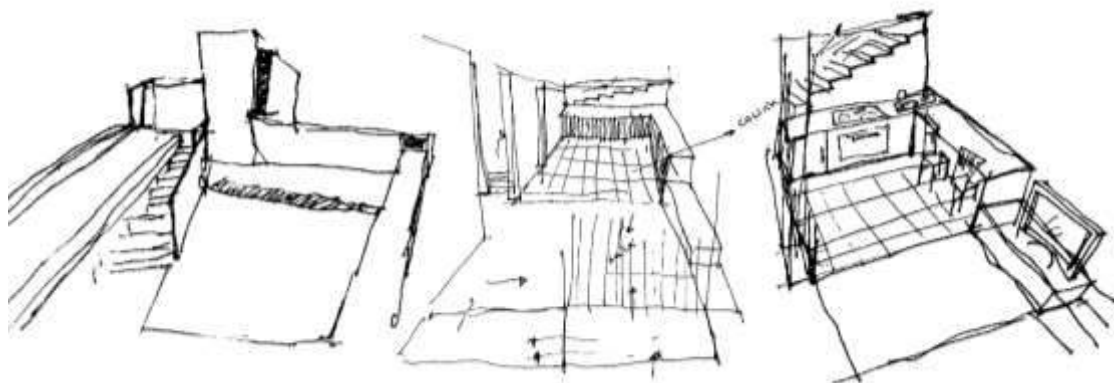


Fig.95 Desenhos do volume 2.

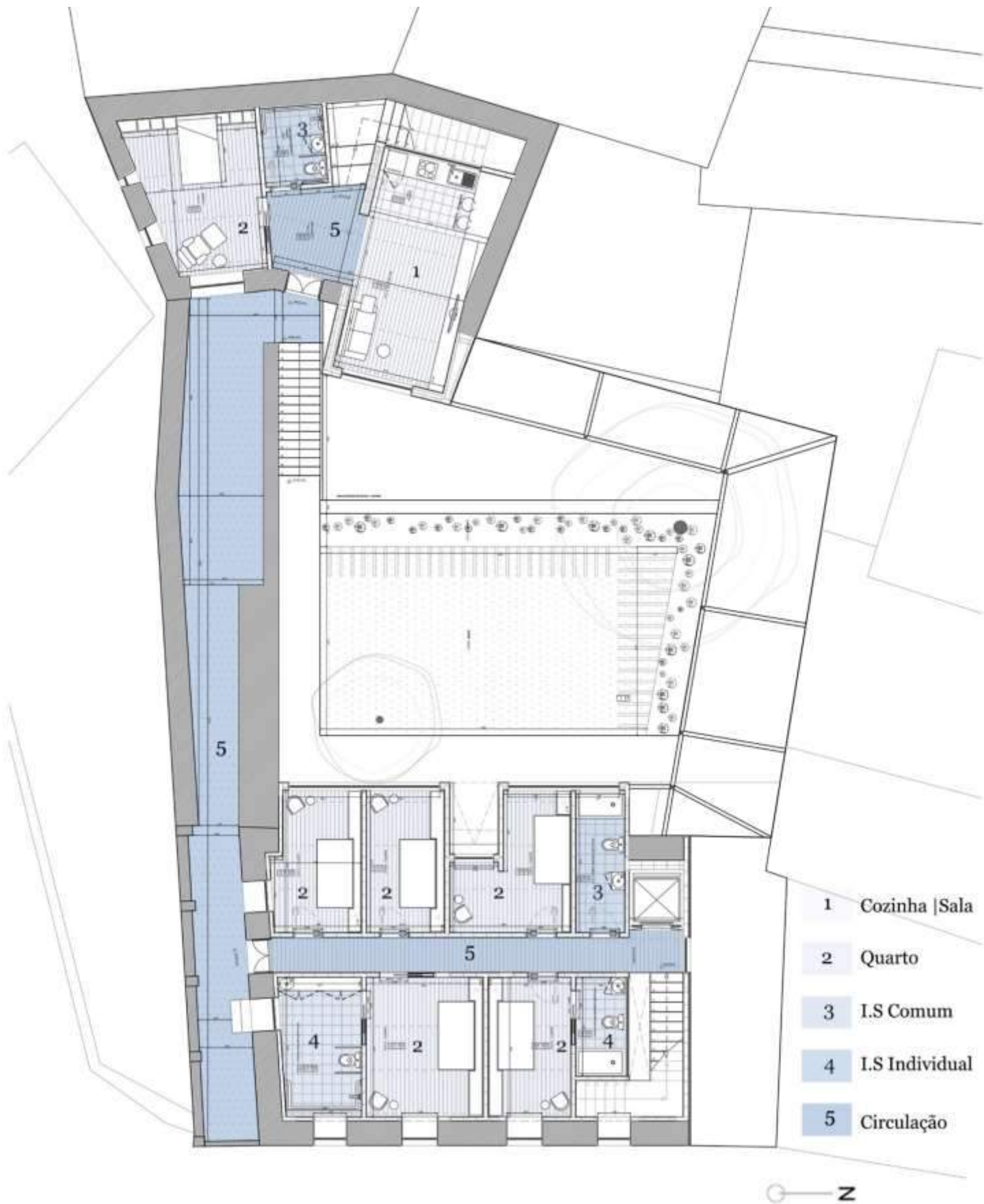


Fig.96 Planta do piso 2, com as respetivas distribuições funcionais, s/escala.

O piso com a cota mais alta, relativamente à entrada, é correspondente ao volume 2 a zona pertencente à última fase de acompanhamento. Agrega um quarto privado cm uma instalação sanitária individual.

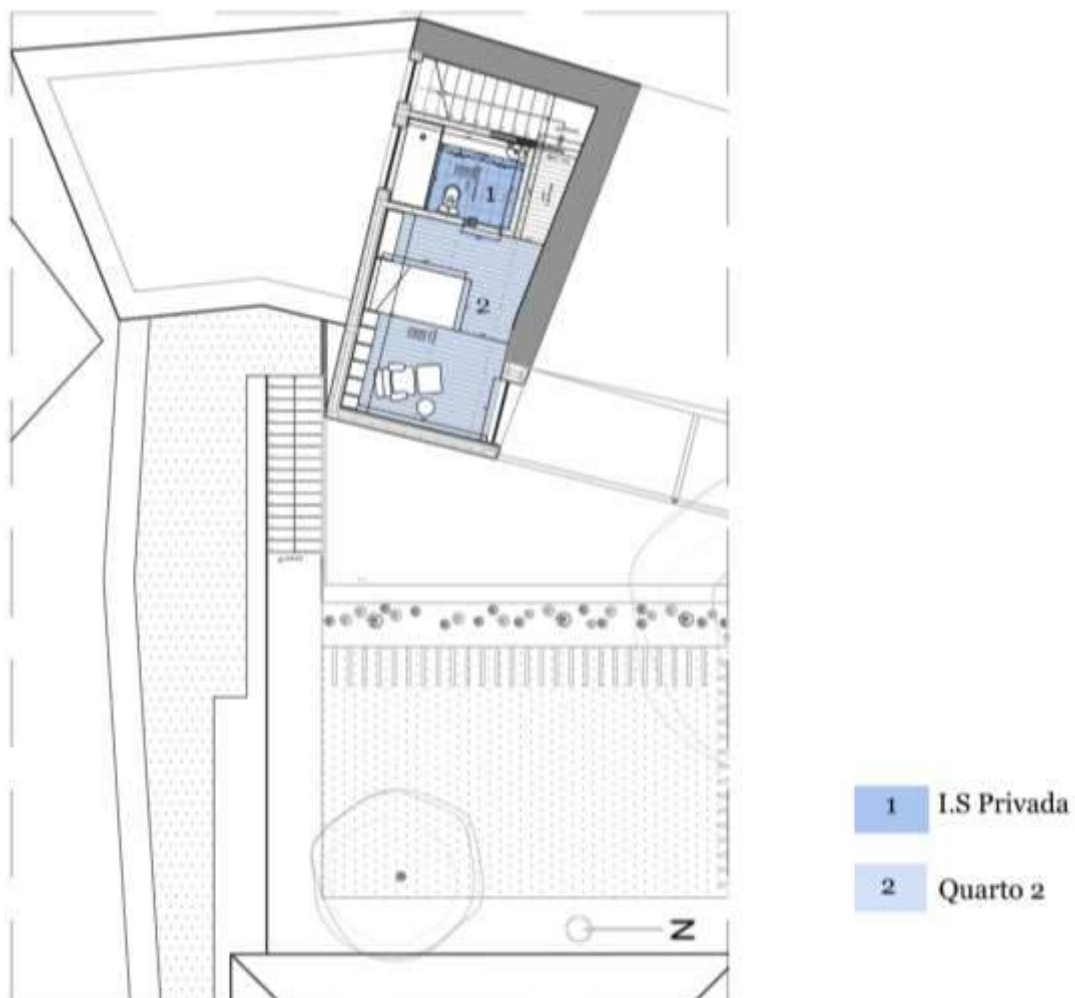


Fig.97 Planta do piso 3, com as respetivas distribuições funcionais, s/escala.

Piso	Volumé	Divisão	m <sup>2</sup>
3	2	Quarto 2	18,52
3	2	I.S Privada	5,63
Total =			24,15 m <sup>2</sup>

Fig.98 Áreas das divisões da zona privada, volume 2.

## Notas Finais

A temática aqui retratada, o acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica, imediatamente mostrou a sua fragilidade na estigmatização social a que está sujeita e na falta de informação existente e, por estes motivos, necessitou de alguma coragem na sua compreensão. São perceptíveis dois polos opostos relacionados com a questão, mostrando a sua delicadeza, de um lado a violência e do outro a proteção. Ao longo da investigação pareceu lógico o acolhimento das mulheres, mas também pensar na estratégia de as poderem acompanhar os seus filhos e filhas, e a relação destes com os funcionários e o funcionamento da casa abrigo. Durante a pesquisa tornaram-se claras várias etapas evolutivas de acolhimento que posteriormente foram adaptadas ao anteprojecto arquitetónico da casa abrigo, com uma ambientação urbana, privada, familiar.

Bibliograficamente é quase inexistente a informação, o que é compreensível devido às características destes espaços, altamente sigilosos e de alto risco para quem os habita. Unindo vários pontos essenciais, como o sigilo, a integração, o desenvolvimento de valências individuais e a reestruturação pessoal, profissional e mental, parece essencial a escolha correta da implantação do edifício de forma a contribuir favoravelmente para a reestruturação a curto prazo. Com a escassa informação e a interpretação do processo de acolhimento, surgiu o estudo da cidade da Covilhã, eleita no Interior do país, para contrariar a natural implantação das casas de acolhimento de vítimas de violência doméstica, que de uma forma geral se encontram mais no litoral de Portugal. No decorrer da análise da cidade encontram-se particularidades espaciais, regionais e de desenvolvimento local bastante favoráveis em relação ao desejável, no local escolhido a implantar.

Após aliar vários pensamentos surge a dúvida quanto ao real e verdadeiro funcionamento da casa de acolhimento, as suas vítimas apresentam feridas não expostas, em muitos dos casos, mas que são de grande dificuldade na recuperação. Posto isto, focou-se a informação na criação de áreas de comunidade e de integração entre mulheres acolhidas, funcionários e crianças promovendo espaços mais acolhedores, de ambientes comunicativos visualmente, proporcionando maior segurança e confiança na circulação entre zonas.

Como resultado, mostra-se um forte processo de análise onde são apresentadas três fases de acompanhamento institucional, a fase de entrada, o acompanhamento e a reta final, a saída. Nestes três pontos surge o pilar para o desenvolvimento concetual, que paralelamente se atribui a mesma ordem temporal de passado, presente e futuro. De uma forma não objetiva, o passado representa o processo até à chegada à casa abrigo terminando este aquando da sua integração na casa, aí já está representada a fase de presente. O presente ou a fase de acompanhamento, concetualmente foca-se no primeiro volume (volume 1) que acolhe e acompanha em todos os aspetos, permite o acompanhamento jurídico, médico, psicológico e institucional e ainda proporcionar o desenvolvimento interpessoal com as restantes mulheres. Esta etapa permite que seja fácil o avistamento do volume 2, designado de saída ou futuro, de forma figurativa mostrar a proximidade com o futuro, de independência. O edifício está virado para o seu interior, mas com uma relação forte com o pátio interno que permite a interação direta com o sol, a chuva e o vento.

Isto acrescenta ao edifício um cunho intimista, de leveza e de grande grau de comunidade entre as ocupantes que se acolham nas várias fases.

A respetiva escolha da implantação evidenciou estes parâmetros, a escolha de um local totalmente novo não traria a mensagem que o edifício em ruínas conduziria. O espaço que em alguma altura foi ruínas mostra a sua capacidade de mutação, apresenta um passado de destruição, que no presente proporciona o acolhimento a mulheres fragilizadas e que posteriormente poderá ser algo mais caso a função para o qual foi pensado se dissemine. Todas estas estratégias mostram a potencialidade que as mulheres necessitam interiorizar.

Parece pertinente a busca e o interesse nesta temática como forma de elevação deste problema de cariz social e de extermínio da necessidade da existência de espaços com a finalidade do que se propõe nesta dissertação. Isto significaria o fim de uma realidade que fere física e emocionalmente muitas mulheres, deixando os filhos e filhas obrigados a viverem uma realidade igualmente dura e marcante no desenvolvimento enquanto futuros adultos e/ou seguindo o modelo e tornando-se repetidores ou vítimas deste tipo de atitudes.

## Bibliografia

- Almeida, C. D. (2008). *Violência Doméstica. Que Políticas? O impacto das políticas sociais no combate à violência no Concelho de Montemor-o-Velho.*
- APAV. (21 de Outubro de 2010). *Manual ALCIPE.* Obtido de Manual ALCIPE: [https://www.apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/ManualAlcipe.pdf](https://www.apav.pt/apav_v2/images/pdf/ManualAlcipe.pdf)
- APAV. (14 de junho de 2012). *apav.pt.* Obtido de apav.pt: [https://apav.pt/apav\\_v3/index.php/pt/12-vitima](https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/12-vitima)
- APAV. (2014). *APAV.* Obtido de APAV: <https://apav.pt/idosos/index.php/violencia-crime/violencia-domestica>
- ArchWeb. (s.d.). *Villa Mairea de Alvar Aalto.* Obtido de ArchWeb: [https://www.archweb.it/dwg/arch\\_arredi\\_famosi/Alvar\\_aalto/mairea/Mairea\\_house\\_Aalto\\_drawings.htm](https://www.archweb.it/dwg/arch_arredi_famosi/Alvar_aalto/mairea/Mairea_house_Aalto_drawings.htm)
- Arquine. (17 de novembro de 2018). *Arquine .* Obtido de arquine: <https://www.arquine.com/refugio-mujeres-violencia/>
- Arruda, T. P. (Julho de 2018). Transcender. *Centro de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência em Lages - SC*, pp. 5-30.
- Azambuja, M. R., & Nogueira, C. (julho/setembro de 2008). Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. *Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública.*
- Baldwin, E. (11 de junho de 2020). *ArchDaily.* Obtido de ArchDaily: <https://www.archdaily.com.br/br/941132/arquitetura-de-impacto-social-construindo-lugares-de-memoria-e-empatia>
- Baptista, I., Silva, J. M., & Silva, A. (2015). Portefólio de recursos de apoio à intervenção com mulheres vítimas de violência doméstica em situação de acolhimento temporário. *Portefólio de recursos de apoio à intervenção com mulheres vítimas de violência doméstica em situação de acolhimento temporário*, p. 8.
- Battagliola, F. (1988). *La fin du mariage?* Paris: Syros- Alternatives.
- BDJUR. (04 de 09 de 2007). *Base de dados Jurídica.* Obtido de Base de dados Jurídica: [http://bdjur.almedina.net/item.php?field=item\\_id&value=1171360](http://bdjur.almedina.net/item.php?field=item_id&value=1171360)
- BDJUR. (04 de setembro de 2017). *Base de Dados Jurídica.* Obtido de Base de Dados Jurídica: [http://bdjur.almedina.net/item.php?field=item\\_id&value=1171665](http://bdjur.almedina.net/item.php?field=item_id&value=1171665)
- Blaser, W. (1997). Patios: 5000 años de evolución desde la antigüedad hasta nuestros días . Em W. Blaser, *Patios: 5000 años de evolución desde la antigüedad hasta nuestros días* (pp. 7, 8). Barcelona: Gustavo Gili.

- Bramley, E. V. (11 de junho de 2018). 'I could have ended up dead': why women's refugees face a fatal new threat'.
- Brito, J. (2012). A cidade Industrial - Reabilitação e Renovação de Identidade, Caso de Estudo: Tinturaria Petrucci. *A cidade Industrial - Reabilitação e Renovação de Identidade, Caso de Estudo: Tinturaria Petrucci*, pp. 1-80.
- CAF, BIM & ONU . (2020). U20, Urban 20. *As Desigualdades de género nas Cidades*.
- Câmara Municipal da Covilhã. (2014 de Outubro de 2014). Proposta delimitação de área de reabilitação urbana. *ARU- CENTRO URBANO DA COVILHÃ*, pp. 1-23.
- Capitel, A. (2005). La arquitectura del patio. *La arquitectura del patio*, pp. 9 - 10-11.
- Cidadania, Observatório da. (2004). Uma vida sem violência: o desafio das mulheres. *Uma vida sem violência: o desafio das mulheres*, p. 54.
- CIG. (16 de fevereiro de 2016). *Comissão Para a Cidadania Ee a Igualdade de Género*. Obtido de Comissão Para a Cidadania Ee a Igualdade de Género: [https://www.cig.gov.pt/evento/25-de-novembro-dia-internacional-para-a-eliminacao-da-violencia-contra-as-mulheres/?instance\\_id=222](https://www.cig.gov.pt/evento/25-de-novembro-dia-internacional-para-a-eliminacao-da-violencia-contra-as-mulheres/?instance_id=222)
- CIG. (02 de outubro de 2018). *Comissão para a cidadania e igualdade de Género*. Obtido de Comissão para a cidadania e igualdade de Género.
- CIG. (2019). *CIG - Comissão para a cidadania e a igualdade de género*. Obtido de CIG - Comissão para a cidadania e a igualdade de género: <https://www.cig.gov.pt/portal-violencia-domestica/indicadores/?fbclid=IwAR1NZs1da2y90ltt-Ik-GOLfH3oQkkiD4rrfbPmeCL-RBFJVNh1l6XukS7l>
- CIG. (2020). *Comissão para a cidadania e a igualdade de Género*. Obtido de Comissão para a cidadania e a igualdade de Género: <https://www.cig.gov.pt/portal-violencia-domestica/covid-19-seguranca-isolamento/>
- CIG, C. p., & IP, I. (2019). Protocolo de colaboração.
- Commission, European. (2010). *Feasibility study to assess the possibilities, opportunities and needs to standardise national legislation on violence against women, violence against children and sexual orientation violence*. Belgium: Publications Office of the European Union.
- Cortes, G. R., Alves, E. C., & da Silva, L. K. (26 a 27 de outubro de 2015). MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E VIOLÊNCIA CONTRA. *MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E VIOLÊNCIA CONTRA*, pp. 2, 3, 4.
- Costa, J. C. (Junho de 2013). Reavitalização de Centros Urbanos da Urbe Devoluta à Covilhã Reabilitada. *Reavitalização de Centros Urbanos da Urbe Devoluta à Covilhã Reabilitada*, pp. 1-126.
- Cullen, G. (março de 1983). *Paisagem Urbana* . Rio de Janeiro: Livraria Martins Fontes.

- Day, Q. (2020). FIFA, European Commission and WHO launch #safeHome Campaign to Support Domestic violence victims. *FIFA, European Commission and WHO launch #safeHome Campaign to Support Domestic violence victims*.
- DGRSP, Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais . (16 de setembro de 2020). Um Instrumento para controlo dos agressores de violência doméstica. Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Diário da República. (31 de Agosto de 2020). Diário da República. *Lei nº 7/2000*, p. 2458.
- Dias , A. R., & Machado , C. (2011). Amor e violência na intimidade : da essência à construção Social. *Amor e violência na intimidade : da essência à construção Social*.
- Duarte, M. (julho/dezembro de 2011). Violência doméstica e sua criminalização em Portugal: obstáculos à aplicação da lei. *Violência doméstica e sua criminalização em Portugal: obstáculos à aplicação da lei*.
- Fabrizi, M. B. (16 de novembro de 2016). Communal living around a void: the shabonos, Dwellings of yanomami tribes.
- Ferrari, A. S., & Nader, M. B. (2007-2010). Terrorismo de género e feminicídio: Contribuições teóricas para o estudo do assassinato de mulheres em vitória-es. *Terrorismo de género e feminicídio: Contribuições teóricas para o estudo do assassinato de mulheres em vitória-es*.
- Fertuzinhos, S. (Desembro de 2016). Fundamentos Constitucionais da igualdade de género. *Fundamentos Constitucionais da igualdade de género*.
- Fonseca, D. H., Ribeiro, C. G., & Leal, N. S. (2012). Violência Doméstica contra a Mulher :Realidades e Representações Sociais. *Violência Doméstica contra a Mulher :Realidades e Representações Sociais*, pp. 310, 311.
- González, M. F. (2016). Centro de Acolhimento Temporário para Refugiados e Viajantes / Atelier RITA.
- González, M. F. (19 de Setembro de 2020). *ArchDaily*. Obtido de ArchDaily: [https://www.archdaily.com.br/br/947667/centro-de-acolhimento-temporario-para-refugiados-e-viajantes-atelier-rita?ad\\_source=search&ad\\_medium=search\\_result\\_all](https://www.archdaily.com.br/br/947667/centro-de-acolhimento-temporario-para-refugiados-e-viajantes-atelier-rita?ad_source=search&ad_medium=search_result_all)
- Grand Strategy. (25 de março de 2012). *Grand Strategy : the view from oregon* . Obtido de Grand Strategy : the view from oregon : <https://geopoliticaticus.wordpress.com/tag/heinrich-hubsch/>
- grega, Mitologia. (12 de abril de 2012). *Mitologia grega*. Obtido de Mitologia grega: <http://mitologiagrega2012.blogspot.com/2012/04/as-casas-gregas.html>
- Griffiths, A. (05 de Maio de 2018). *Dezeen*. Obtido de Dezeen: <https://www.dezeen.com/2018/05/05/amos-goldreich-architecture-completes-purpose-built-refuge-for-domestic-abuse-sufferers/>

- Guerreiro, M. d., Patrício, J. A., Coelho, A. R., & Saleiro, S. P. (Março de 2015). Processo de inclusão de Mulheres Vítimas de violência doméstica. *Processo de inclusão de Mulheres Vítimas de violência doméstica*, p. 4.
- Heisecke, K. (29 de outubro de 2019). Istanbul Convention. Londres , UK.
- Hennig, B. (2014). *Views Of The World*. Obtido de Views Of The World: <http://www.viewsoftheworld.net/?p=4269>
- Ilonen, J. (2015). KWIECO Shelter House. TANZANIA.
- Interna, M. d. (2020). *Queixa Eletrónica*. Obtido de Queixa Eletrónica: [https://queixaselectronicas.mai.gov.pt/SQE2013/default.aspx#tag=MAIN\\_CONTENT](https://queixaselectronicas.mai.gov.pt/SQE2013/default.aspx#tag=MAIN_CONTENT)
- Interna, Ministério da Administração. (2020). Queixa Eletrónica. Lisboa, Lisboa, Portugal.
- IP , I., & CIG, C. (Maio de 2019). Protocolo de colaboração. *Protocolo de colaboração*.
- Jacobs, E. (27 de Janeiro de 2010). *Three Women, Homeless*. Obtido de Three Women, Homeless: <https://members.tortoisemedia.com/2020/01/27/three-women-homeless-whos-who/content.html>
- Junior, A. F. (2015). Casa- Abrigo em Curitiba para Mulheres Vítimas de violência Doméstica. *Casa- Abrigo em Curitiba para Mulheres Vítimas de violência Doméstica*.
- Kashani , J. H., & Allan, W. D. (1998). *The Impact of Famaly Violence an Children and adolescents*. London: SAGE Publications.
- Ki-moon, B. (s.d.). *VIOLENCIA CONTRA LA MUJER, UNA CAUSA COMÚN*. Obtido de Nações Unidas Bolivia .
- Ki-Moon, S. g. (2008). Estimaciones mundiales y regionales de la violencia contra la mujer. *Estimaciones mundiales y regionales de la violencia contra la mujer*.
- Kroll, A. (10 de outubro de 2010). *ArchDaily*. Obtido de ArchDaily: [https://www.archdaily.com/84524/ad-classics-villa-savoye-le-corbusier?ad\\_source=search&ad\\_medium=search\\_result\\_all](https://www.archdaily.com/84524/ad-classics-villa-savoye-le-corbusier?ad_source=search&ad_medium=search_result_all)
- Magalhaes, M. j., Morais, C., & Castro, Y. R. (2011). Organização e funcionamento duma casa de abrigo de solidariedade social. *Organização e funcionamento duma casa de abrigo de solidariedade social*, pp. 598 -607.
- Mairs, J. (13 de Agosto de 2015). *Dezeen*. Obtido de Dezeen: <https://www.dezeen.com/2015/08/13/israel-first-purpose-built-shelter-victims-domestic-abuse-amos-goldreich-jacobs-yaniv/>
- Marques, A. P. (2009). A violência Doméstica: A intervenção dos técnicos de acompanhamento na construção de projetos de vida alternativos. Um caso de estudo . *A violência Doméstica: A intervenção dos técnicos de acompanhamento na construção de projetos de vida alternativos. Um caso de estudo*.

- Meireles, M. d. (2012). A inegração em casa abrigo como forma de reorganização do projeto de vida. *A inegração em casa abrigo como forma de reorganização do projeto de vida*.
- Miller, S. m. (1999). *Feridas Invisíveis: abuso não-físico contra mulheres*. São Paulo: Summus.
- Moon, B. K. (2008). Estimaciones mundiales y regionales de la violencia contra la mujer. *Estimaciones mundiales y regionales de la violencia contra la mujer*.
- Moreira, S. (14 de Agosto de 2020). *ArchDaily*. Obtido de ArchDaily: <https://www.archdaily.com/433846/women-s-opportunity-center-sharon-davis-design>
- Morgado, F. V. (novembro de 2013). Pátio e casa- pátio: a dimensão do espaço exterior da cas . *Pátio e casa- pátio: a dimensão do espaço exterior da cas* , p. 47.
- Muehlenhard, C., & Leigh, A. K. (1999). *The social construction of violence: the case of sexual and domestic violence*.
- Mulheres, ONU. (Janeiro de 2011). O progresso das Mulheres No Brasil 2003-2010. *O progresso das Mulheres No Brasil 2003-2010*, p. 384.
- Mulier. (3 de junho de 2015). *Mulier*. Obtido de Mulier: <https://jornalmulier.com.br/inaugurada-casa-da-mulher-brasileira-em-brasilia/>
- Município, Covilhã. (2019). *Covilhã Município*. Obtido de Covilhã Município: <http://www.cm-covilha.pt/?cix=875&tab=794&curr=856&lang=1>
- new, O. (06 de abril de 2020). *chefe da ONU destaca "crescimento horrível de violência doméstica e pede cessar-fogo global*. Obtido de news.un.org: <https://news.un.org/pt/story/2020/04/1709542>
- OMA. (aGOSTO de 2020). Femicídios em Portugal durante a pandemia COVID-19. *Femicídios em Portugal durante a pandemia COVID-19*.
- OMS. (29 de novembro de 2017). *Organização Mundial da Saúde*. Obtido de Organização Mundial da Saúde: <https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>
- OMS. (23 de novembro de 2018). *Organização Mundial de saúde*. Obtido de Organização Mundial de saúde: <https://www.who.int/es/news-room/feature-stories/detail/violence-against-women>
- OMS. (26 de Maio de 2020). *Organização Mundial da Saúde*. Obtido de Organização Mundial da Saúde: <https://www.who.int/es/news-room/detail/26-05-2020-fifa-european-commission-and-world-health-organization-launch-safehome-campaign-to-support-those-at-risk-from-domestic-violence>
- ONU. (25 de novembro de 2018). *news.un.org*. Obtido de ONU News: <https://news.un.org/pt/story/2018/11/1648831>
- OPAS. (7 de Abril de 2020). *Covid-19 e a violencia contra a mulher*. Obtido de Covid-19 e a violencia contra a mulher:

[https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52126/OPASWBACOV1920057\\_or.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52126/OPASWBACOV1920057_or.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

OPS. (7 de Abril de 2020). *Covid-19 y violencia contra la mujer*. Obtido de Organización Panamericana de la Salud: [https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52034/OPSNMHMHCovid19200008\\_spa.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52034/OPSNMHMHCovid19200008_spa.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

Património Cultural. (1980). *Património Cultural*. Obtido de Direção- Geral do Património cultural : <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74248>

PGDL, Procuradoria Geral Distrital de Lisboa. (31 de Março de 2020). Regime Jurídico Aplicável à violência Doméstica e à Proteção e Assistência das suas vítimas. Lisboa, Lisboa, Portugal/ Lisboa.

Pinna, M. (05 de junho de 2020). *euronews*. Obtido de euronews: <https://pt.euronews.com/2020/06/05/violencia-domestica-uma-pandemia-ainda-sem-cura>

Pinto, A., Meireles, F., & Cambotas, M. C. (2006). *História da arte, Ocidental e portuguesa, das origens ao final do século XX*. Porto, Portugal: Porto Editora.

Portal, C. o. (2019). *istambul convention*. Obtido de istambul convention: <https://www.coe.int/en/web/istanbul-convention/text-of-the-convention>

priberam, dicionário. (2020). *dicionario.priberam*. Obtido de dicionario.priberam: <https://dicionario.priberam.org/p%C3%A1tio>

Prinz, C. (1995). *Cohabiting, Married, or single: Portraying, Analyzing, and Modeling New Living Arrangements in the Changing societies of Europe*. England.

Rabinovitch, D. (26 de Novembro de 2001). *The guardian*. Obtido de The guardian: <https://www.theguardian.com/world/2001/nov/26/gender.uk1>

Reis, L. C., Carvalho, C., & Instituto de Gestão Finaceira, E. d. (Abril de 2016). *Centro de estudos Judiciários*. Obtido de Centro de estudos Judiciários: [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/Violencia-Domestica-CEJ\\_p02\\_rev2c-EBOOK\\_ver\\_final.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/Violencia-Domestica-CEJ_p02_rev2c-EBOOK_ver_final.pdf)

República, Boletim da Assembleia da. (2014). *Comunicar*. Obtido de Comunicar: <http://app.parlamento.pt/comunicar/Artigo.aspx?ID=1384>

RR. (2020 de maio de 07). *rr.sapo.pt*. Obtido de <https://rr.sapo.pt/2020/05/07/mundo/violencia-domestica-aumentou-60-durante-confinamento-na-europa/noticia/192020/>

- Santibañez, D. (2017). *ArchDaily*. Obtido de ArchDaily: [https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/907075/refugio-para-mujeres-victimas-de-la-violencia-origen-19041-53-n?ad\\_source=search&ad\\_medium=search\\_result\\_projects](https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/907075/refugio-para-mujeres-victimas-de-la-violencia-origen-19041-53-n?ad_source=search&ad_medium=search_result_projects)
- Santos, F. (2011). Perfis de coabitação em Portugal. *Perfis de coabitação em Portugal*, pp. 133-142.
- Santos, F. M. (11 de Outubro de 2010). Sem cerimónia nem papeis: um estudo sobre uniões de facto em Portugal. *a coabitação na sociedade portuguesa*.
- Silva, C. d. (2010). A desigualdade imposta pelos papéis do homem e da mulher. *uma possibilidade de construção da igualdade de género*.
- Silva, M. M. (2017). 13º mundos de Mulheres & Fazendo Género 11. *Mulheres e direito à cidade: Dilemas para igualdade de género no âmbito das Políticas Públicas de Habitação*.
- Silva, M. R. (Outubro de 2014). Projeto de Requalificação Industrial do Edifício Real Fábrica Velha, Covilhã. *Projeto de Requalificação Industrial do Edifício Real Fábrica Velha, Covilhã*, pp. 1-105.
- Souza, Amanda Perucci; Eleutério, Barbara de Oliveira. (2015). A violência Doméstica contra a mulher. *A violência Doméstica contra a mulher*, p. 2 e 3.
- Souza, E. (30 de novembro de 2013). *Clássicos da Arquitetura: Convento de La Tourette /Le Corbusier*. Obtido de ArchDaily: <https://www.archdaily.com.br/br/01-156994/classicos-da-arquitetura-convento-de-la-tourette-slash-le-corbusier>
- Szenasy, S. (29 de junho de 2015). *Archdaily*. Obtido de Archdaily: <https://www.archdaily.com.br/br/769261/a-arquitetura-precisa-de-consciencia-social>
- Tavares, F. L. (2014). A casa pátio como um modelo de habitação contemporânea. *A casa pátio como um modelo de habitação contemporânea*, pp. 13, 14.
- Torga, M. (1967). *Portugal*. Coimbra.
- Tutikian, B., & Pacheco, M. (março de 2013). Boletim Técnico. *Inspeção, diagnóstico e prognóstico na construção civil*, p. 05.
- UKUMBI. (2015). *UKUMBI.org*. Obtido de UKUMBI.org: <http://ukumbi.org/projects/kwieco.html>
- UMAR. (25 de Fevereiro de 2015). OMA - Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR. *OMA - Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR*.
- Urbannext. (2020). *Urbannext.net*. Obtido de Urbannext.net: <https://urbannext.net/kwieco-shelter-house/>
- Vaz, D. (Novembro de 2013). Reestruturação territorial e mobilidade em contexto de baixa densidade: a região da Beira Interior em Portugal. *Reestruturação territorial e*

*mobilidade em contexto de baixa densidade: a região da Beira Interior em Portugal*, pp. 25-42.

Waiselfisz, j. (2002). Mapa da Violência III os Jovens do Brasil. *Mapa da Violência III os Jovens do Brasil*.

Zeitlin, J., & Mpoumou, D. (2004). No human security without gender equality. *No human security without gender equality*.

## Apêndice

(Listagem de desenhos que seguem no mesmo PDF)

Desenho 1\_ Pannel 1 – Da cidade à implantação

Desenho 2\_ Levantamento arquitetônico, Plantas. Escala 1:100

Desenho 3\_ Levantamento arquitetônico, Cortes |Alçados. Escala 1:100

Desenho 4\_ Levantamento arquitetônico, Cortes |Alçados. Escala 1:100

Desenho 5\_ Pannel 5 – Resumo Concetual

Desenho 5\_ Planta Piso O/ Térreo. Escala 1:50

Desenho 6\_ Planta Piso 1. Escala 1:50

Desenho 7\_ Planta Piso 2. Escala 1:50

Desenho 8\_ Planta Piso 3. Escala 1:50

Desenho 9\_ Planta de Cobertura. Escala 1:100

Desenho 10\_ corte | Alçado 01. Escala 1:100

Desenho 11\_ corte | Alçado 03. Escala 1:100

Desenho 12\_ corte | Alçado 04. Escala 1:100

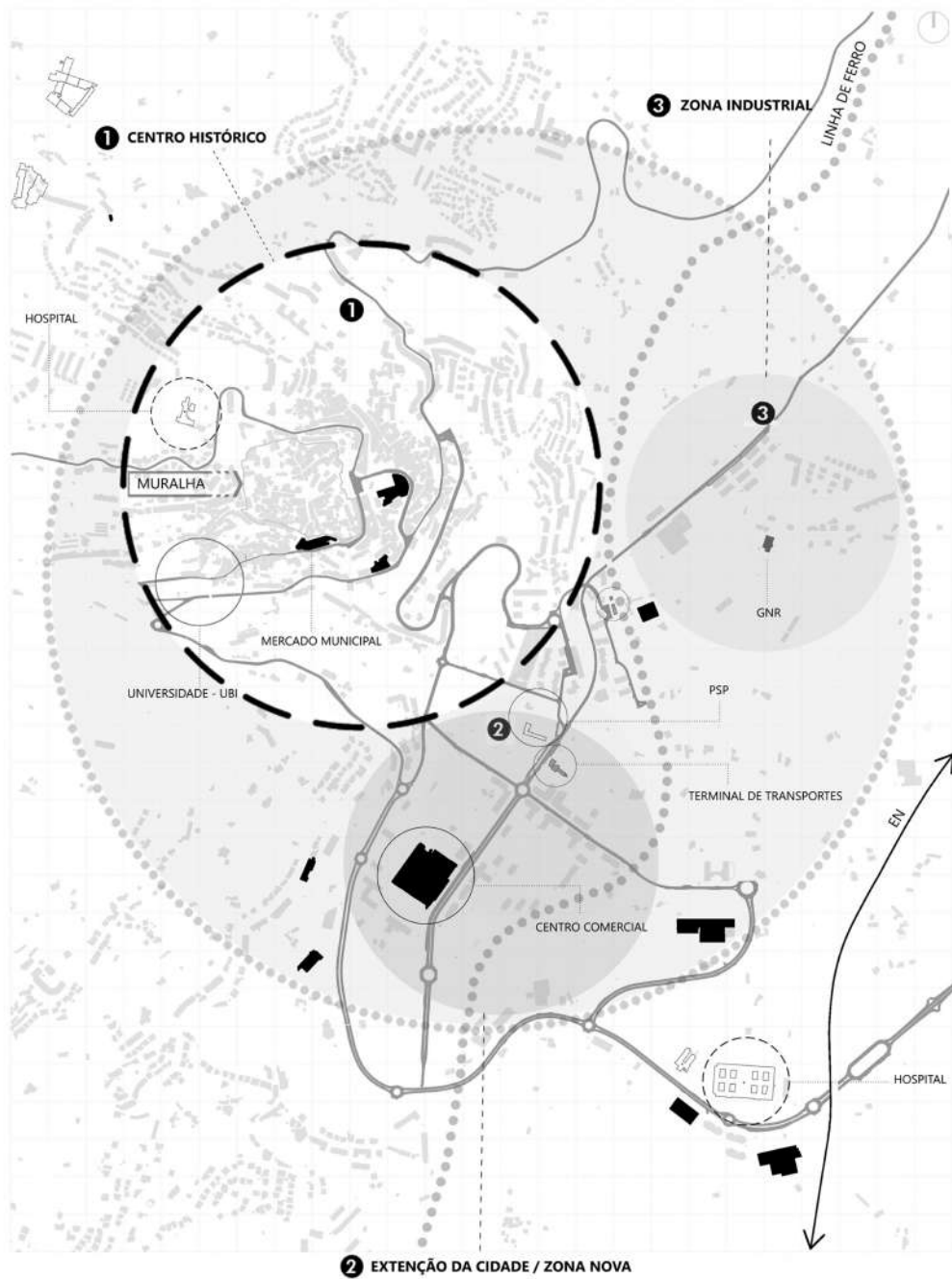
Desenho 10\_ corte | Alçado 05. Escala 1:100

Desenho 12\_ corte | Alçado 06. Escala 1:100

Desenho 13\_ corte | Alçado 07. Escala 1:100

Desenho 14\_ corte | Alçado 07'. Escala 1:100

# Casa de Acolhimento, Resposta arquitetónica ao abrigo das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica



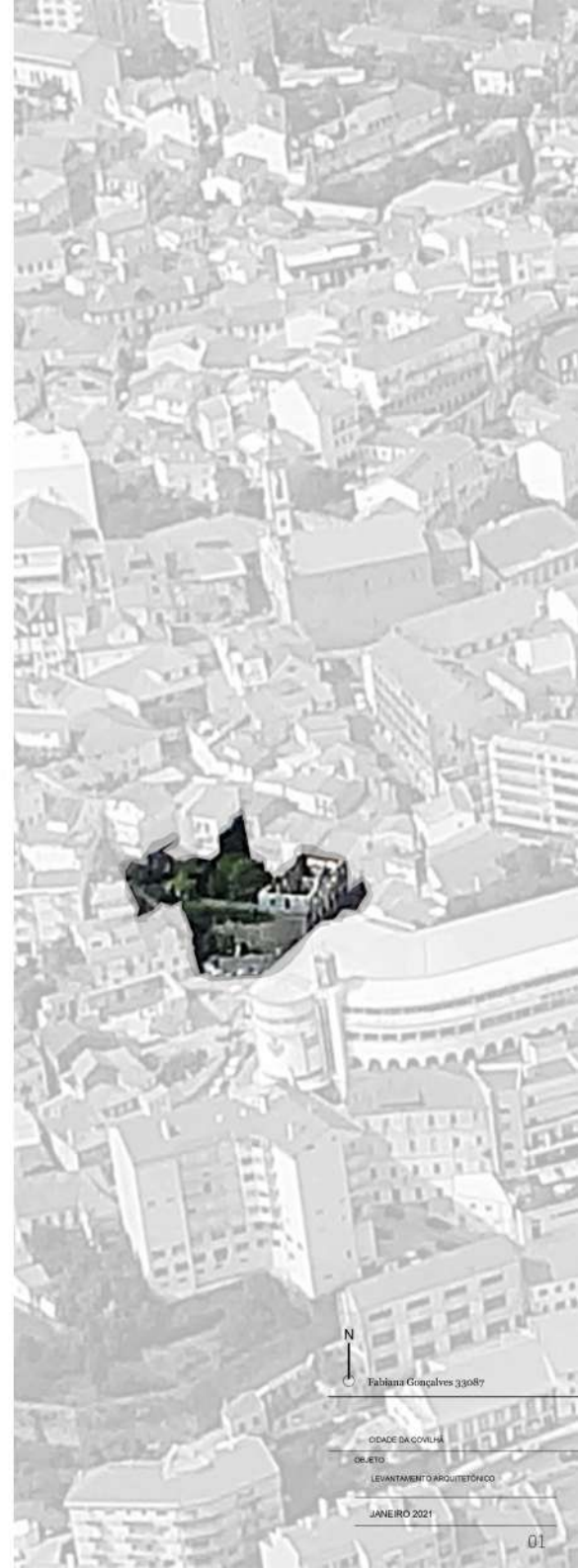
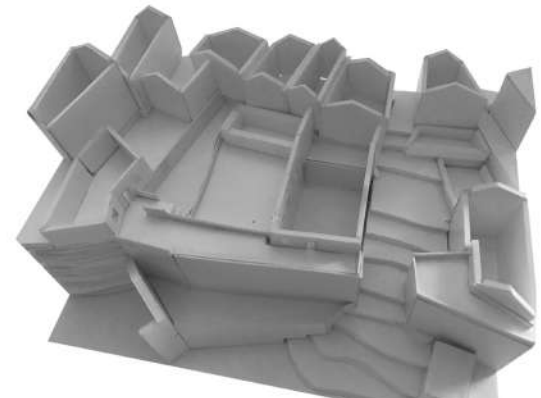
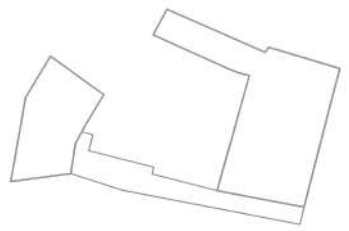
- Principais Ruas / Vias
- Escolas / Universidade / Jardins de Infância
- Centros Comerciais / Mercados
- Densidade Populacional
- Terminais de Transportes

Estudo da distribuição da Zona Centro da cidade da Covilhã

## Da Cidade à Implantação, Covilhã

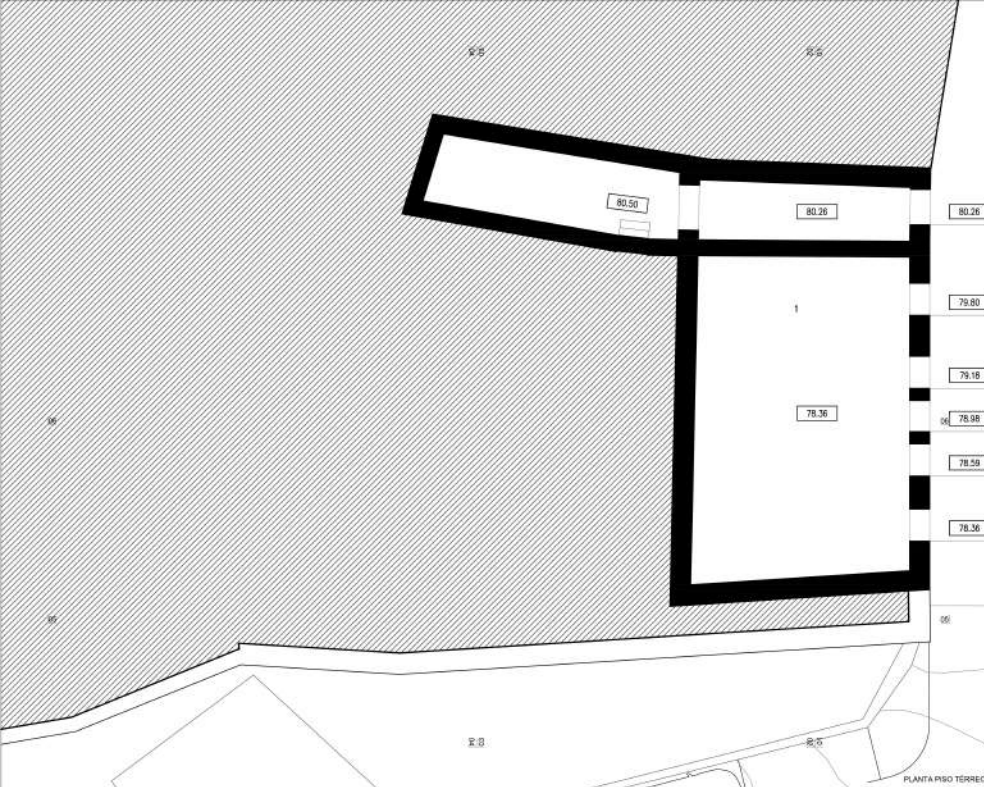


Centro Histórica da Cidade da Covilhã, Muralha da Cidade

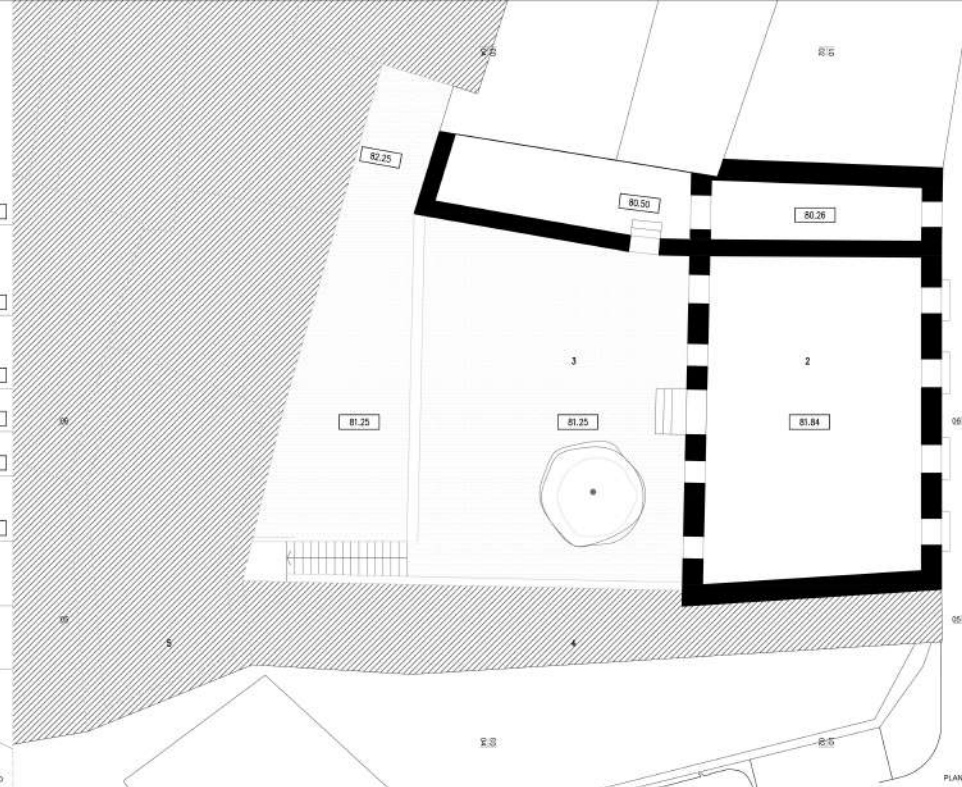


N  
 Fabiana Gonçalves 33087

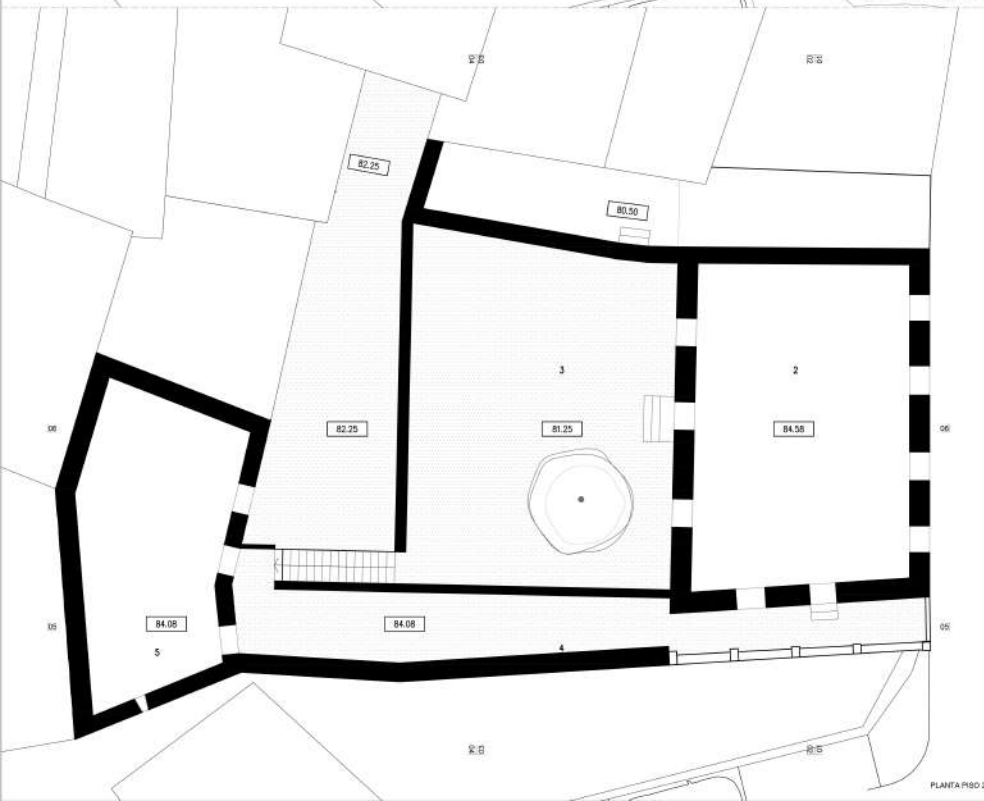
CIDADE DA COVILHÃ  
 OBJETO  
 LEVANTAMENTO ARQUITETÓNICO  
 JANEIRO 2021



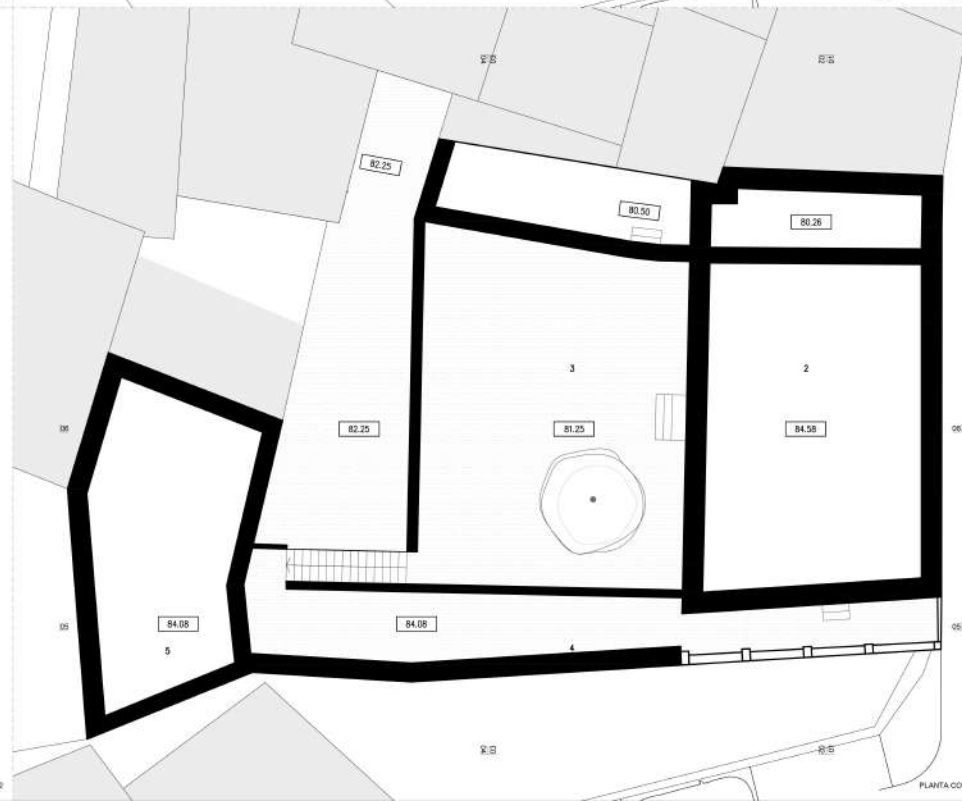
PLANTA PISO TERREO



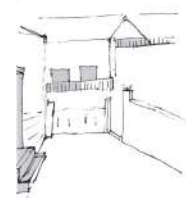
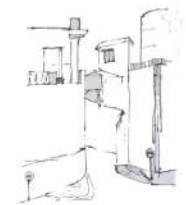
PLANTA PISO 1



PLANTA PISO 2



PLANTA COBERTURA



AXONOMETRIA DO ATUAL PROGRAMA HABITACIONAL

ÁREAS DIVERSAS  
 ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DO EDIFÍCIO EXISTENTE 154,3 m<sup>2</sup>  
 ÁREA DE CONSTRUÇÃO 545,1 m<sup>2</sup>  
 ÁREA DO LOTE 518,5 m<sup>2</sup>  
 ÁREA DO LOTE NÃO OCUPADA 282,63 m<sup>2</sup>  
 ÁREAS BRUTA TOTAL DE CONSTRUÇÃO  
 EDIFÍCIO EXISTENTE: PISO TERREO 71,77 m<sup>2</sup>  
 PISO 1 45,98 m<sup>2</sup>  
 PISO 2 + ANEXO 84,04 m<sup>2</sup>

LEGENDA

- 1 - COMÉRCIO
- 2 - HABITAÇÃO
- 3 - ZONAS EXTERIORES
- 4 - MURRALHA
- 5 - ANEXO

0,00 DIMENSÕES EM METROS LINEARES

NOTAS:  
 COTA DE SOLERA 0,00 = 78,36



Fabiana Gonçalves 33087

RUA DE OLIVENÇA, CIDADE DA COVILHÁ

OBJETO:  
 LEVANTAMENTO ARQUITETÓNICO  
 PLANTAS

JANEIRO 2021

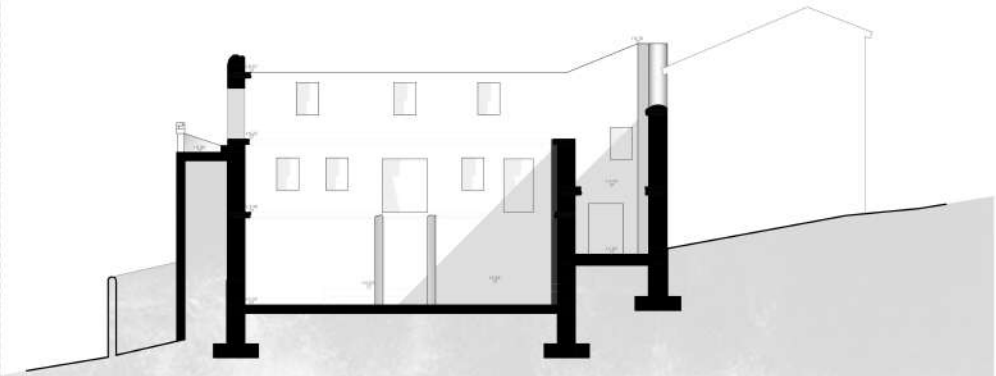
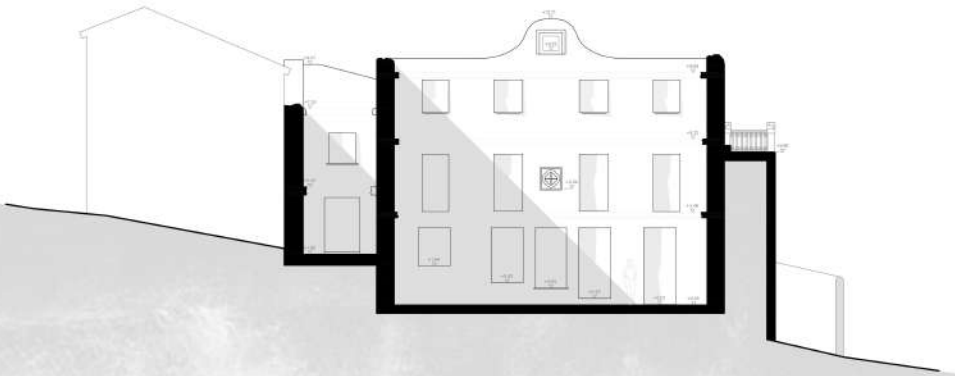
ESCALA 1/100



CORTE TRANSVERSAL 01



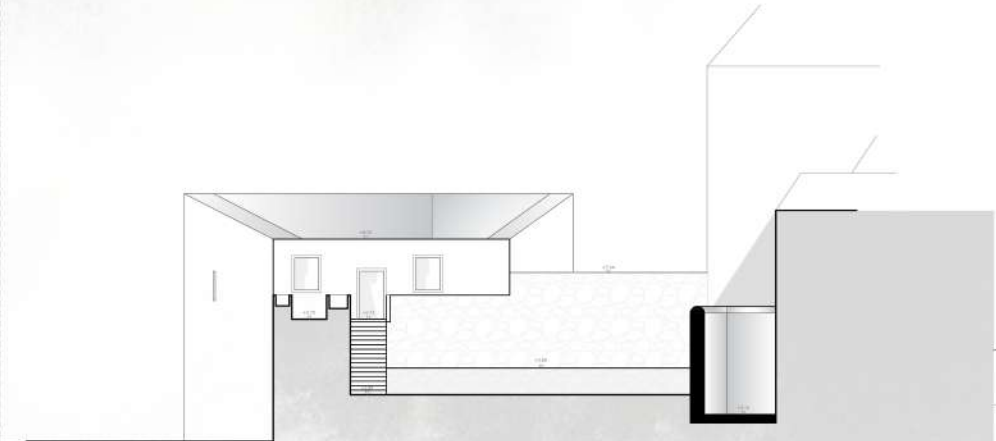
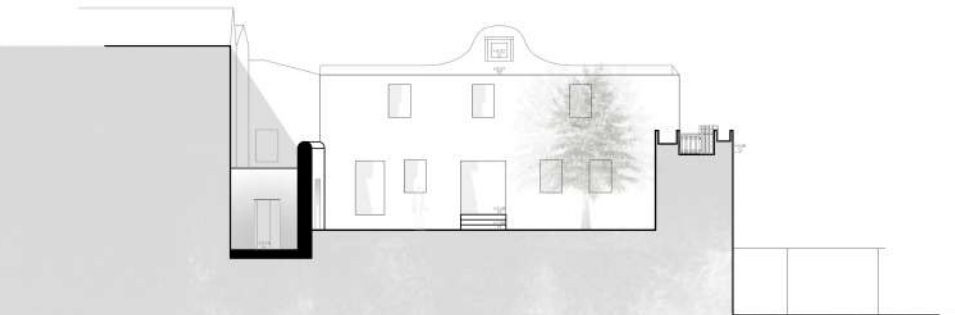
CORTE TRANSVERSAL 02



CORTE TRANSVERSAL 03



CORTE TRANSVERSAL 04



0,00 DIMENSÕES EM METROS LINEARES

NOTAS:  
COTA DE SOLEIRA: 0,00 + 18,36



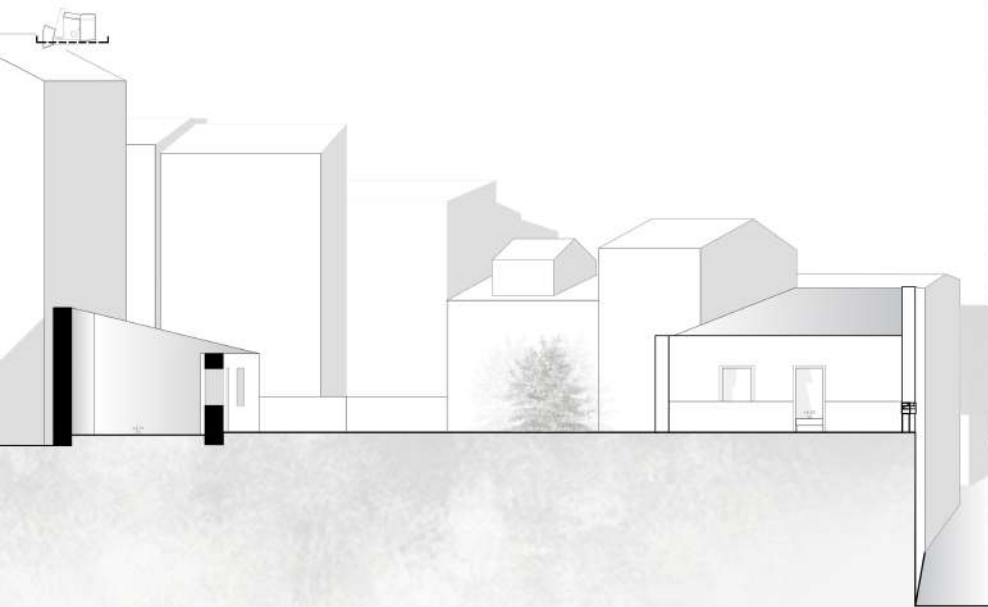
Fabiana Gonçalves 33087

RUA DE OLIVEIRA, CIDADE DA COVILHÃ

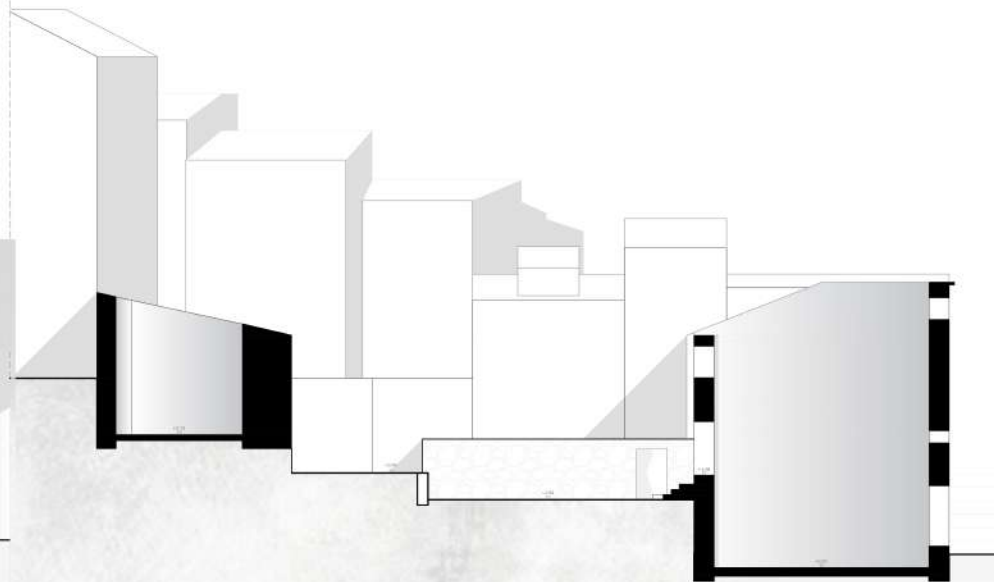
OBJETO:  
LEVANTAMENTO ARQUITETÓNICO  
CORTES E ALÇADOS

JANEIRO 2021

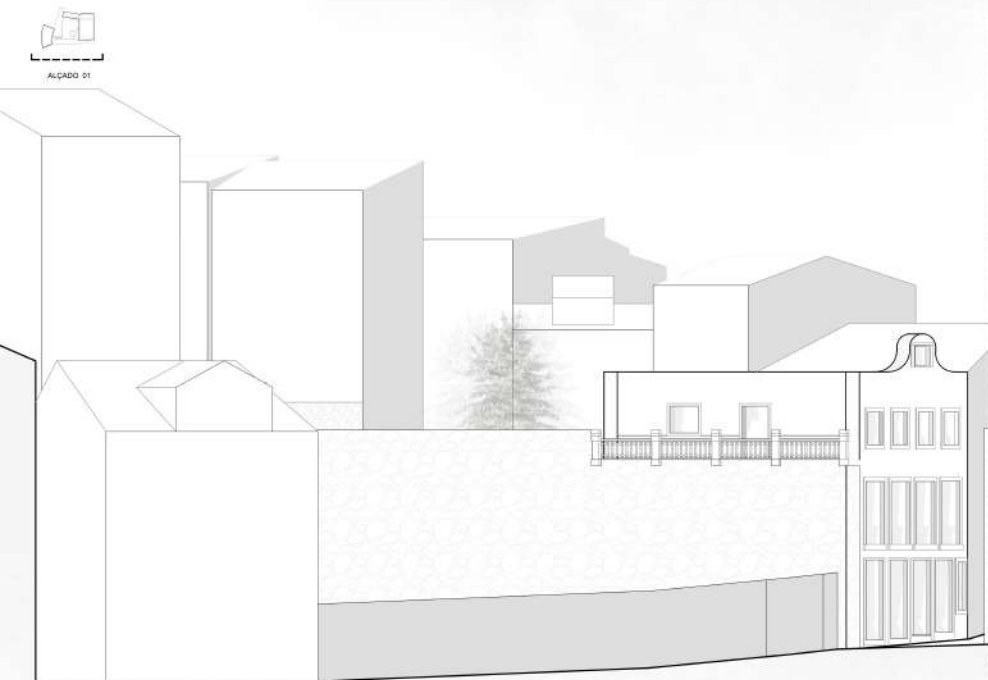
ESCALA 1/100



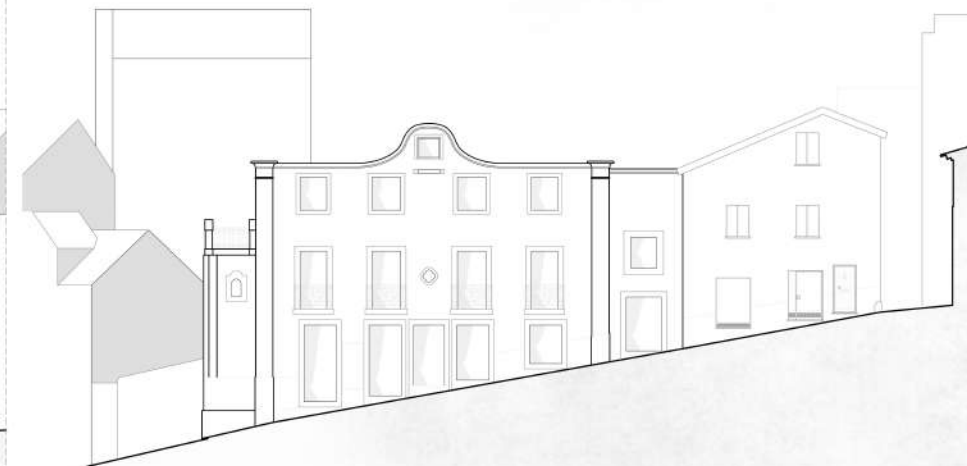
CORTE | ALÇADO LONGITUDINAL 05



CORTE | ALÇADO LONGITUDINAL 06



ALÇADO 01



ALÇADO 02

0,00 DIMENSÕES EM METROS LINEARES

NOTAS:  
 COTA DE SOLERA: 0,00 = TL 04  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_



Fabiana Gonçalves 33087

RUA DE OLIVEIRA, CIDADE DA COVILHÃ

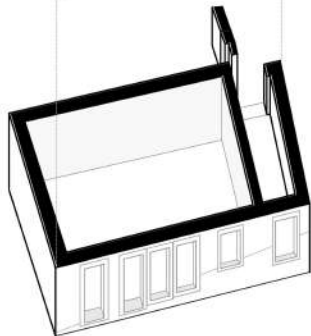
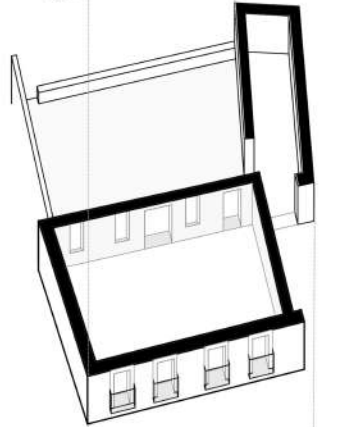
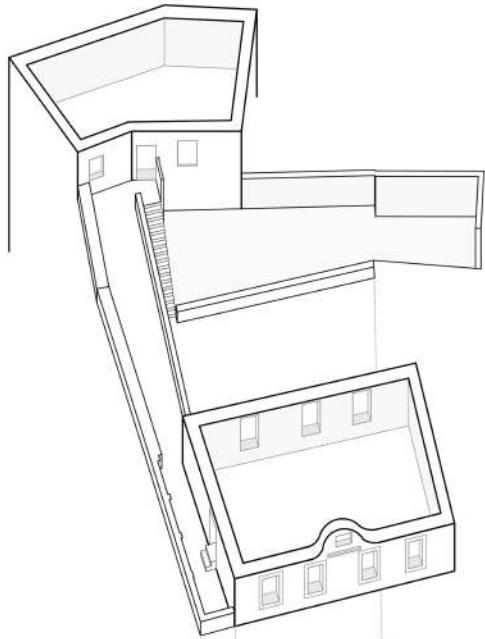
OBJETO:  
 LEVANTAMENTO ARQUITETÓNICO  
 CORTES | ALÇADOS

JANEIRO 2021

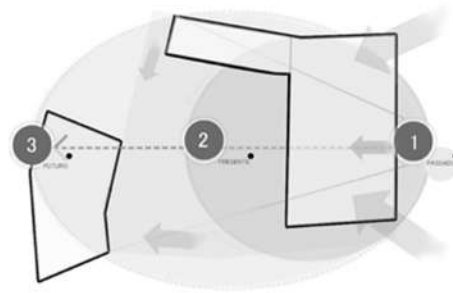
ESCALA 1/100

# Resumo Concetual

Abrigar | Proteger



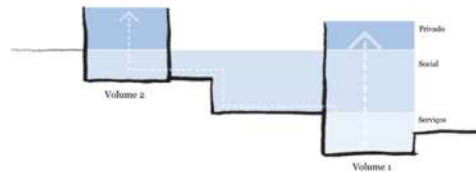
Axonometria do Programa atual do edifício



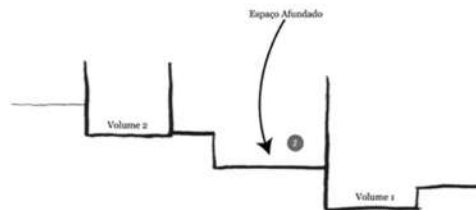
Saída - Acompanhamento - Entrada



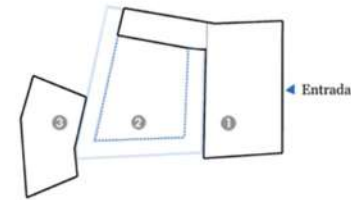
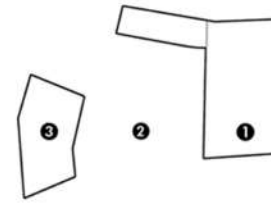
Passado - Presente - Futuro



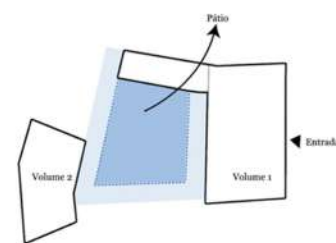
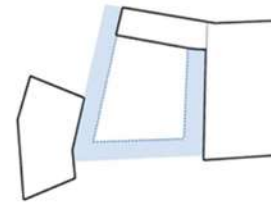
Hierarquia de Pisos (Serviços - Social - Privado)



Espaço entre Volumes (Espaço Afundado), O pátio



Espaço, Tempo e Movimento



Estudo do Pátio



Fabiana Gonçalves 33087

RUA DE OLIVENÇA, CIDADE DA COVELHA

OBJETO:

RESUMO CONCEITUAL

JANEIRO, 2021

05

04

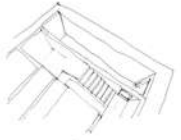
03

02

01

07 07

06



80,26

79,80

79,16

78,96

78,59

78,36

05

04

03

02

01

**ÁREAS**

**VOLUME HABITACIONAL | PISO TERREO**

CIRCULAÇÃO 1	21,57 m²
RECEÇÃO   SALA DE ESTAR	13,01 m²
SALA ADMINISTRAÇÃO	
SALA DIREÇÃO	
SALA REUNIÕES	27,73 m²
CONSULTÓRIO	
MÉDICO	
JURÍDICO	
PSICOLÓGICO	10,21 m²
INSTALAÇÃO SANITÁRIA	
COMUM	3,19 m²
ARQUIVO	8,29 m²
APRUMOS	13,81 m²

**ÁREA ÚTIL TOTAL PISO TERREO** 105,81 m²

**ÁREA BRUTA DA CONTRUÇÃO** 189,89 m²

**MAPA DE ACABAMENTOS**

- F = PAVIMENTO
- P = PAREDE
- T = TETO
- R = RODAPÉ

**PAVIMENTO**

- P1 - Fluzarite antiderrapante, em madeira de carvalho ESPONJOSA (esp. de 13 cm)
- P2 - cerâmica STONE CUT onza 30x30 cm
- P3 - cerâmica STONE CUT antiaço 50x50 cm e 25x25 cm
- P4 - Marmorito, cor branca

**PAREDE**

- P1 - Alvenaria de pedra pré existente à vista
- + Reboco, cor Branco puro RAL 9010
- P2 - cerâmica STONE CUT antiaço 50x50 cm e 25x25 cm
- + Alvenaria de pedra pré existente à vista
- P3 - Blocos de betão de 19x19x30 cm + reboco, cor Branco Puro RAL 9010

**TETO**

- T1 - Gesso cartonado hidrófugo, cor branco puro RAL 9010
- T1 - Marmorito, Cor Branca

0,00 DIMENSÕES EM METROS LINEARES

NOTAS:  
COTA DE SOLERA 0,00 + 78,98

N

FABIANA GONÇALVES 33087

RUA DE OLIVENÇA, CIDADE DA GOVILHÁ

OBJETO:  
PLANTA PISO 01 TERREO

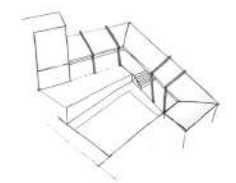
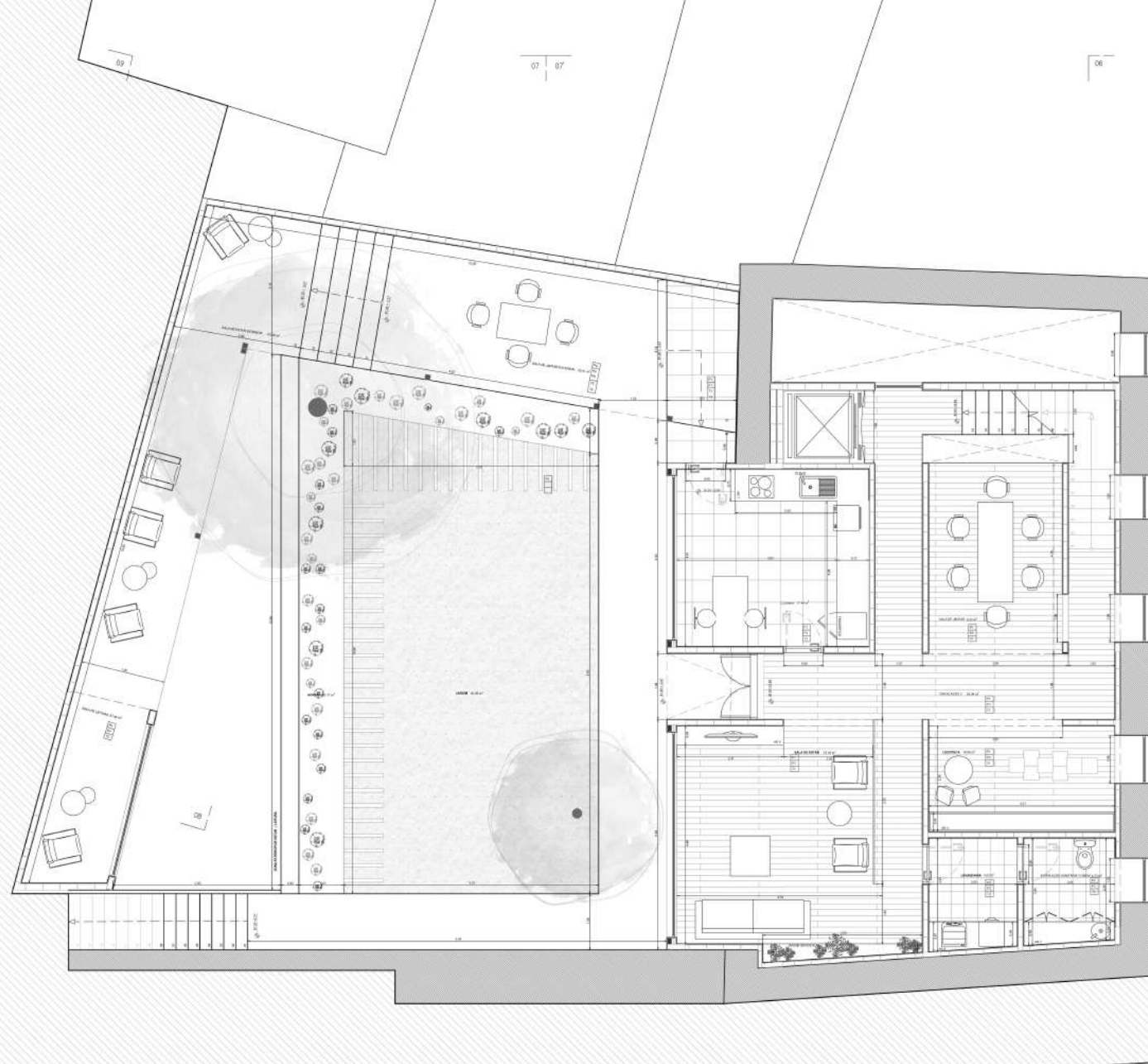
JANEIRO 2021

ESCALA 1/50

06

07 07

06



**ÁREAS**

**VOLUME HABITACIONAL (PISO 1)**

CIRCULAÇÃO 2	38,84 m
LIVROTECA	10,08 m
SALA JANTAR	08,29 m
SALA DE ESTAR	34,29 m
INSTALAÇÃO SANITÁRIA	04,79 m
COZINHA	17,41 m
LAVANDARIA	05,02 m

**EXTERIOR**

SALA DE ESTAR EXTERIOR	33,88 m
SALA DE LEITURA	07,48 m
SALA JANTAR EXTERIOR	20,31 m
SALA DE ESTAR	24,29 m
JARDIM	60,09 m
HORTA	37,77 m

ÁREA ÚTIL TOTAL PISO TÉRREO: 323,13 m<sup>2</sup>  
 ÁREA BRUTA DA CONSTRUÇÃO: 385,18 m<sup>2</sup>

**MAPA DE ACABAMENTOS**

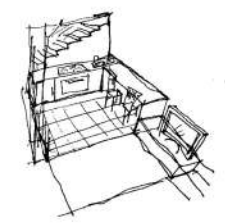
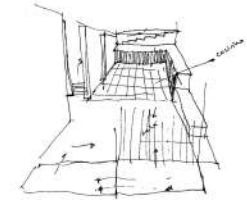
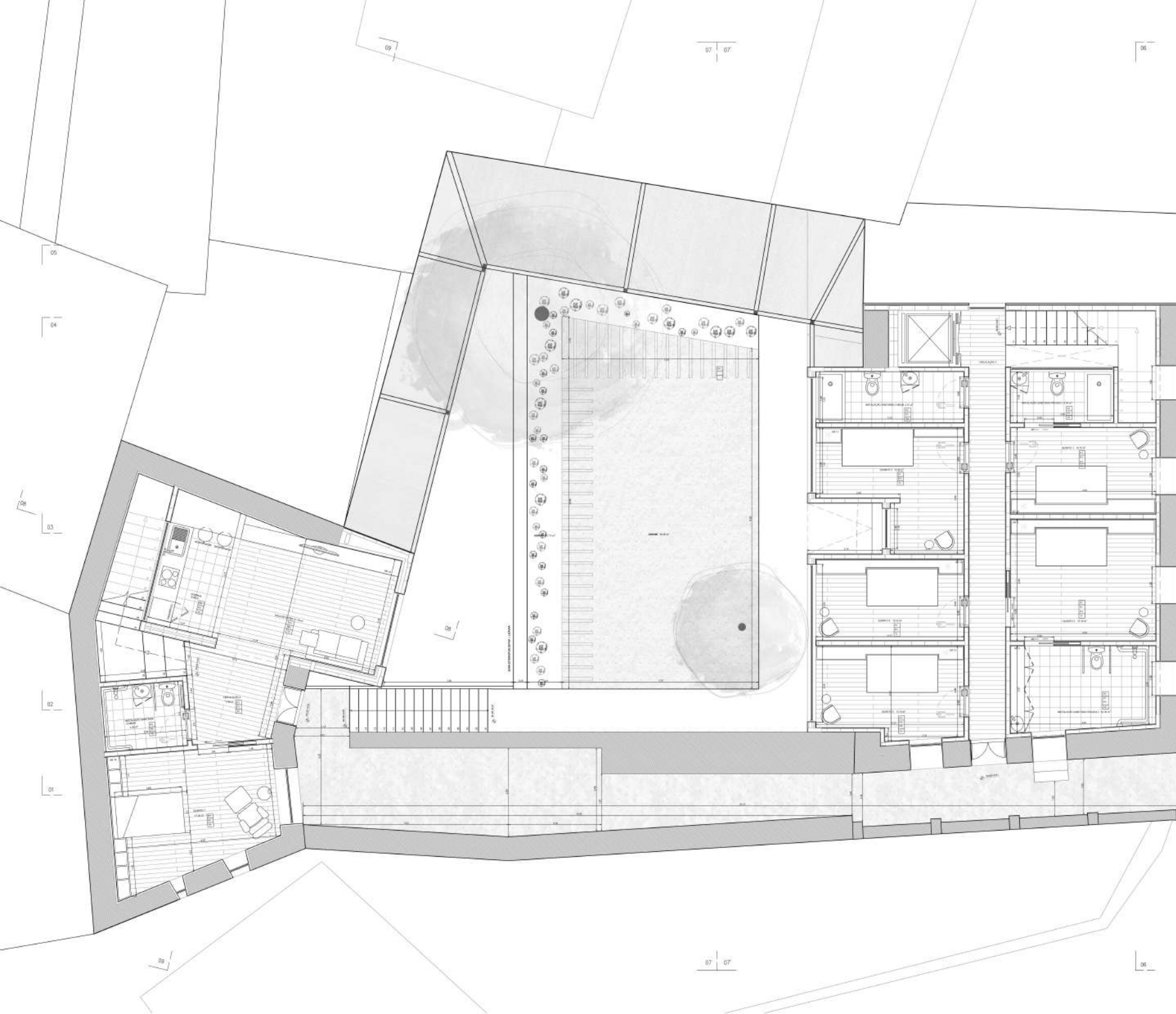
P	= PAVIMENTO
P	= PAREDE
T	= TETO
R	= RODAPÉ

- PAVIMENTO**
- P1 - Azulejo antiterrorismo, em madeira de cavalo BORGONHA (lugar de 13 cm)
  - P2 - cerâmica STONE CUT cores 20x20 cm
  - P3 - cerâmica STONE CUT antiodor 50x50 cm e 25x25 cm
  - P4 - Marmorado, cor branca
  - P5 - Madeira de pinho galgo para Exteriores
- PAREDE**
- P1 - Alvenaria de pedra pré-existente à sala
  - Reboco, cor branco puro RAL 9010
  - P2 - cerâmica STONE CUT antiodor 50x50 cm e 25x25 cm
  - Alvenaria de pedra pré-existente à sala
  - P3 - Blocos de boia de 6x18x20 cm + reboco, cor branco puro RAL 9010
  - P4 - Blocos de boia de 6x18x20 cm + Pedra natural
  - P5 - Vigas em Cavalo, 10 x 10 x 40
- TETO**
- T1 - Gesso cartonado hântibídgo, cor branco puro RAL 9010
  - T2 - Marmorado, Cor Branco
  - T3 - Vigas em Cavalo, 10 x 10 x 40
  - T4 - Chapa em Poliacarbonato Compacto 2,05 m x 3,05 m x 8 mm

0.00 DIMENSÕES EM METROS LINEARES

**NOTAS:**  
 COTA DE SOLERA: 0.00 = 78.36

N  
 ○  
 FABIANA GONÇALVES 33087



**ÁREAS**

**1º VOLUME HABITACIONAL | PISO 2**

CIRCULAÇÃO 3	13,98 m²
QUARTO 1	10,78 m²
QUARTO 2	15,18 m²
QUARTO 3	12,44 m²
INSTALAÇÃO SANITÁRIA COMUM	04,75 m²
QUARTO 4	10,33 m²
QUARTO 5	15,18 m²
INSTALAÇÃO SANITÁRIA INDIVIDUAL 1	04,56 m²
INSTALAÇÃO SANITÁRIA INDIVIDUAL 2	10,33 m²
ÁREA ÚTIL TOTAL PISO TERREO	97,44 m²
ÁREA BRUTA DA CONTRUÇÃO	141,26 m²

**2º VOLUME HABITACIONAL | PISO 0**

CIRCULAÇÃO 4	07,39 m²
QUARTO 1	17,03 m²
INSTALAÇÃO SANITÁRIA COMUM	04,55 m²
COZINHA + SALA DE ESTAR	25,00 m²
ÁREA ÚTIL TOTAL PISO TERREO	54,17 m²
ÁREA BRUTA DA CONTRUÇÃO	60,68 m²

**MAPA DE ACABAMENTOS**

P = PAVIMENTO  
 F = PAREDE  
 T = TETO  
 R = RODAPÉ

**PAVIMENTO**

P1 - Flutuante antiderrapante, em madeira de carvalho BORGOMIA (lâmina de 13 cm);  
 P2 - cerâmica STONE CUT crua 30x30 cm;  
 P3 - cerâmica STONE CUT antirrádio 50x50 cm e 20x25 cm + Alvenaria de pedra pré existente a vista;  
 P4 - Blocos de betão de 1x1x0,20 cm + reboco, cor: Branco Puro RAL 9010;  
 P5 - Madeira de pinho gallego para Exteriores

**PAREDE**

P1 - Alvenaria de pedra pré existente a vista + Reboco, cor: Branco puro RAL 9010;  
 P2 - cerâmica STONE CUT antirrádio 50x50 cm + 20x25 cm + Alvenaria de pedra pré existente a vista;  
 P3 - Blocos de betão de 1x1x0,20 cm + reboco, cor: Branco Puro RAL 9010;  
 P4 - Blocos de betão de 1x1x0,20 cm + Pedra Natural;  
 P5 - Vigas em Caneleira, 10 x 10 x 40

**TETO**

T1 - Gesso cartonado hidrófuga, cor: branco puro RAL 9010;  
 T2 - Fixocimento, Cor: Branca;  
 T3 - Vigas em Caneleira, 10 x 10 x 40;  
 T4 - Chapei em Policarbonato Composto 2,05 m x 3,25 m x 8 mm

0,00 DIMENSÕES EM METROS LINEARES

NOTAS:  
 COTA DE SÓLERA: 0,00 = 78,98

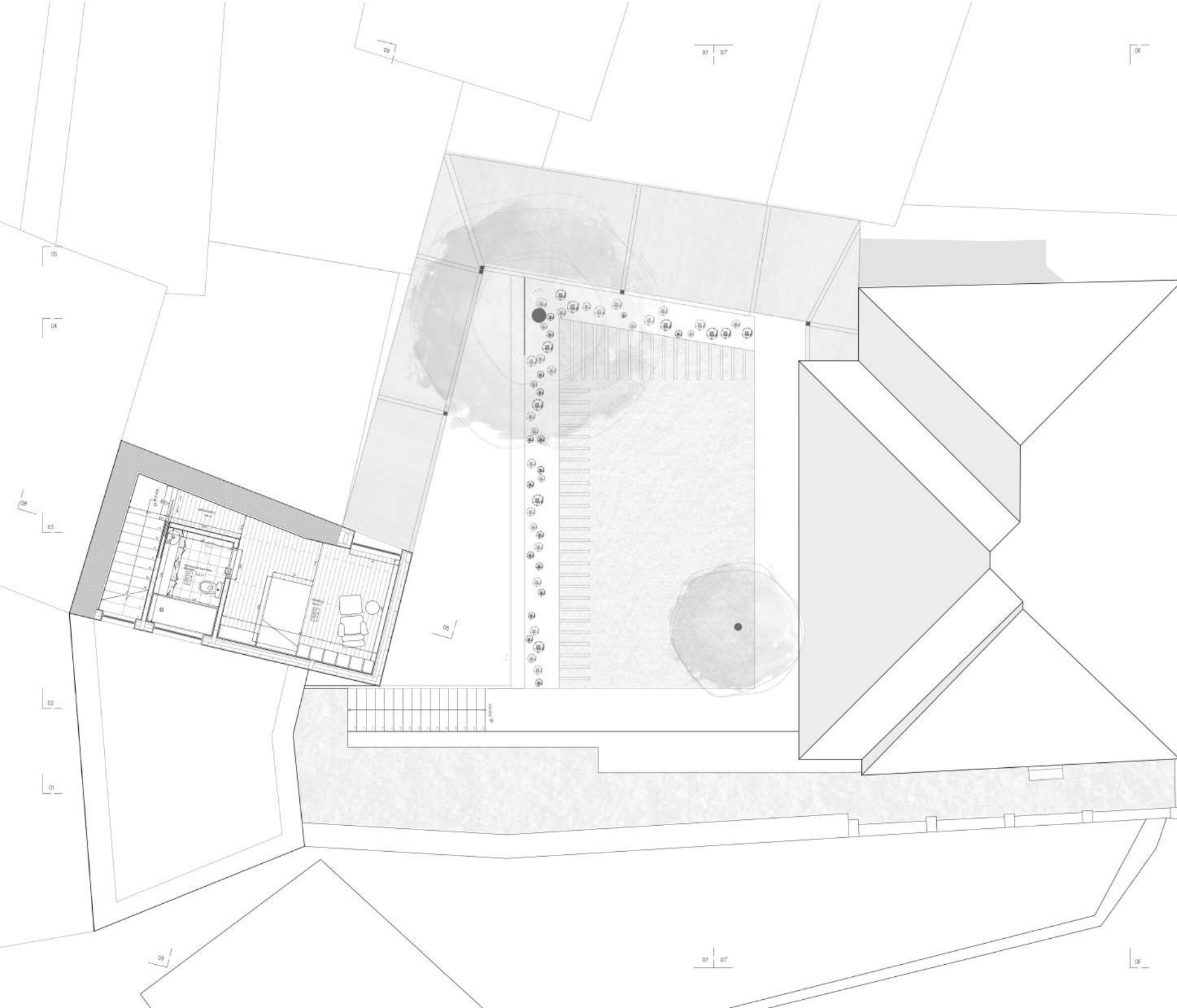
N  
 FABIANA GONÇALVES 33067

RUA DE OLIVEIRA, CIDADE DA GOVILHÃ

OBJETO:  
 PLANTA PISO 2

JANEIRO 2021

ESCALA 1/50



2º VOLUME HABITACIONAL | PISO 2  
 CIRCULAÇÃO 4 07,09 m<sup>2</sup>  
 QUARTO 1 17,03 m<sup>2</sup>  
 INSTALAÇÃO SANITÁRIA  
 COMUM 04,55 m<sup>2</sup>  
 COZINHA | SALA DE ESTAR 25,00 m<sup>2</sup>  
 ÁREA ÚTIL TOTAL PISO TERREO 54,17 m<sup>2</sup>  
 ÁREA BRUTA DA CONSTRUÇÃO 80,98 m<sup>2</sup>

MAPA DE ACABAMENTOS

P = PAVIMENTO  
 F = PAREDE  
 T = TETO  
 R = RODAPÉ

PAVIMENTO

P1 - Fluzante antiderrapante, em madeira de cavalo BOROCOM-HA (liga de 13 cm);  
 P2 - cerâmica STONE CUT cinza 30x30 cm;  
 P3 - cerâmica STONE CUT branca 50x50 cm e 25x25 cm;  
 P4 - Microcimento, cor Branca;  
 P5 - Madeira de pinho galego para Exteriores.

PAREDE

P1 - Alvenaria de pedra pré existente à vista + Relevo, cor Branco puro RAL 9010;  
 P2 - cerâmica STONE CUT branca 50x50 cm e 25x25 cm + Alvenaria de pedra pré existente à vista;  
 P3 - Blocos de pedo de R19029 cm + relevo, cor Branco puro RAL 9010;  
 P4 - Blocos de pedo de 19x 39 cm + Pedra Natural;  
 P5 - Liga em Cavalo, 10 x 10 x 40.

TETO

T1 - Gesso cartonado Hidrófugo, cor branco puro RAL 9010;  
 T2 - Microcimento, Cor Branca;  
 T3 - Liga em Cavalo, 10 x 10 x 40;  
 T4 - Chapa em Policarbonato Compacto 2,25 m x 3,05 m x 8 mm

0.00 DIMENSÕES EM METROS LINEARES

NOTAS:  
 COTA DE SOLERA: 0.00 = 78.36

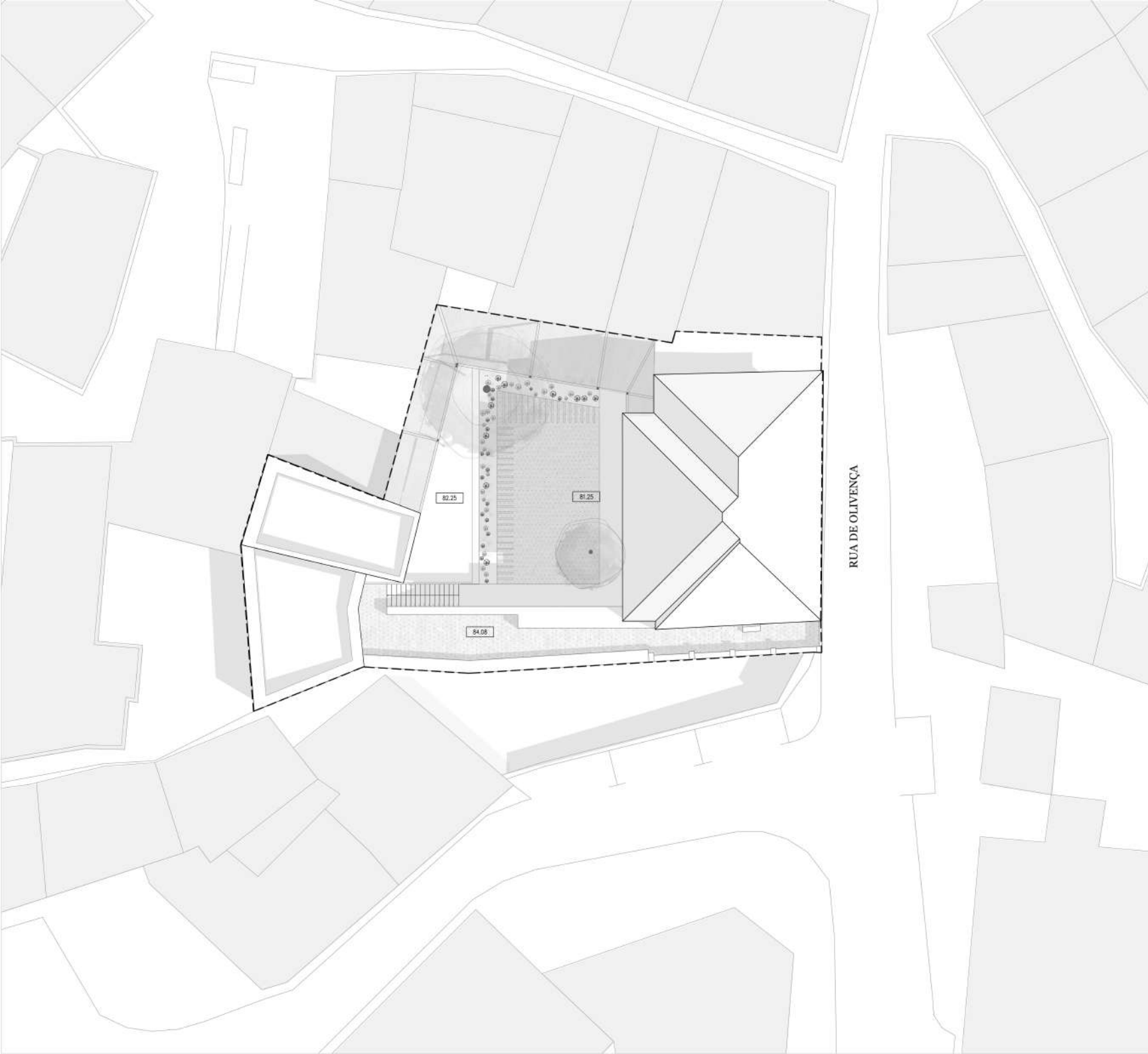
N  
 O  
 FABIANA GONÇALVES 33087

RUA DE OLIVEIRA, CIDADE DA COVILHÃ

OBJETO:  
 PISO 2

JANEIRO 2021

ESCALA 1/50



RUA DE OLIVENÇA

0.00 DIMENSÕES EM METROS LINEARES

NOTAS:  
COTA DE SOLAIRA: 0.00 - 18.36  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

N  
O FABIANA GONÇALVES 33287

RUA DE OLIVENÇA - CIDADE DA COVILHÃ

OBJETO:  
PLANTA DE COBERTURA

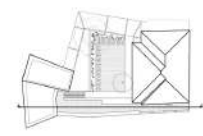
JANEIRO 2021

ESCALA 1/100



QUARTO 1 - 4,01

BRANCO - 4,01



0,00 DIMENSÕES EM METROS LINEARES

NOTAS:  
COTA DE SOLERA: 0,00 - 78,96



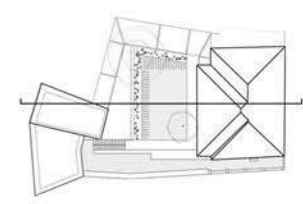
FABIAN GONCALVES 3307

RAM. DE OLIVENÇA, CEARÁ DA COVELHA

CALÇADO  
CORTE 01

JANEIRO 2021

ESCALA 1/100



0.00 DIMENSÕES EM METROS LINEARES

NOTAS:  
COTA DE SOLEIRA 0.00 = 78.36



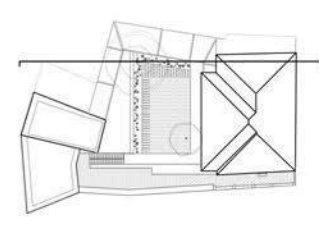
FABIANA GONÇALVES 33087

RUA DE OLIVENÇA, CIDADE DA COVILHÃ

OBJETO:  
CORTE 03

JANEIRO 2021

ESCALA 1/100



0.00 DIMENSÕES EM METROS LINEARES

NOTAS:  
 COTA DE SOLEIRA 0.00 = 78.36



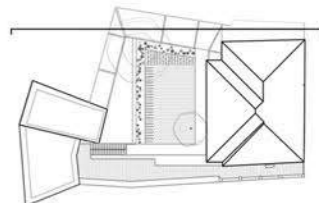


RUA DE OLIVENÇA

+6.47

+6.05

ARRUMOS



0.00 DIMENSÕES EM METROS LINEARES

NOTAS:  
COTA DE SOLEIRA 0.00 = 78.36



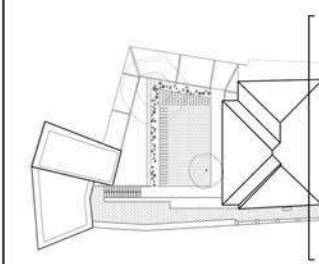
FABIANA GONÇALVES 33087

RUA DE OLIVENÇA, CIDADE DA COVILHÃ

OBJETO:  
CORTE 05

JANEIRO 2021

ESCALA 1/100

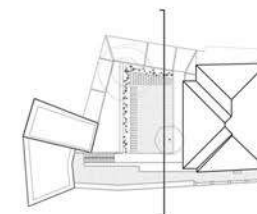


0.00 DIMENSÕES EM METROS LINEARES

NOTAS:  
COTA DE SOLEIRA 0.00 = 78.36



RUA DE OLIVENÇA, CIDADE DA COVILHÃ  
OBJETO:  
CORTE 06  
JANEIRO 2021  
ESCALA 1/100



0.00 DIMENSÕES EM METROS LINEARES

NOTAS:  
COTA DE SOLEIRA 0.00 = 78,36

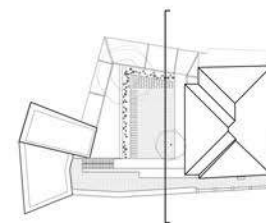


RUA DE OLIVENÇA, CIDADE DA COVILHÃ

OBJETO:  
CORTE | ALÇADO 07

JANEIRO 2021

ESCALA 1/100



0.00 DIMENSÕES EM METROS LINEARES

NOTAS:  
COTA DE SOLEIRA 0.00 = 78.36



RUA DE OLIVENÇA, CIDADE DA COVILHÃ

OBJETO:  
CORTE | ALÇADO 07"

JANEIRO 2021

ESCALA 1/100